

ISSN: 1983-1293

FATO & VERSÕES
REVISTA DE HISTÓRIA

*Dossiê Diálogos entre cultura,
política e História Social*

Volume 11
Número 22
2019



Editores Responsáveis

Henry Marcelo Martins da Silva – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS/CPTL)

Dolores Puga Alves de Sousa – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS/CPTL)

Conselho Editorial

Dolores Puga, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL), Brasil

Henry Marcelo Martins da Silva (UFMS/CPTL), UFMS, Brasil

Luiz Carlos Bento, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL), Brasil

Renato Jales Silva Junior, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FACH), Brasil

Conselho Consultivo

Prof. Dr. Alexandre Santos de Moraes, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, Brasil

Prof. Dr. Alexandro Neundorf, Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, Brasil

Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Arnaldo Pinto Junior, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar, Brasil

Prof. Dr. Aruanã Antonio dos Passos, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Brasil

Profa. Dra. Cecília Oliveira Adão, Centro Universitário Claretiano

Prof. Dr. Daniel Trevisan Samways, INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO - IFSP, Brasil

Profa. Dra. Dulcina Tereza Bonati Borges, UNIVERSIDADE CATÓLICA DE UBERLÂNDIA, Brasil

Prof. Dr. Estevão Resende Martins, Universidade de Brasília

Profa. Dra. Luzia Margareth Rago, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP, Brasil

Profa. Dra. Márcia Janete Espig, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPel., Brasil

Prof. Dr. Marcos Antônio de Menezes, UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG, Brasil

Profa. Dra. Maria Cecilia Colombani, Universidad de Morón / Universidad Nacional de Mar del Plata Argentina, Argentina

Profa. Dra. Maria Clara Machado, Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Dra. Maria Izilda de Matos, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Maria Regina Candido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro Núcleo de Estudos da Antiguidade - NEA/UERJ

Prof. Dr. Pedro Geraldo Saadi Tosi, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP, Brasil

Sr. Roger Chartier, École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris – França, França

Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Brasil

Prof. Dr. Sergio Paulo Morais, UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

Profa. Dra. Vera Lúcia Puga, Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Wellington Lima Amorim, UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA, Brasil

Foco e Escopo

Publicar artigos inéditos e de pesquisas originais da área de história, que façam um diálogo com o avanço da historiografia contemporânea. Divulgar práticas de pesquisas e resenhas de livros.

Fontes de Apoio

- [GRUPO DE PESQUISA HISTORIA, CULTURA E SOCIEDADE](#)
- [Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira](#)

Histórico do periódico

A Revista Fato & Versões nasceu dos esforços dos professores e acadêmicos do curso de História da Faculdade Católica de Uberlândia-MG, que resultaram na publicação de 8 números em 4 volumes, entre os anos de 2009 e 2012. A partir de 2015, os trabalhos de editoração passaram a ser coordenados pelos Grupos de Pesquisa "História, Cultura e Sociedade" e "Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira", e a Fato & Versões passou a compor o rol de Revistas da UFMS.

SUMÁRIO

Dossiê

APRESENTAÇÃO

Jiani Fernando Langaro 1-4

OLHARES SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL NO E DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Trabalho, trabalhadores/as e movimentos sociais

Jiani Fernando Langaro, Leandra Domingues Silvério 5-26

A LUTA PELA MORADIA E OS ESTUDOS CULTURAIS Invisibilidade e silenciamento em Palmas –TO

Eduardo Lima 27-42

PARA DISCUTIR CLASSE SOCIAL, O CASO DA USINA AÇUCAREIRA PAREDÃO

Rafael Giovanetti Teixeira 43-61

ALFORRIAS NOS LIVROS DE NOTAS DE JATAHY: ESTRATÉGIAS NA NEGOCIAÇÃO DA LIBERDADE (1872-1888).

Lucas Rodrigues do Carmo 62-77

O PATRIMÔNIO E A INSTITUIÇÃO: Desafios na formação e no desenvolvimento das políticas culturais patrimoniais

Lucas Santana Coelho Fonseca 78-94

PLANO DIRETOR DE EWALD JANSSEN A representação de uma Goiânia dos anos 1950

Lucas Cruz 95-111

“MISCIGENAÇÃO, ARIANISMO E NACIONALISMO”: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS OBRAS DE MANOEL BOMFIM E OLIVEIRA VIANA SOBRE A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Luiz Carlos Bento, Luana Dias dos Santos 112-125

APRESENTAÇÃO:

DIÁLOGOS ENTRE CULTURA, POLÍTICA E HISTÓRIA SOCIAL

Jiani Fernando Langaro

O que é a *história social*? Pergunta de difícil resposta, como lembram os autores do primeiro artigo deste dossiê (LANGARO e SILVÉRIO, 2019), que comporta múltiplas possibilidades de solução. Seria ela uma denominação ampla e vaga – características que teriam, inclusive, motivado sua escolha para figurar no primeiro nome da revista *Annales (d'histoire économique et sociale)* (LE GOFF, 2005) – para um campo vasto da investigação historiográfica, que abarca toda a existência humana e, portanto, uma oposição tão somente à *história natural*? Seria ela uma proposta de estudos dos seres humanos em uma perspectiva abrangente, como propôs Déa Ribeiro Felon (2009), que, ao invés de se separar o estudo das atividades humanas em diferentes compartimentos (história política, história econômica, etc.), buscaria estudar os sujeitos históricos de maneira mais abrangente, em suas múltiplas relações com o mundo em que vivem? Ou seria apenas mais um compartimento historiográfico, onde caberiam os estudos sobre movimentos sociais e de história do trabalho, concepção frequentemente repetida e vulgarizada?

Inquietos com tais questionamentos, os historiadores que compõem este dossiê, perseguiram respostas por meio de seus trabalhos de pesquisa. A ideia central deste exercício de convergência de investigações acadêmicas é contrapor o que a história social é hoje com o que ela pode ser, apostando no potencial de renovação da área. Para tanto, tomou-se como ponto de partida a preocupação fundamental da história social com a compreensão da desigualdade social, em suas relações e articulações com a diversidade cultural.

O resultado foi um dossiê amplo e diverso, com artigos que colocam em diálogo cultura, política e relações sociais. São estudos que evidenciam a vida cotidiana, as práticas culturais de grupos populares, a atuação de movimentos sociais, histórias de trabalhadores e de suas relações de trabalho, e as relações entre campo e cidade. Também é composto por investigações que dão conta das maneiras como círculos políticos e intelectuais compreendem o “povo” e o popular –

particularmente o povo brasileiro e sua miscigenação étnico-racial – ou produzem reflexões teóricas, com apurados estados da arte, referentes à história social brasileira.

Dentro deste amplo espectro de contribuições, o dossiê foi organizado da seguinte maneira: o primeiro artigo, intitulado “Olhares sobre a história social no e do Brasil Contemporâneo: trabalho, trabalhadores/as e movimentos sociais”, escrito por Jiani Fernando Langaro e Leandra Domingues Silvério, problematiza a trajetória da história social do trabalho e dos movimentos sociais, com base na historiografia do Brasil Contemporâneo. Os autores discutem como, de uma perspectiva mais restrita de *história operária*, caminhou-se para uma proposta mais aberta, de estudos sobre *trabalhadores(as) e movimentos sociais*.

O segundo trabalho, de Eduardo José da Silva Lima, intitulado “A luta pela moradia e os Estudos Culturais: invisibilidade e silenciamento em Palmas –TO”, estuda a luta pela moradia empreendida por movimentos sociais na cidade de Palmas, estado do Tocantins. A cidade planejada para ser a capital do novo estado criado no final da década de 1980, durante a Assembleia Nacional Constituinte, não deixou de ser excludente com as populações trabalhadoras pobres. Em uma trama que envolve exclusão social, especulação imobiliária, grilagens de solo urbano, mas também resistências, ocupações e luta pela moradia, o autor problematiza as contradições da dinâmica urbana de Palmas.

Na sequência, Rafael Giovanetti Teixeira, em “Para discutir classe social, o caso da usina açucareira paredão”, discute as relações sociais e de trabalho dos operários dessa usina instalada na cidade de Oriente, estado de São Paulo. Outrora uma fazenda de café sob o sistema de trabalho de colonato, ao longo do século XX, tornou-se uma usina açucareira, transformando as colônias em vilas operárias. Diante desse quadro, o autor questiona como os trabalhadores viveram as transformações operadas nas relações de trabalho, que também implicaram em mudanças nas relações com os locais de moradia e com a dinâmica entre campo e cidade.

Lucas Rodrigues do Carmo, em “Alforrias nos livros de notas de Jatahy: estratégias na negociação da liberdade (1872-1888)”, trata de outro importante tema da história social: a escravidão e os escravizados. Tomando como recorte a cidade de Jataí no período que antecede a abolição, e como fonte de pesquisa documentos cartoriais, o autor trabalha as trajetórias de sujeitos escravizados na cidade, em suas lutas para obterem liberdade. Assim, busca compreender os significados plurais da escravidão no Sudoeste goiano, bem como humanizar a escrita da história sobre este período.

“O Patrimônio e a instituição: desafios na formação e no desenvolvimento das políticas culturais patrimoniais”, é o artigo escrito por Lucas Santana Coelho Fonseca, preocupado em pensar o patrimônio cultural sob a ótica da história social. Enquanto tal, tem como preocupação principal os grupos marginalizados pelas políticas patrimoniais brasileiras, as quais analisa em um estado da arte permeado por uma leitura crítica quanto aos seus (des)caminhos.

O artigo seguinte, de Lucas Rezende Cruz, “Plano diretor de Ewald Janssen: a representação de uma Goiânia dos anos 1950”, traça um caminho pouco usual na historiografia brasileira: ao invés de abordar as propostas para a cidade de Goiânia feitas pelo topógrafo, engenheiro e urbanista Edwald Janssen a partir da história urbana, o autor escolhe a história social como campo conceitual para operar a análise. Dessa maneira, Cruz reflete sobre o lugar dos trabalhadores na cidade industrial vislumbrada e projetada por Janssen, uma proposta de correção dos problemas urbanos da Goiânia dos anos 1950, produto de uma expansão desordenada verificada na década anterior.

Por fim, fechando o dossiê, temos o artigo “‘Miscigenação, arianismo e nacionalismo’”: uma análise historiográfica das obras de Manoel Bomfim e Oliveira Viana sobre a formação da sociedade brasileira”. Escrito por Luana Dias dos Santos e Luiz Carlos Bento, o texto trata das formas como Bomfim e Viana concebiam o povo brasileiro, especificamente seu caráter miscigenado, passando por temas como a escravidão e a imigração europeia. Os autores também discutem os nacionalismos e as construções identitárias nacionais forjadas pelos intelectuais cujas obras foram analisadas.

O dossiê constitui-se, portanto, em uma pequena amostragem da diversidade de perspectivas e do amadurecimento das reflexões sobre história social, desenvolvidas após o intenso processo de expansão da pós-graduação no Brasil e as transformações operadas na área nos últimos anos, com a ascensão de novas questões e problemas de pesquisa. Sem pretensões de esgotar o assunto, procura apresentar uma história social renovada, em que temas clássicos se repaginam para dar conta de demandas contemporâneas, dividindo espaço com novas propostas de investigação, emergentes no novo momento histórico inaugurado pelo século XXI.

Referências bibliográficas:

FENELON, Dea Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?. *História & Perspectivas*. Uberlândia/MG, UFU, n.º 40, pp. 27-51, jan./jun. 2009.

LANGARO, Jiani Fernando e SILVÉRIO, Leandra Domingues. Olhares sobre a história social no e do Brasil Contemporâneo: trabalho, trabalhadores/as e movimentos sociais. *Fato & Versões*. Campo Grande, UFMS, vol. 11, num. 21, pp. ???-???, ????, 2019

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 32-84.

OLHARES SOBRE A HISTÓRIA SOCIAL NO E DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: Trabalho, trabalhadores/as e movimentos sociais

*Jiani Fernando Langaro*¹

*Leandra Domingues Silvério*²

Resumo

O artigo lança olhares sobre a História Social brasileira de fins do século XX e princípios do século XXI, com base na problematização dos conceitos trabalho, trabalhadores/as e movimentos sociais. Em um primeiro momento, analisa a historiografia que partiu do estudo da história operária para, posteriormente, alargar seu escopo e investigar a história do trabalho, culminando em pesquisas sobre o cotidiano de trabalhadores/as. Em um segundo momento, discute a incorporação dos movimentos sociais ao rol de temas de interesse da área. Para tanto, reflete sobre o próprio conceito de História social – sem pretensões de categorizá-la de maneira definitiva –, ao passo que discute ainda as implicações de tal alargamento da área para o trato das fontes de pesquisa. Defende que a História Social permanece atual e oferece contribuições à historiografia, embora também enfrente novos desafios.

Palavras-chave: Historiografia brasileira; História Social no Brasil; Trabalho; Trabalhadores/as; Movimentos Sociais.

Abstract

This essay treats the Brazilian Social History, produced from the end of 20th to the beginning of 21th Centuries, based on a reflection about the notions of labor, laborers and social movements. At first, analyzes the historiography that started studying industrial labor history and, after, expanded its scope to investigate labor history, culminating in researches about laborers and their daily lives. In a second moment, discuss the inclusion of social movements to the group of interesting themes for the area. Therefore, thinks about the notion of Social History – without intentions to create a definitive concept –, at the same time, discuss the impact of the area's enlargement on the use of documents in research. Holds that the Social History is still current and offers big contributions to the historiography, although faces new challenges too.

Keywords: Brazilian historiography; Brazil's Social History; Labor; Laborers; Social Movements.

1. Considerações Iniciais

A história social brasileira, como é de conhecimento público, constitui-se em uma área vasta e diversa, inclui uma miríade de profissionais e obras, cujos campos temáticos, sujeitos/as sociais abordados e períodos estudados, bem como referenciais teóricos, procedimentos metodológicos e fontes utilizadas nas pesquisas, variam muito. Tal característica decorre do

¹ Professor Adjunto da Faculdade de História, docente do Programa de Pós-Graduação em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da UFG. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Contato: jflangaro@gmail.com e jflangaro@ufg.br.

² Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Contato: leandra.silverio@uftm.edu.br; leandra_domingues@yahoo.com.br.

caráter tradicional dessa área, profundamente enraizada na historiografia nacional, tendo acompanhado o processo de institucionalização e expansão da pós-graduação brasileira.

Neste texto, recortaremos a história social que, a um só tempo, é produzida *no* e também aborda o Brasil contemporâneo, com ênfase no final do século XX e princípios do século XXI. A bem da verdade, nossa ênfase recairá sobre a produção desenvolvida em volta do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tradicional *locus* de estudos em História Social do Brasil Contemporâneo, espaço institucional de nossas pesquisas. Todavia, realizamos sinceros esforços, ao longo da escrita, para estender a reflexão e abarcar parte da produção intelectual de outras instituições. Importa ressaltar que não há a intenção de desmerecer outras produções e instituições, mas apenas selecionamos o que para nós pode retratar o tema em questão dentro dos limites de um artigo.

Para operacionalizar a análise, escolhemos três conceitos centrais para a historiografia analisada, sendo eles *trabalho*, *trabalhadores/as* e *movimentos sociais*. Para organizar de maneira mais didática o raciocínio, dividimos o texto em dois momentos: no primeiro, analisaremos a história social do *trabalho* e dos/as *trabalhadores/as*, ao passo que, em um segundo, trataremos da categoria *movimentos sociais*.

Portanto, principiamos a análise com a problematização das formas como a história social do trabalho se iniciou com os estudos de história operária, muito focada no operariado industrial urbano, que preconizava o operário industrial como portador da missão de superar o capitalismo (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). Posteriormente, discutimos como a área passou por transformações que resultariam no alargamento de seu escopo, com a incorporação do estudo de outras relações de trabalho, para além da labuta fabril e, por fim, com inclusão da vida cotidiana dos/as trabalhadores/as ao rol de interesses temáticos da história social. Nesse momento, se refletirá sobre a importância da história do trabalho para a configuração da história social no/do século XX. De tal modo, tomamos o labor como eixo narrativo para se pensar a área e as transformações ocorridas ao longo da profissionalização do trabalho de historiadores/as.

Por fim, a segunda reflexão trata-se dos *movimentos sociais*, tomados como parte do contexto de ampliação do leque de questões e problemas da história social, que, a esta altura, já não pode mais ser simplesmente definida como história do trabalho. Por essa razão, efetuamos uma reflexão sobre a própria concepção do que vem a ser, para nós, história social, sem, no entanto, termos a pretensão de conferir-lhe um sentido único e definitivo. Ainda como parte daquele contexto de alargamento da área, constatamos a busca pela análise de processos de formação de consciência de trabalhadores/as não mais apenas em greves ou na atuação em

sindicatos, mas também na participação deles/as em (outros) movimentos sociais e em processos engendrados desde suas próprias vidas cotidianas. Abordamos, ainda, como tal quadro levou a uma modificação na relação dos/as historiadores/as com as fontes de pesquisa, que passaram a buscar novas linguagens, que permitissem um diálogo mais direto com as formas como os/as trabalhadores/as, em diferentes tempos e lugares, leem e interpretam suas realidades vividas.

Destarte, sustentamos a tese de que tais transformações operadas na história social no/do Brasil Contemporâneo não simplesmente responderam a demandas acadêmicas. Desde seu princípio, a área surgiu intimamente ligada aos movimentos sociais e políticos progressistas, de trabalhadores/as e das esquerdas. Nesse sentido, defendemos que o alargamento do escopo da área se deu em busca da democratização da história, operada principalmente no período de redemocratização brasileira (na passagem das décadas de 1970 e 1980). Nesse contexto, se entendeu memória e história como direitos de todos/as, razão pela qual se buscou dar visibilidade a novos/as sujeitos/as, suas formas de viver, ler e interpretar a realidade, além de se utilizar novas fontes, que permitiriam tal intento.

2. História, Trabalho e Trabalhadores/as

As pesquisas e escritas na área da história sobre *trabalho* e *trabalhadores/as* no Brasil emergiram a partir da década de 1970, portanto serodidamente em relação a outras áreas acadêmicas. Há que se observar a própria nomenclatura, visto que os estudos privilegiaram a *história operária*, enfocando questões de classe como greves, partidos, sindicatos, movimentos etc. Notamos que, mediante revisões historiográficas em meados de 1980, ocorreu ampliação da noção de *operária*, com o uso dos conceitos *trabalhadores/as*, *trabalho*.

É extensa a produção da respectiva temática e almejamos relacionar obras de impacto para a área da história no processo de fixação dos conceitos e noções sobre trabalho e trabalhadores/as. Diversos/as pesquisadores/as produziram artigos, capítulos de livros, enfim, trataram sobre história e historiografia do trabalho no Brasil, como, por exemplo, aqueles que nesse texto são referências: Batalha (2012, primeira edição 1998), Lara (1998), Martins (1995), Paolli, Sader e Telles (1983).

Ao fazer um balanço de como a temática surgiu no Brasil, constatamos que até meados da década de 1950 a maioria das produções se situava marcadamente fora do meio acadêmico, advinda de organizações políticas e partidárias da classe operária, com algumas exceções de estudiosos reconhecidamente da política, do direito ou mesmo de jornalistas vinculados ao movimento dos/as trabalhadores/as. Destaca-se até 1920 a produção de militantes anarquistas

como Everardo Dias, Edgar Rodrigues, Edgard Leuenroth, Gigi Damini (cf. RAMOS; JOANILHO, 2008). Na produção dos comunistas, a fundação do Partido Comunista em 1922 tornou-se um marco, especialmente porque inauguraria o amadurecimento político da sua classe (BATALHA, 2012). Sobretudo, para o olhar da militância operária, havia apatia e desorganização do proletariado brasileiro quando comparado ao modelo de proletariado europeu, visto como o oposto e positivo (BATALHA, 1992).

No Brasil, o acelerado processo de transformações socioculturais, econômicas e políticas a partir dos anos de 1950, ocasionado pela industrialização e urbanização, motivou, nos anos de 1960, a intelectualidade a pensar questões e impactos diretamente relacionados ao mundo do trabalho e dos/as trabalhadores/as.³ Entretanto, os estudos emergiram expressivamente das ciências sociais: sociólogos e cientistas políticos. Entre eles, tornou-se um marco Juarez Rubens Brandão Lopes, considerado pioneiro dos estudos sobre *movimento operário*, com a publicação de *Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação*, de 1960, e *Relações industriais em duas comunidades brasileiras*, de 1961, ambos os artigos republicados no livro *Sociedade Industrial no Brasil* (Lopes, 1964) (cf. PAOLLI; SADER; TELLES, 1983), influenciando autores como Cardoso (1961; 1962). Também é importante a obra de Pereira (1965). Em suma, tais autores buscaram a relação entre os/as trabalhadores/as e suas organizações sindicais por meio do estudo das gêneses regionais e culturais de classe. Questionando a repercussão da tutela estatal sobre os sindicatos, Azis Simão (1966), Leôncio Martins Rodrigues (1966) e José Albertino Rodrigues (1968) estudaram a vinculação existente entre o sindicalismo, na perspectiva do populismo, e o Estado (cf. MARTINS, 1995).

Tais profissionais e outros/as da área empreenderam as *sínteses sociológicas* na tentativa de explicar teoricamente o movimento e a ideologia da classe operária. Contribuíram para inserir e consolidar pensamentos e noções em torno da classe operária brasileira no que tange à sua origem e à formação sindical e organizacional, correlacionando-as ao movimento de imigração, ao anarquismo forjado pelas experiências de imigrantes proletários com tradição na organização política e de classe em seus países, ressaltando a “tendência hegemônica do anarquismo no movimento sindical da Primeira República” (BATALHA, 2012, p. 148).

Na década de 1970 começaram a surgir trabalhos da mesma temática na área da história, mas somente a partir dos anos de 1980 é que o tema chegou ao seu auge, seja pela

³ Ressalta-se a predominância nessas produções, no uso da regra formal da língua Portuguesa, da escrita no gênero masculino restringindo o conceito a trabalhadores, contudo, o/a autor/a do presente artigo inclui na escrita o gênero feminino.

amplitude teórica, seja pela metodológica em sua abordagem. Os estudos de historiadores de maior repercussão são notadamente os dos brasilianistas que se dedicaram ao movimento operário no Brasil, por exemplo, Michael McDonald Hall (Hall, 1969). Seus estudos enfatizam a história da imigração no Brasil, em especial a italiana, e revisam o ponto de vista da sociologia ao afirmar a origem rural dos/as trabalhadores/as imigrantes e ausência de organização política paradigmática em suas pátrias. Assim, Hall se volta para a história do trabalho no Brasil e para o movimento operário brasileiro. Relevantes as coproduções com o acadêmico brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, (Hall; Pinheiro, 1979; 1981), com as quais evidenciam a expansão e o fortalecimento do movimento operário no início do século XX, explorando aspectos de suas greves e de suas condições de vida e de trabalho. Os brasilianistas se diferenciam em tais estudos, fundamentalmente no seu ofício, isto é, no modo de investigação embasada em amplas fontes com rigorosos critérios de análise, ao explorar, por exemplo, a imprensa dos/as trabalhadores/as.

Dos/as profissionais brasileiros/as, Boris Fausto, em 1976, publicou, pela Difusão Europeia do Livro, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, resultante de sua pesquisa *Trabalho Urbano e Conflito Social na República Oligárquica*. O livro teve diversas reedições. Com certa influência teórica e metodológica dos estudos sociológicos da década de 1960, como os de Francisco Weffort, e do diálogo com os brasilianistas, ao estudar a formação do movimento operário entre 1890 a 1920 em São Paulo e Rio de Janeiro, desenvolve a análise sob a concepção de que o movimento operário não está desconectado da história geral do país e estuda a classe operária por meio das suas condições materiais de existência, do seu comportamento, investigando, entre outras, as práticas anarquistas, as formas de sociabilidade e a sua perspectiva política. Para a reflexão sobre a emergência da classe e movimento operário, privilegia os aspectos socioeconômicos e demarca os estudos na área da história justamente pelo rigor da pesquisa e investigação de fontes e documentos, por exemplo, no “Arquivo do Estado de São Paulo, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Edgar Leuenroth” (BATALHA, 2012, p. 151).

Entretanto, o artigo pioneiro na temática foi, em 1973, de Maria Cecília Baeta Neves (1973), publicado na *Revista de Administração de Empresas* (cf. BATALHA, 2012). Preocupou-se com o movimento sindical brasileiro e o seu pouco estudo pelos historiadores e cientistas sociais, interessou-se pela greve dos sapateiros no Rio de Janeiro, que se tornou geral, não objetivou a elaboração de um modelo explicativo do movimento sindical e muito menos deu importância a antecedentes ou consequências históricas da greve, mas sim à reflexão a

fundo sobre um caso concreto, utilizando fontes primárias como o Jornal do Comércio e Correio da Manhã, a imprensa operária e breve consulta no Diário Oficial.

A perseguição e a repressão da ditadura civil-militar, a partir de 1964, a qualquer indício de prática ideológica de esquerda impediram e/ou limitaram a produção acadêmica. Porém no processo de lutas, há que se observar como esse meio sofreu mudanças e, especificamente na área da história, sobretudo na década de 1970, devido às possibilidades abertas pelos recém-criados Programas de Pós-Graduação: em 1971, História Social na Universidade de São Paulo e História na Universidade Federal Fluminense; em 1972, História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Federal de Goiás; em 1975, História na Universidade Federal de Santa Catarina; em 1976, História na Universidade de Brasília e o Programa de Mestrado em História do Brasil na Universidade Estadual de Campinas, que, posteriormente, passou a História. Nas décadas subsequentes tais Programas avançaram para o nível de doutorado e ampliaram suas áreas de concentração, eixos temáticos, emergindo daí diversas linhas de pesquisas, como, por exemplo, na Unicamp, que, nos anos de 1980, criou a área de concentração comum *História Social do Trabalho*, com cinco linhas de pesquisa: Escravidão e trabalho livre; Movimentos sociais; Processo de trabalho; Política e trabalho; Cultura e cidades.

Na década de 1970 foi marcante a criação de Centros de Pesquisa, Documentação e Memórias, como o Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), fundado em 1974 e levando o nome do seu patrono tipógrafo, militante anarquista e jornalista da imprensa operária, tendo a Unicamp adquirido sua coleção de documentos impressos e transformado o AEL em um dos maiores arquivos sobre a memória dos movimentos dos/as trabalhadores/as e anarquistas do país. Inúmeros outros centros e arquivos dedicados à história, à memória e aos movimentos dos/as trabalhadores/as surgiram nos últimos 46 anos no Brasil vinculados a universidades ou a organizações sindicais, como o Centro de Memória Sindical criado em 1980, uma instituição intersindical. Também em outros países foram criados importantes arquivos, como o Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (ASMOB), fundado em 1977, que teve sua sede em Milão cedida pela Fundação Giangiacomo Feltrinelli e nasceu de preocupações de brasileiros exilados na Itália com a preservação da memória dos movimentos sociais durante a ditadura.

Por iniciativa de um grupo de professores, em 1980 fundou-se o Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da PUC-SP, que, ao longo de sua história, adquiriu acervo que contempla Fundos, Periódicos, Coleções e Biblioteca de Apoio em benefício da pesquisa acadêmica e das atividades de ensino e extensão. Desde 1986 reúne, trata

e disponibiliza uma gama de documentos de movimentos sociais vinculados à igreja e à educação.

Programas, Centros e grupos de pesquisadores surgiram, acompanharam e sofreram influências de revisões historiográficas internacionais – desde Michel Foucault, até a *Nova História* francesa dos *Annales* e a *História Social* dos marxistas britânicos – que aqui repercutiram e abalaram os padrões de estudos de história nacional diante da expansão da história social. Tais influências direcionaram a reflexão para os/as trabalhadores/as e suas organizações sindicais e movimentos sociais ou não, assim como para as novas formas de lutas e resistências. Dentro da historiografia do movimento operário na década de 1970, as primeiras dissertações de mestrado que são referências clássicas foram Silva (1977), Ferreira (1976) e Magnani (1979), que, ressalte-se, não são da área da história.

Pesquisadores/as interessaram-se, além de pelo específico trabalho fabril, também pelo cotidiano fora das fábricas (Chalhoub, 1986; Cruz, 1987, 1991, 1999; Decca, 1987), voltando-se para aspectos das condições de vida e trabalho (Lobo, 1981; Ribeiro, 1988), enfocando os temas da cultura, do cotidiano dos grupos populares, de mulheres operárias (Pena, 1981), de correntes sindicais reformistas (Batalha, 1986; 1990), de legislação trabalhista (Gomes, 1988; Munakata, 1981), da vida operária e prática anarquista (Hardman, 1983).

Da história social inglesa, Edward Palmer Thompson (1981; 1987) ofereceu contribuições substanciais ao teorizar sobre o termo ausente na concepção marxista ortodoxa: *a experiência social*. Destarte, modificou como nunca os procedimentos teóricos e metodológicos da pesquisa histórica, bem como de outras áreas das ciências humanas e sociais. Ainda, na vertente inglesa, impactantes são as obras de Eric Hobsbawm (1981; 1987), e significativos os trabalhos do Centro de Estudos Culturais na Inglaterra realizados por Thompson, Richard Hoggart, Raymond Williams, com legados sobre noções de luta de classes no âmbito da cultura.

Dentre a produção francesa, importantes são historiadores/as como Michelle Perrot (1974; 1988) para o pensamento histórico brasileiro dos/as *excluídos/as da História*. Novos olhares e concepções sobre conceitos como cultura, sociedade, sujeito/a, história, política, memória, trabalho, trabalhadores/as, classes, envolvendo movimento social, cidadania, direitos, educação, gênero, habitação, saúde, imprensa, terra, campo, cidade, entre outros, também com novos recortes geográficos e temporais, emergiram nos debates e escritas, fossem eles divergentes ou convergentes.

Contudo ressaltamos, nessa temporalidade, a importante atuação intelectual e política de historiadoras negras e historiadores negros brasileiros/as no questionamento da teoria da

história e historiografia que excluíram a presença do povo negro na formação sócio-histórica do Brasil de sujeitos/as da história, da categoria de trabalhadores/as, como, por exemplo, são evidentes na vida e obra da mulher negra historiadora, professora, roteirista, poetisa, ativista pelos direitos das mulheres negras e do movimento negro *Maria Beatriz Nascimento*, que atualmente dá nome a Biblioteca do Arquivo Nacional. Nascimento foi uma das primeiras a questionar a abordagem acadêmica, majoritariamente branca, eurocentrada e hegemônica de temas dos/as negros/as na sociedade brasileira, dentre suas produções destacamos a pesquisa de 1981 *Sistemas alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas*, realizada na Universidade Federal Fluminense e *A mulher negra no mercado de trabalho* (1976), publicado no *Jornal Última Hora*.

Nos anos 1980, o recorte temporal que partia do início do século XX e ia até os anos de 1930 se estendeu e alcançou o presente (Maroni, 1982). Ganhou fôlego a problematização das experiências sociais do passado à luz das do presente. A concepção de trabalho e trabalhadores/as se abriu para outros e diferentes sujeitos/as e tempos-espacos, como, por exemplo, a contraposição à concepção predominante e duradoura sobre o homem e a mulher negro/a que desapareceu da história social do trabalho como sujeito/a, substituído pelo/a imigrante europeu. Passaram ao interesse estudos dos/as trabalhadores/as negros/as (Chalhoub, 1986), (Gitahy, 1993), bem como contundentes críticas à historiografia da *transição* e à *teoria da substituição* do/a escravizado/a pelo imigrante, como aquelas feitas por Lara (1998), autora que pesquisou os nexos entre *raça* e *classe* na história e na historiografia brasileiras. Na produção mais recente, Arantes (2010) analisa o cotidiano dos/as trabalhadores/as negros/as do porto do Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do XX e Silva (2016) reflete “sobre a presença de grupos negros e a constituição de suas micro-Áfricas no bairro de Guaianases” (p.15), em São Paulo, em um recorte temporal de 1930-1960.

No final dos anos 1980 e início dos 1990, Emilia Viotti da Costa quando fez considerações sobre como a nova história do trabalho era profundamente revisionista, sendo bastante tradicional com relação ao aspecto dos *problemas étnicos*, se espantava com o fato de a maioria de profissionais da história ignorar esse debate, assim como o da presença da mulher na força de trabalho e o seu papel no desenvolvimento do capitalismo, afirmando a existência de duas correntes historiográficas paralelas e que se apresentavam sob rótulos: história do trabalho e/ou história da classe operária, e história das mulheres, ambas se ignorando mutuamente. Costa afirma que só se poderia encarar a história do trabalho e da classe trabalhadora dentro de uma nova perspectiva: a que considera o/a trabalhador/a na sua totalidade (Costa, 1990).

Dentre a produção recente na área da história social atenta às mulheres trabalhadoras, ressaltamos alguns estudos como os de Ferreira (2000, 2006), a autora analisa as experiências sociais de mulheres pobres da região do Triângulo Mineiro no trabalho em domicílio, seja como trabalhadoras domésticas e/ou donas de casa, bem como Meyer (2016) analisa as formas de organização, as demandas, pautas e reivindicações de mulheres no trabalho de lavadeiras na formação da Associação das Lavadeiras da Região Metropolitana de Salvador (ALARMES).

Em meio à historiografia brasileira efervescente no final dos anos de 1980, considerou-se em crise a produção relativa ao *trabalho* (Batalha, 2012). Entre a diversidade de temas, recortes geográficos e temporais, teria havido desinteresse pelo assunto, motivado pela conjuntura sociopolítica nacional e internacional, sendo emblemático o fim do socialismo real e o eufemismo da reestruturação produtiva. Contudo, Batalha aponta dúvida quanto a essa crise diante das novas abordagens e problemas colocados pelos estudos que emergiam, sobretudo pela resistência dos arquivos e centros de documentação que não haviam fechado suas portas, e colocava peso maior na falta de empenho dos pesquisadores na afirmação institucional desses estudos na disciplina histórica.

Sob revisões historiográficas, o acesso aos acervos dos Arquivos e Centros de Memórias contribuiu para a diversificação das fontes, como a oral e os processos judiciais. Khoury (1989) trata da trajetória de Leuenroth por meio também dos processos judiciais contra ele e seus pares. Notamos que o uso da narrativa oral teve crescimento na produção do conhecimento histórico das condições materiais e imateriais dos/as trabalhadores/as. Em muitas linhas de pesquisa sobre trabalho e trabalhadores/as encontram-se estudos articulados aos conceitos de memórias, culturas, movimentos sociais, lutas e experiências sociais, em diferentes tempos e espaços, inclusive na busca pela superação da dicotomia campo e cidade.

Assim, destacamos as linhas: o Núcleo de Estudos Cultura, Trabalho e Cidade, da PUC-SP e o Trabalho e Movimentos Sociais, da UFU. Parte de suas produções está publicada em Fenelon (2004) – resultado do Projeto Procad (2001-2004) *Trabalho, Cultura e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias*, reunindo historiadores/as do Núcleo de Estudos da Cultura, Poder e Memória da UCSal, da linha: Identidades Culturais, Etnicidade e Migrações e da linha: Política: Ações e Representações, da Unesp/Assis – e em Maciel, Almeida e Khoury (2006).

Em décadas recentes a historiografia brasileira do mundo do trabalho e dos/as trabalhadores/as foi revisitada. O/a trabalhador/a organizado/a ou não em movimentos sociais, partidos políticos, do meio urbano ou do campo ganhou espaço sendo possível afirmar que a tendência de força das produções se mantém em diferentes perspectivas e instituições.

3. História Social e Movimentos Sociais

Após discutirmos parte que consideramos importante da trajetória da historiografia brasileira do trabalho, tendo como fio condutor as mudanças que converteram a história operária em história do trabalho e, posteriormente, em história dos/as trabalhadores/as, sentimos a necessidade de pensar os estudos históricos que trataram dos movimentos sociais empreendidos por estes/as trabalhadores/as. Entretanto, é incabível fazer essa discussão sem definir o que entendemos por história social, conceito-chave deste artigo. Isso porque não é mais possível pensar a área como resumida à história do trabalho, depois da severa ampliação experimentada no leque de temas, problemas, questões metodológicas, sujeitos/as e fontes de pesquisa abordados pelos/as historiadores/as. A História Social – da qual a história do trabalho é parte integrante – é o porto seguro em que se ancoram todas as pesquisas discutidas neste texto, na condição campo disciplinar para o qual convergem as diversas formas de abordagem, metodologias, opções teóricas e escolhas e políticas dos/as muitos/as historiadores/as que integram a área.

Todavia, definir *História Social*, e, por conseguinte, *movimentos sociais*, não é uma tarefa fácil, dentro do atual contexto historiográfico. A começar pelo primeiro conceito, nos deparamos com uma realidade espinhosa, pois, as mudanças de direção na historiografia, ocorridas desde a década de 1970, jogam a História Social em terreno movediço. A bem da verdade, defini-la Social sempre foi tarefa difícil, em virtude do caráter vago do termo, amplo, que abarca as mais diversas esferas da vida, razão pela qual foi escolhido para figurar no primeiro nome da revista *Annales (d'histoire économique et sociale)* (LE GOFF, 2005), que, neste contexto, surge como alternativa à história política – entendida como esfera do indivíduo –, definindo todo um projeto de escrita da história.

Após a emergência e difusão da *História Cultural*, na esteira da *Nova História* (LE GOFF, 2005; DOSSE, 2003; CHARTIER, 1991), a *História Social* começou, cada vez mais, a se tornar sinônimo de estudos que abordam as relações sociais, sob a ótica da História. No Brasil, esse contexto de mudança historiográfica também foi marcado pela emergência dos movimentos sociais e das lutas contra o regime civil-militar (SADER, 1988), em pleno quadro recessivo nacional, o que colocava as temáticas da pobreza, da desigualdade e dos próprios movimentos sociais em pauta.

Assim, de uma proposta mais ampla e global de estudos sobre a existência humana, a *História Social* desenvolvida no Brasil acabou por se dedicar mais à história operária e do trabalho, dos movimentos sociais, das cidades e, em outra direção, à história social da arte. De maneira geral, podemos definir que a *História Social* atualmente se caracteriza por colocar, nas

análises históricas, as relações sociais em primeiro plano, ao invés das diferenças culturais (como faz a *História Cultural*). Por conseguinte, a *História Social* tem como preocupação primeira a desigualdade social, entendendo-a como constituída não somente por elementos econômicos, mas também por relações (desiguais) de poder.

Isso não significa a inexistência de historiadores/as que defenderam propostas alternativas para os estudos da área e que muito contribuíram para sua formatação. Esse foi o caso de Déa Ribeiro Fenelon, grande entusiasta da *História Social*, que, na década de 1990, a defendia como uma tentativa de compreensão global do ser humano, sem separar os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais (dentre outros) de sua existência. Além disso, a autora frisava que:

[...] por criticar a história construída de cima para baixo, a História Social coloca ênfase em outros sujeitos, que não reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem transformá-los outra vez em vilões e novos heróis. Mais preocupada com processos coletivos, com grupos voltados para o interesse geral, consegue trabalhar na direção da democratização da História [...] (FENELON, 2009, p. 40-41).

Assim, a autora entendia a área como responsável pelo alargamento do campo da história, tomando como grande foco as minorias sociais (em termos de relações de poder) – marca que ainda caracteriza a história social –, *democratizando*, assim, a escrita da história (FENELON, 2009). Isso, no entanto, não deveria resultar em uma escrita historiográfica dividida entre *vilões* e *heróis*, mesmo que estes fossem de origem popular. A proposta defendida por Fenelon foca no reconhecimento de novos/as sujeitos/as e de sua importância nos processos coletivos que conformam a história.

Como já afirmamos anteriormente, ainda no caso brasileiro, temos uma visível vinculação entre a História Social e o marxismo, principalmente o de matriz britânica, o que, evidentemente, não significa a inexistência de trabalhos produzidos com base em outros referenciais teóricos. Entretanto, mais do que seguir as novas tendências acadêmicas, historiadores/as como Fenelon buscavam levar para o seio historiográfico as lutas pela construção de um novo regime democrático para o Brasil, que tomavam as ruas no contexto dos anos 1980.

Nesse esforço, as obras de historiadores/as como Thompson e demais intelectuais da esquerda britânica eram tomadas como fonte de inspiração. É assim que ocorre a já mencionada mudança de perspectiva na história social, que alargou seu campo de pesquisa e passou a estudar os/as trabalhadores/as em suas diversas ocupações e segmentos, sendo *Trabalhadores em*

serviços: dominação e resistência, de Heloisa de Faria Cruz (1991) um grande marco nas preocupações com os/as trabalhadores/as situados socialmente para além do operariado urbano.

Ainda nesse período, outro tema emergiu e renovou a história social, tonando definitivamente impossível continuar a nomeá-la de história do trabalho, foram os *movimentos sociais*. Obra célebre do período foi *Quando novos personagens entraram em cena*, do sociólogo Eder Sader (1988), que muito inspirou os/as historiadores/as brasileiros/as. O autor estudou os movimentos sociais organizados na Grande São Paulo, no final da década de 1970, focando naqueles que mantiveram autonomia frente ao Estado.

Importante sublinhar a leitura que Sader efetuou desses movimentos sociais, no interior da conjuntura histórica que permitiu seu surgimento, pois o autor compreende que eles “(...) alargaram as fronteiras da política” (SADER, 1988, p. 314) e “Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana” (SADER, 1988, p. 313-314). Em sua visão, tais movimentos permitiram uma participação direta dos/as trabalhadores/as na política e, mais do que isso, a construção de um *projeto* alternativo de democracia, o qual, no entanto, fora derrotado nas disputas políticas em torno da *redemocratização*. Nesse processo triunfara o acordo entre as elites políticas nacionais e a proposta de pacto entre capital e trabalho, resultando ainda nas políticas *participativas*, em uma tentativa de incorporar a este projeto a dinâmica dos movimentos sociais, intento este que, hoje sabemos, não se concretizou.

Todavia, conforme afirma Sader, a emergência dos movimentos sociais foi essencial para o fim do regime civil-militar no Brasil, pois acelerou a crise em que este se encontrava. Assim, o autor revelou as inter-relações entre os movimentos sociais e a política institucionalizada (oficial), mostrando como as divisas entre ambas não são totalmente fixas. Revelou ainda, para os/as historiadores/as, a necessidade de se pensar a política para além dos espaços oficiais, em suas articulações com a vida cotidiana dos mais diferentes grupos sociais.

Neste momento histórico, a História Social calcada nos estudos dos movimentos sociais polemizou com a história política, mudando o foco de análise do processo de redemocratização. Kazumi Munakata publicou, em 1980, texto provocador, em que afirmava não ser a grande novidade do período as movimentações dos partidos políticos em torno do futuro do regime civil-militar, mas a emergência dos movimentos sociais, com as mobilizações dos/as trabalhadores/as dos estados de São Paulo e Minas Gerais (MUNAKATA, 1980). Era um claro confronto com a História Política, em que o autor reivindicava o reconhecimento do peso dos movimentos sociais e das ações dos/as trabalhadores/as nos processos de transformações históricas e nas disputas políticas.

Diante desse quadro, podemos afirmar que a proposta da História Social dedicada ao estudo dos/as trabalhadores/as e dos movimentos sociais, principalmente aquela articulada no entorno do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP e de historiadoras como Dea Ribeiro Fenelon, passou a ser a democratização da escrita da história. Nessa perspectiva, propôs-se a inclusão de grupos sociais outrora ignorados por uma história muito calcada na eleição de heróis e de fatos históricos memoráveis, preocupada com a promoção do civismo, dentro dos projetos do regime civil-militar (FENELON, 1992; FENELON, 1993). Essa medida, reiteramos, não foi empreendida meramente para seguir as novas tendências acadêmicas da época, tampouco fora operada de maneira populista ou condescendente, mas porque tal grupo entendia que a memória e o reconhecimento dos/as diferentes sujeitos/as sociais na escrita da história eram direitos de todos/as, inclusive daqueles/as que não detinham grandes poderes e visibilidade na sociedade. Esse esforço também pontuou, em princípios da década de 1990, a atuação de Fenelon (e de outros/as intelectuais) na gestão pública, quando ocupou a cadeira de chefe do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, experiência orientada pela concepção de direito à memória⁴ (FENELON, 1992; CHAUI, 1992; PAOLI, 1992).

Esse esforço pela democratização da escrita da história não se materializou apenas na ampliação dos/as temas, sujeitos/as e objetos de estudo, mas também nas fontes e metodologias escolhidas para as pesquisas. Assim, a noção de documento histórico também se modificou e este passou a ser compreendido como expressão da experiência humana. Isso possibilitou revisões sobre as formas de linguagens na produção do conhecimento histórico, entendidas não mais como meros *reflexos* da realidade, mas como formas de intervenção no mundo e instrumentos para disputar (mesmo que desigualmente) o poder (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2007).

Nesse espírito, durante a década de 1990, popularizam-se as investigações que tomavam como fonte principal a *história oral*. Procurava-se então compreender os movimentos sociais contemporâneos por meio do diálogo direto com os/as trabalhadores/as neles envolvidos. O objetivo era, portanto, problematizar as formas como as pessoas compreendiam

⁴ Trata-se da gestão municipal da prefeita Luísa Erundina, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, para o mandato de 1989 a 1992. A Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo foi assumida pela filósofa Marilena Chauí, tendo a concepção de *cidadania cultural* como norteadora da política institucional do órgão. Por meio dela, entendia-se que o acesso à fruição cultural – tanto na condição de produtor como de audiência – era um direito de todos os/as cidadãos/ãs, indistintamente. O mesmo se pensava com relação à memória, razão pela qual se pensou políticas patrimoniais – no âmbito do Departamento de Patrimônio Histórico dirigido por Déa Ribeiro Fenelon –, que visassem a preservação das memórias dos mais diferentes grupos sociais. Ao mesmo tempo se pensava em formas de gerir os espaços de rememoração da municipalidade em um esforço conjunto com a população e os movimentos sociais. (Cf. FENELON, 1992; CHAUI, 1992; PAOLI, 1992).

os movimentos de que tomavam parte, bem como os processos históricos vividos. Assim, se operou o encontro entre o estudo – em perspectiva diacrônica – dos movimentos sociais e as preocupações com as vidas dos/as trabalhadores/as. Todavia, não se buscava mais apenas reconhecer essas pessoas como sujeitos/as sociais e registrar suas presenças na história, mas também refletir sobre suas formas de ler e interpretar o mundo em que viviam, atingindo-se dimensões mais profundas do fazer histórico de tais pessoas.

É assim que *Na luta por habitação: a construção de novos valores*, de João Carlos de SOUZA (1995), tomou as narrativas orais como grande fonte de pesquisa. O autor tratou dos movimentos de ocupação de solo urbano, empreendidos no final da década de 1980, na zona leste de São Paulo. Com base em fontes orais, Souza analisou as transformações nas consciências dos/as trabalhadores/as envolvidos naqueles movimentos, com a construção de novos valores, com relação, por exemplo, à propriedade privada, que deixava de ser vista por eles como algo inquestionável, para ser concebida como aquilo que precisa cumprir com sua função social. Em outra direção, o autor também abordou a vida cotidiana nos acampamentos, as formas de organização e de luta, bem como as divisões internas aos movimentos, não os percebendo de forma monolítica e/ou homogênea.

Outra importante historiadora preocupada com as contribuições da história oral ao estudo dos movimentos sociais é Yara Aun Khoury, citada anteriormente, por conta de seu doutoramento (na Unicamp), em que fez uso de processos-crime como fonte de pesquisa. Posteriormente ao doutorado, no trabalho como docente do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP, Khoury prosseguiu com suas reflexões sobre o uso de novas fontes, como forma de melhor compreender a realidade social vivida por trabalhadores/as, os movimentos sociais por eles/as empreendidos e seus processos de consciência. Dedicou-se então às narrativas orais e, em seus escritos – produzidos com base em suas experiências de orientação –, ressaltou a importância dessa fonte para a compreensão da dinâmica do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Os estudos realizados por seus/suas orientandos/as revelaram a dinâmica da vida cotidiana nos acampamentos e assentamentos, conflitos geracionais e a pluralidade cultural existente no interior dos mesmos, tendo destaque os trabalhos de Silva (1996), Moreira (1998), Markus (2002) e Silvério (2006). Khoury (2006) frisou sobre como as narrativas orais foram essenciais para que os/as autores/as tivessem acesso a esse conjunto de experiências cotidianas e para que pudessem dialogar sobre as mesmas com os/as trabalhadores/as rurais.

Sobre o estudo dos movimentos de luta pela reforma agrária no Brasil contemporâneo, Leandra Domingues Silvério (2006, 2012) apresentou significativa contribuição, também

tomando as narrativas orais como importante fonte de sua pesquisa. A autora problematizou as políticas de reforma agrária empreendidas pelos governos *democráticos* – incluindo aqueles do PT (Partido dos Trabalhadores) – sob a ótica dos/as acampados/as e dos/as assentados/as. O trabalho do doutorado (2012) possui a particularidade de abordar dois movimentos de luta pela terra, o MST e o MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra), especificamente na região do Triângulo Mineiro e lança luz sobre a diversidade de movimentos que marca a luta pela terra no Brasil atual. As conclusões da autora são de importância, pois, revelam os avanços e, principalmente, os limites das políticas em prol da reforma agrária, incluindo aquelas empreendidas pelos governos brasileiros de esquerda. Outro mérito do trabalho reside em não apenas abordar as estratégias de luta e de organização dos/as trabalhadores/as para a conquista da terra, mas também a dinâmica de funcionamento dos assentamentos após sua regularização, com todos os dilemas, desafios e problemas enfrentados neste âmbito.

O relevante desafio atual, para a *História Social* preocupada com os estudos dos *movimentos sociais* é compreender organizações como, por exemplo, os movimentos que ganharam visibilidade em 2013, nas chamadas *Jornadas de Junho*. Sua própria compreensão como *movimentos sociais* é alvo de acalorados debates na academia, pois, se por um lado em tal conjuntura se exigiu direitos – ao transporte coletivo de qualidade, a preços acessíveis e/ou gratuito – por outro, uma pauta bastante conservadora emergiu das ruas e conquistou hegemonia política nos anos seguintes. Esse desdobramento político chegou ao ponto, em 2016, de uma presidenta legitimamente e democraticamente eleita (Dilma Rousseff) sofrer um golpe mascarado de processo de impeachment e de, no ano 2018, se eleger democraticamente um projeto ultraconservador com explícitas posições e declarações retrógradas, que têm retirado direitos conquistados historicamente pelas lutas sociais e populares. É importante que não se confunda esses movimentos sociais de 2013, que, de fato lutavam por direitos, com as ações de organizações políticas conservadoras e autoritárias. A ascensão política dessas últimas nos induz ao esquecimento da diversidade e complexidade que pontuou os movimentos de 2013, que não podem ser lembrados tão somente como um *debut* da direita conservadora brasileira.

Outro desafio se refere a captar as novas formas de expressão dos movimentos sociais, no caso do Brasil, assumidos principalmente após a década de 1990, quando assistimos ao seu refluxo decorrente das derrotas sofridas desde a *redemocratização* e a intensificação da repressão empreendida pelos governos *neoliberais* que se seguiram às primeiras eleições diretas. Algo nesse sentido já havia sido sinalizado por Jesus Martin-Barbero (2006), ao chamar a atenção para as relações entre mídias, práticas culturais e movimentos sociais na América Latina Contemporânea.

Na sociologia, Josué Medeiros (2014) tem se debruçado sobre os novos movimentos sociais, com foco no Movimento Passe Livre (MPL), que esteve à frente das primeiras mobilizações que geraram as *Jornadas de Junho de 2013*. O autor analisa as relações desses movimentos com as melhorias nas condições de vida, experimentadas pelos/as trabalhadores/as brasileiros/as com as políticas de inclusão promovidas pelo PT, no governo federal, efetuando um profícuo debate com autores importantes para a *História Social*, como E. P. Thompson. Talvez a iniciativa inspire os/as historiadores/as a analisar estes novos movimentos sociais, baseados em *redes*, avessos a hierarquias e ao diálogo com os governos (MEDEIROS, 2014).

Compreender a dinamicidade e a plasticidade dos movimentos sociais no mundo atual, com suas novas demandas, novas formas de organização e novos/as protagonistas – ou seja, em sua transformação histórica –, é a uma das tarefas para a *História Social* de hoje.

4. Considerações finais

Cientes dos diferentes olhares sobre a historiografia, o que propusemos foi pensar concepções e referências sobre o seu desenrolar. Nesse sentido, não há como negar que a História Social em décadas recentes ganhou espaço e trouxe novas perspectivas. Não pretendemos aqui definir o que seja, ou não, História Social e as suas principais categorias de análise, mas sintetizar noções-chave que, no campo de disputas, democratizaram e oportunizaram a visibilidade na historiografia de outros/as e novos/as sujeitos/as trazendo à tona suas experiências sociais, seus modos de viver, de trabalhar e de refletir sobre a realidade vivida.

Longe de pretendermos esgotar a temática ou mesmo invisibilizar outras experiências em História Social – como a profícuo história social da escravização e do período colonial –, nosso objetivo foi o de lançar olhares para esta área da história, da qual somos praticantes, no intuito de melhor compreendê-la. Cabe destacar ainda que, distantes de uma perspectiva que entende a História Social como apenas parte do passado historiográfico brasileiro, vemos a área não somente como importante e atual, mas necessária no presente, em que o país bate recordes de desigualdade e o autoritarismo avança a passos largos. Há que se ressaltar a nossa indignação e preocupação com os ataques que as universidades, docentes e estudantes temos sofridos do atual governo, que de forma absurda tenta nos calar e precarizar as condições de trabalho.

Dois grandes legados da História Social foram a atenção com a desigualdade social e o desejo de democratizar a história. Mais do que nunca, ambas são necessárias para se compreender o tempo presente e, quiçá, gestar outros projetos mais democráticos de sociedade, tanto para o Brasil, quanto para o mundo. Isso não significa ignorar a existência de desafios que

se colocam para a área e que requerem sua renovação, afinal, transformar-se, como vimos, foi uma das grandes características da História Social brasileira.

Ademais, a área nos deixou uma lição, elementar nestes tempos sombrios, em que o obscurantismo avança vigorosamente. Referimo-nos ao fato de que a própria escrita da história é parte integrante e essencial dos esforços de democratização de uma sociedade. Ser historiador/a também é ser *trabalhador/a*, pois escrever história também é *trabalho*, podendo converter-se em *movimento social* de luta por *direitos*, por *liberdade* e por *democracia*.

5. Referências bibliográficas

ARANTES, Erika B. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, RJ. 2010.

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012. P. 145-158.

BATALHA, Cláudio H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, nº 23/24, Set.1991/ago.1992. P. 111-114.

BATALHA, Cláudio H. M. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1990, São Paulo, 1990.

BATALHA, Cláudio H. M. *Le Sydicanisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Thèse de Doctorat de l'Université de Paris, Université de Paris I (Panthéon-Sorbone), 1986. Mimeo.

CARDOSO, Fernando H. Situação e composição social do proletariado brasileiro. In: *Sociologie du Travail*. Nº 4, 1961.

CARDOSO, Fernando H. Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. *Revista Brasiliense*, n. 41. maio-jun. 1962.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 37-46.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. de 1991.

COSTA, Emilia V. da. *Estruturas versus experiência: novas tendências na história do movimentos operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde o que se*

ganha. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB. Rio de Janeiro (29). 1º sem., 1990. P. 03-16.

CRUZ, Heloisa de F. Mercado e polícia. São Paulo. 1890/1915. In: *Revista Brasileira de História. Instituições*. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, v. 7, mar/ago. 1987. P. 115-130.

CRUZ, Heloisa de F. *Trabalhadores em serviço: dominação e resistência* (São Paulo - 1900/1920). São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.

CRUZ, Heloisa de F. Cultura, trabalhadores e viver urbano. In: *Projeto História*. São Paulo, v.18. Maio. 1999. P. 301-307.

DECCA, Maria A. G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. P. 9-21.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

FENELON, Dea Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n.º 10, pp. 73-90, dezembro de 1993.

FENELON, Dea Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?. *História & Perspectivas*. Uberlândia/MG, UFU, n.º 40, pp. 27-51, jan./jun. 2009.

FENELON, Dea Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. P. 29-33.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Memória, história e trabalho: as experiências das trabalhadoras domésticas na cidade de Uberlândia/MG -1970-1999*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2000.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Trabalho em Domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas de casa no Triângulo Mineiro (1950-2005)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2006.

FERREIRA, Maria N. *Imprensa e sociedade: o trabalhador gráfico*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de São Paulo, ECA/USP, SP, 1976.

GITAHY, M. L. C. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

HALL, Michael M. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Tese PhD, Nova Iorque, Columbia University, 1969. (Mimeo).

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo S. Ressalta-se a predominância ainda nessas produções do gênero masculino restringindo a escrita a trabalhadores, contudo, o/a autor/a do presente artigo usará inclui o gênero feminino.. V. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo S. *A classe operária no Brasil 1889-1930: Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado*. V.2. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDMAN, Francisco F. *Nem Pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HARDMAN, Francisco F.; LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos vinte)*. São Paulo: Global, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *Trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KHOURY, Yara A. *Edgard Leuenroth: uma voz libertária. Imprensa, memória e militância anarco-sindicalistas*. Tese (Doutorado em História Social), USP-SP, 1989.

KHOURY, Yara A. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. P. 22-43.

LARA, Silvia H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. *Projeto História*, São Paulo, v. 16. fev., 1998. P. 25-38.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. P. 32-84.

LOBO. Eulália M. L. *Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro da década de 1880 a 1920*. Nova Americana, (4), Turim, 1981.

LOPES, Juarez R. B. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo. R.; KHOURY, Yara A. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

MAGNANI, Silvia I. L. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

MARKUS, Maria Elsa. *Movimento dos Sem Terra na construção da história local: o caso de Rondonópolis*. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2002.

MARONI, Amméis. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MARTINS, Ismênia L. Anotações sobre a História do Trabalho no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, 1995. P. 91-100.

MEDEIROS, Josué. Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. *História e perspectivas*. Uberlândia/MG, INHIS/UFU, n.º 51, p. 87-117, jul./dez. 2014.

MEYER, Johanna Brígida Rocha Ribeiro. *Lavadeiras vão à luta: organização e atuação da ALARMES na Bahia. (1983-2002)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal de Sergipe, SE, 2016.

MOREIRA, Vagner J. *Trabalhadores em luta pela terra-campo e cidade: valores, memória e experiência de trabalhadores rurais sem terra-Sumaré 1970-1998*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 1998.

MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. In: CASALECH, J. E.; TELAROLLI, A. (orgs.) *Movimentos sociais. Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*, Araraquara, ANPUH/UNESP, 1980.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário: o lugar e o tempo de “O lugar do movimento operário”, 30 anos depois. *História e perspectivas*. Uberlândia/MG, INHIS/UFU, n.º 43, p. 9-18, jul./dez. 2014.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *A mulher negra no mercado de trabalho*. Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 25 de julho, 1976.

_____. *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas*. 1981. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. Editora Filhos da África, 2018.

NEVES, Maria Cecília B. Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa. In: *Revista de Administração de Empresas*. S. l., n. 13, Abr./jun., 1973.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao passado. In: SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 25-28.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da S.. Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, set., 1983.

PENA, Maria V. J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Luiz. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965.

PERROT, Michelle. *Les ouvriers em Greve, France 1871-1890*. Paris/Haia, Mouton, 2 v., 1974.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RODRIGUES, Leôncio M.; MUNHOZ, Fábio A. *Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil*. S/D. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/bibliografia_sobre_trabalhadores.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

RAMOS, Igor G.; JOANILHO, André L. Análise da historiografia brasileira sobre a classe operária: uma perspectiva cultural. In: *Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia: A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. Ouro Preto: EDUFOP, 2008.

RIBEIRO, Maria A. R. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista, 1870-1930*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1988.

RODRIGUES, José A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, Leôncio M. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Lúcia M. O. *Movimento sindical operário na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, IFCH/Unicamp, SP, 1977).

SILVA, Luzia M. R. *Os trabalhadores em luta pela terra no Triângulo Mineiro*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 1996.

SIMÃO, Azis. *O sindicato e o Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1966.

SILVA, Sheila Alice Gomes da. *Negros em Guaianases: cultura e memória*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados (as) dos Projetos de Assentamentos Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980-2012)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2012.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. *Assentamento Emiliano Zapata: trajetórias de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2006.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3 v. 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha Peixoto; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1979.

A LUTA PELA MORADIA E OS ESTUDOS CULTURAIS: Invisibilidade e silenciamento em Palmas –TO

Eduardo José Silva Lima⁵

Resumo

A negação de acesso ao direito à moradia acarreta reações de movimentos sociais que resistem a um planejamento urbano que invisibiliza a população em vulnerabilidade habitacional. Como parte da cidade, as ocupações urbanas se tornaram o exemplo mais visível de resistência contra processos segregadores como: grilagem de terras, especulação imobiliária, violência estatal, desigualdades estruturais e insuficiência de políticas habitacionais para população pobre. Partimos do pressuposto que os problemas referentes ao déficit habitacional em Palmas devem-se não a uma condição natural ou ocasional, mas sim o resultado de condições sócio culturais. De alicerce teórico partiremos de uma perspectiva teórica do materialismo cultural, com foco nos autores dos Estudos Culturais como Raymond Wyllians, Richard Hoggart, Edward P. Thompson, Stuart Hall e Terry Egleaton que entenderam a cultura como objeto de estudo de formas plurais havendo aproximações e distanciamentos entre eles. As discussões conceituais serão aliadas a análise de fontes, periódicos, onde colocamos em prática interpretações do passado que expõem discursos sobre a cidade. Por fim, há uma proposta de entender o problema da habitação de forma mais ampla no sentido de novas perspectivas de recorte temporal e escala de possibilidades.

Palavras-chave: **Luta pela moradia; Silenciamento; Invisibilidade; Resistência; Estudos Culturais.**

Abstract

The denial of access to the right to housing leads to social movements that resist an urban planning that makes invisible the population in housing vulnerability. As part of the city, as urban occupations that use the most visible example of resistance to segregating processes such as land grabbing, real estate speculation, state violence, applied inequalities and insufficient housing policies for the poor. We assume that problems related to housing deficits in Palmas should not have a natural or occasional condition, but rather the result of cultural social conditions. Appreciating theoretically from a theoretical perspective of cultural material, focusing on the authors of Cultural Studies such as Raymond Wyllians, Richard Hoggart, Edward P. Thompson, Stuart Hall and Terry Egleaton who understand culture as an object of study of plastic forms, making approximations. and distances between them. The conceptual discussions will be allied to the analysis of sources, periodicals, where we put into practice interpretations of the past that expose discourses about the city. Finally, there is a proposal for a broader understanding or problem of accommodation in the sense of new perspectives of temporal clipping and scale of possibilities.

Keywords: **Fight for housing; Silencing; Invisibility; Resistance; Cultural studies.**

*Todo munda busca
Ninguém acha você
A cidade assusta, mas vai amanhecer
Você já passou por mim (passou)
E nem olhou pra mim
Acha que eu não chamo atenção (acha)
Engana o seu coração
(Invisível – Baiana System)*

⁵ Eduardo José Silva Lima é mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, atualmente exerce atividade docente na Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS e estudante de doutorado em História na Universidade Federal de Goiás – UFG. Contato: Eduardo.js@unitins.br

O que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos.

(Edward Palmer Thompson).

A questão da habitação no Brasil, na verdade a vulnerabilidade habitacional, é debatida por muitas ciências de formas diversas, dentre desse contexto são levantados argumentos estruturais, legislativos, morais, sociais, mas pouco se debate o problema partindo de um horizonte teórico cultural. Nas citações acima identificamos dois problemas que serão discutidos nas linhas que seguem esse artigo, são eles: invisibilidade e silenciamento. Estruturas econômicas, sociais e políticas são utilizadas como recursos comuns para entender o déficit habitacional em grandes cidades brasileiras, todavia pretendemos propor uma análise cultural sobre a temática utilizando como aplicação o caso da cidade de Palmas-TO.

Não há aqui um esforço em abandonar estruturas analíticas anteriores, o sentido é contrário, dentro de uma perspectiva que inclua nas interpretações do passado contextos culturais que contribuem para tomada de decisões. Para isso a pretensão é pensar novos questionamentos partindo de um aporte cultural que tenha em conta efeitos como invisibilidade e silenciamento sendo a vulnerabilidade habitacional o objeto de análise. De horizonte teórico tomamos como inspiração autores ligados, ao que comumente ficou conhecido, aos Estudos Culturais. Intelectuais como Raymond Wyllyans, Richard Hoggart, Edward P. Thompson, Stuart Hall e Terry Egleaton tomaram a cultura e práticas culturais como objeto de estudo interdisciplinar e, portanto, plural havendo aproximações e distanciamentos entre eles. Sendo a cultura objeto que os une a ideia é trazer essa problemática para o campo da vulnerabilidade habitacional, pensando essa como uma forma de aplicar concepções teóricas que acarretem ações práticas numa perspectiva de mudança social.

A contribuição dos Estudos Culturais vem no sentido alavancar a cultura como um objeto de estudo não só possível, como necessário ao entender que aspectos referentes à consciência e experiência como partes das diversas dimensões da vida humana. Ao realizar uma crítica a um conceito doutrinário de cultura houve uma busca por pluralizar as vozes dos marginalizados contrariando uma sociologia conservadora inglesa. O questionamento da sociedade moderna se dava por meio do papel da cultura que seria um campo permeado por disputas e tensões nos movimentos de afirmação e questionamento de práticas culturais. A grande contribuição dos Estudos Culturais foi uma nova epistemologia histórica que valoriza,

também, a análise de aspectos culturais na produção dos conhecimentos científicos nas ciências humanas.

Partindo do ponto que a cultura é um campo de conflito entendemos que dentro dessa relação de poder a classe trabalhadora tende a ter suas práticas culturais e suas demandas sociais invisibilizadas e silenciadas por uma hegemonia sustentada por extratos socialmente privilegiados. O Brasil, em geral, possuiu historicamente problemas com habitação, a negação do direito à cidade, foi à tônica da expansão de muitas cidades brasileiras. Neste artigo serão utilizadas informações de pesquisa desenvolvida sobre a luta pela moradia na cidade de Palmas-TO, última cidade planejada do século XX no Brasil. Na capital do Tocantins temos um processo semelhante de segregação social, mas com características peculiares. Muitas cidades reformularam seus centros urbanos expulsando a população pobre para regiões periféricas, Palmas nasce dentro dessa lógica. Sendo a população de baixa renda, como os operários que vieram para trabalhar na construção da cidade, impedida de ocupar as áreas centrais do plano diretor. Assim ocuparam regiões periféricas como Taquaralto e Taquari⁶. Fruto de uma política urbana capitalista a cidade de Palmas responde uma lógica do sistema: a segregação social. Desde o início da construção da cidade podemos perceber por parte do aparelho estatal uma divisão desigual dos equipamentos públicos que perduram até hoje. Quanto mais próximo ao centro da cidade mais acesso, quanto mais longe menos facilidades de acesso.

Como forma de questionamento de uma hegemonia nasce movimentos contestando esse *status quo*: os movimentos de luta pela moradia. Esses surgem de uma emergência quanto à questão urbana que acompanha as mudanças na cidade, quando há um rápido crescimento em função de uma migração e a busca da capital pela população interiorana. Os questionamentos passam a não se limitar a necessidade de uma casa, mas passa também pelo uso do solo e uma regularização fundiária, grandes demandas do Movimento de Luta pela Moradia em Palmas. Esse foi fundado em 1995, suas lideranças eram ligadas a pastorais sociais da Igreja Católica, as organizações estudantis e aos partidos de esquerda. No ano de 1994, é travada uma luta muito grande pela ocupação do centro norte da cidade, o município não contava com nenhuma política pública de moradia popular, mas apenas com grandes projetos imobiliários. O Movimento de Luta pela Moradia organizou muitas estratégias de organização, de ocupação que resultaram em diversas conquistas. Como, por exemplo, conquista de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates com a população, onde discutiam a conjuntura do município e elaboraram estratégias de resistência.

⁶ Regiões que ficam cerca de 25km do centro do plano diretor.

A partir das informações acima é possível perceber que a segregação social em Palmas não é natural, tampouco obra do acaso. Desde sua planta inicial a cidade nasce para ser desigual, para favorecer automóveis e não pedestres, para favorecer o transporte privado e não público e para atender interesses imobiliários em detrimento da população que a construiu. O desafio está em questionar o que é considerado evidente por um número expressivo de pessoas em dada época, em dado lugar. Desafio este um tanto maior quando se refere a sujeitos simples, às pessoas comuns, que construíram e vivenciaram a construção da cidade, pois se sabe que eram, no geral, analfabetos, iletrados, viviam sob intensa vigilância das autoridades governamentais e dos segmentos sociais dominantes. Restringindo sua capacidade de se expressarem, de verbalizarem e de registrarem seu fazer, pensar e sentir. Mas que, no entanto, não a inviabilizaram.

Em recente publicação os historiadores Jo Guli e David Armitage, *Manifesto pela História*, reacenderam a discussão em torno de uma produção historiográfica na perspectiva de uma longa duração. Sendo os historiadores os mais capacitados para lidar com os movimentos e pluralidade temporal os autores defendem que alguns objetos sejam tratados com lastros temporais mais significativos como o caso das desigualdades e meio ambiente. É nesse sentido que traremos uma reflexão que talvez possa explicar como a cidade de Palmas nasce velha, no quesito direito à moradia, já que conta com os mesmos problemas de vulnerabilidade habitacional que cidades centenárias. Portanto, há um conjunto racional de escolhas que reproduzem uma lógica excludente de cidade desde seu projeto.

Os Estudos Culturais e as disputas na cidade.

Fruto de debates ocorridos junto à classe trabalhadora, através da WEA (Worker's Educational Association), os estudos culturais, na figura de intelectuais como Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson apresentam um entendimento de forte questionamento a formulações existentes sobre o papel da cultura nas sociedades. Para isso defendem a cultura como um campo privilegiado para analisar disputas, tensões, silenciamento, invisibilização, como também, valores e significados sociais. Em seu livro referente aos Estudos Culturais a professora Maria Elisa Cevalco, *Dez lições sobre os Estudos Culturais*, destrincha essa proposta teórica do grupo:

A posição teórica dos estudos culturais se distingue por pensar as características da arte e da sociedade em conjunto, não como aspectos que devem ser relacionados, mas como processos que têm diferentes maneiras de se materializar, na sociedade e na arte. Os projetos artísticos e intelectuais são constituídos pelos processos sociais, mas também constituem esses processos na medida que lhe dão forma. Os projetos mudam no decorrer das

modificações sociais e devem ser estudados sempre como formas sociais. (CEVASCO, 2003. Pág64)

Podemos observar esse direcionamento para entender como as formas de vida de uma sociedade, sua cultura, moldam os seus projetos e obras. Assim um grande desafio do grupo foi aliar sua formação teórica ao materialismo cultural refinando a interpretação de que as estruturas econômicas determinam as práticas culturais. Portanto, uma questão central é considerar as contribuições do materialismo histórico eliminando o idealismo descritivo entendendo as práticas culturais como uma realidade inserida em um processo social. Por isso há um interesse por uma cultura da classe trabalhadora entendendo-a como forma de resistência, como também, ressignificação e aceitação a elementos de uma cultura capitalista excludente.

Há a intenção de confrontar categorias basilares no entendimento de cultura, uma cultura de minoria, entendida como tradicional da sociedade inglesa, e a cultura dos comuns, que se opõe a uma visão elitista de cultura. A cultura seria um campo de disputas capaz de expor as contradições e desigualdades de classes, logo, ao entender essas contradições é possível criar estratégias de combate. Já que a cultura perpassa diversas esferas da vida humana desde a formação social, econômica e política. A base dos estudos culturais é analisar as produções por via cultural levando em consideração os fatores citados acima, o desenvolvimento cultural passa a fazer parte do cenário de lutas sociais.

Após a experiência com educação popular na WEA Willians, Thompson e Hoggart foram absorvidos por universidades inglesas. Em 1964 Hoggart funda o Centro de Estudos de Culturais Contemporâneos na Universidade de Birmingham e a partir daí houve uma institucionalização do grupo favorecendo uma vasta produção. Mesmo florescendo dentro da universidade o grupo não abandona as relações com a sociedade estabelecendo pesquisas entre os grupos sociais. É através da análise de estruturas culturais que questões sociais são interpeladas, condições como racismo e machismo entram nas pesquisas como forma de entender pra combater visando uma sociedade mais justa e democrática. A cultura seria envolta de processos de dominação e controle em busca de uma hegemonia que exclui práticas sociais de grupos que já são marginalizados socialmente e economicamente.

Um dos conceitos estruturais dos Estudos Culturais é o de hegemonia de Raymond Willians, segundo esse:

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido

de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirma-se reciprocamente. Constitui assim um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes. (WILLIAMS, 1979. Pág.113)

Williams compreende a hegemonia como um processo, logo é constituída socialmente. Além disso, não existe dominação uma, sempre há resistências uma contra hegemonia ou hegemonia alternativa. Na hegemonia a ordem dominante cria estratégias de legitimação que geram contra posições garantindo os movimentos dos processos histórico culturais.

O campo cultural detém em sua constituição inter-relações bastante complexas, identificadas por sua dinamicidade dotada de múltiplas temporalidades. Aproximando essa questão do nosso problema de estudo, a cidade de Palmas, observamos as relações dos processos culturais, pois há uma cidade projetada sob a égide cultural liberal burguesa, mas que está inserida em um contexto histórico da Constituição de 1988 considerada como cidadã em diversos aspectos. Dentre esses a questão da moradia, identificamos uma cultura dominante muito ligada ao liberalismo, comércio de terras e especulação imobiliária que, na prática, altera diversas vezes o projeto de construção da cidade mais ligado a uma força emergente de justiça social e garantia de direitos constitucionais. Há ainda uma força residual que entende a terra como única fonte de produção de riqueza e que valoriza o acúmulo de grandes propriedades de terras, promovendo no imaginário social a propriedade privada da terra como garantia de controle dos meios de produção.

O acesso à propriedade da terra é uma questão econômica e social, todavia a perspectivas em torno da terra contém valorações culturais importantes. O significado da posse e a forma como ela é entendida dentro do imaginário social acarreta procedimentos práticos na esfera pragmática como, por exemplo, no planejamento urbano da cidade. Disputando a hegemonia da cidade de Palmas encontramos um grupo dominante que entende a cidade como uma expressão do modelo capitalista de produção, ou seja, a terra é uma mercadoria que se torna capital ou especulação para tal. Como posição emergente temos uma parcela da população que se inspira na Constituição que garante o direito à moradia e à cidade, esse grupo vai ao enfrentamento contra um planejamento urbano excludente que segue um horizonte teórico que guia as grandes cidades brasileiras onde moradia é um direito que só é garantido a quem é privilegiado economicamente. Em uma via residual identificamos uma elite agrária rural que pretende ter o monopólio da terra com fins agropecuários mesmo se tratando de uma zona

planejada para ser uma cidade moderna. Esse elemento residual em muitos pontos converge com a perspectiva dominante, está ativo nesse processo cultural mesmo sendo ligado a um passado onde a economia brasileira estava majoritariamente no campo, na monocultura e na mão de obra escrava.

A cultura dominante e a emergente estão ligadas a um processo dinâmico de circularidade cultural almejando uma hegemonia, mas não podemos entender uma hierarquia nessa relação, mas sim interdependência transformadora. Como dominante entendemos a forma que perceber a terra como uma mercadoria dentro de um mercado capitalista que transforma não só a terra em produto, mas como um meio de especulação criando um mercado além do real. Na perspectiva emergente temos a população em vulnerabilidade habitacional lutando pela garantia do direito a moradia recém adquirido por meio da Constituição de 1988, uma noção de cidade democrática e inclusiva que vai além do poder econômico. Todavia, além dos aspectos econômicos e sociais temos o valor cultural influenciando diretamente no planejamento urbano da cidade, da mesma forma que a cultura é um campo de conflito a cidade passa a ser palco de disputas culturais, mas também de luta por sobrevivência dentro da cidade.

O importante é ficar claro que aspectos culturais não estão dissociados das questões econômicas e sociais, portanto as disputas dentro da cidade são também de ordem cultural. Esta influencia no planejamento urbano de Palmas, quando esta se torna uma capital segregadora, mas força também sua participação quando organizações emergentes criam rupturas no planejamento urbano que as invisibilizavam. As formas de dominar e reagir são aspectos culturais relevantes para entender as estratégias dos grupos que disputam a cidade, pluralizar esses testemunhos é um caminho que vislumbra um entendimento diversificado do passado e do presente.

Com base no materialismo cultural o filósofo inglês Terry Eagleton dedica um livro inteiro para discussão do conceito de Ideologia. Ideologia, a obra, foi publicada em 1991, contudo nada indica que a discussão sobre esse conceito esteja pacificada no Brasil, muito pelo contrário há inúmeros usos do mesmo que extrapolam os muros da academia e invadem o discurso político e nem sempre com a rigidez epistemológica necessária. As controvérsias que giram em torno do conceito de ideologia se dão justamente pela polifonia semântica assumidas ao longo do tempo, o que acarreta usos indefinidos e abstratos. Atualmente seu uso no campo político tem sido no sentido de fins retóricos com objetivo de execração de adversários políticos. Acusar de “fim ideológico” serve como persuasão política para desqualificar qualquer proposta política, a não política com pretensão a hegemonia não lida bem com o contraditório democrático.

Alhures os sentidos e não sentidos políticos, Eagleton constrói o conceito de Ideologia de forma acadêmica, entendendo que não seria um simples conjunto de subjetividades abstratas, mas sim um elemento constitutivo de cada indivíduo, parte de nossa formação identitária. Ideologia seria, para Eagleton, “um conjunto de pontos de vista que por acaso defendo; esse ‘acaso’, porém, é, de algum modo, mais do que apenas fortuito, como provavelmente não o é minha preferência quanto a repartir meu cabelo ao meio” (EAGLETON, 1997. p. 31). Não podemos confundir ideologia com preferências pontuais, esse conjunto de crenças são funcionais para os grupos sociais e representam papéis e funções sociais relevantes, todavia não são elementos estáticos ou engessados, são plurais e heterogêneos configurando intersecções complexas.

Ideologia não é uma ilusão sem fundamentos. Mesmo que imaginemos um grupo de pessoas que tem em comum a vulnerabilidade habitacional e que nesse grupo os integrantes desconheçam o dever do estado de promover solução para esse problema e pensem se tratar de problema individual de resolução pessoal, isso não altera o fato de que a ideologia capitalista que individualiza problemas econômicos coletivos acarreta privilégios a um determinado extrato social economicamente favorecido. Assim, compreendemos a ideologia como algo que extrapola os limites culturais estando necessariamente atrelada, também, as esferas política e social. Mesmo aceitando que existe uma ideologia dominante não há poder que não seja contestado, portanto, não é possível que os indivíduos sejam inexoravelmente passivos de alienação completa. Terry Eagleton reforça a postura de que não há ideologia hegemônica que não tenha que lidar com contradições ou fissuras, seria impossível uma manipulação das massas que garantisse 100% de eficácia. Grupos sociais marginalizados preservam práticas culturais próprias que garantem uma autonomia, muitas vezes sendo formas de resistência.

Cidade, planejamento e resistência.

Neste tópico faremos análises sobre estratégias de resistência utilizadas para romper com uma lógica capitalista de planejamento urbano que tende a excluir pessoas economicamente desfavorecidas. A cidade não é apenas uma reunião de edifícios cortados por grandes avenidas, a esta competem outras atribuições das quais questões meramente técnicas não são capazes de abarcar. “É preciso entender esse espaço como lugar do vivido e como lugar do fazer histórico” como afirma o historiador Jiani Fernando Langaro (LAGANGARO, 2009, 47) ao estabelecer uma conexão entre o conceito de espaço dentro da perspectiva histórica. A necessidade de perceber as pessoas como o único sentido das cidades é primordial, pois prédios não constituem cidades, pessoas vivem a cidade.

Dedicando-se aos estudos sobre resistência de classes subordinadas é possível perceber costumes e comportamentos inferiorizados, mas que projetam a formação de uma identidade sociocultural. Uma História Social da Cultura fundamentada nas teorias do historiador inglês Edward Palmer Thompson é uma História que valoriza a resistência social, atrelada aos costumes, tradições, cotidianos, vivências e experiências das classes populares em um contexto histórico específico, em um local definido, nesse caso a cidade de Palmas. Utilizando como fonte o Jornal do Tocantins, de grande circulação na cidade de Palmas na década de 1990, trataremos de identificar e analisar estratégias de resistência no tocante à questão da vulnerabilidade habitacional e ações de movimentos de luta pela moradia.

O início da expansão urbana da cidade de Palmas foi motivado por interesses imobiliários de empresas privadas e pela tentativa de empurrar as populações pobres para outras áreas de menor valor, distantes do centro. As áreas centrais eram reservadas para suprir as necessidades de moradia de uma classe mais abastada, que nunca chegou a ocupá-la por completo. Durante o processo de ocupação de Palmas o estado do Tocantins foi o maior detentor de terras da cidade, esses terrenos eram vendidos e o dinheiro reinvestido em infraestrutura para cidade. Muitas empresas investiram na compra desses terrenos, mas não os revendiam esperando um retorno maior de seus investimentos, por conseguinte, também não investiam em infraestrutura. Essa situação foi criando um círculo vicioso e uma enorme especulação imobiliária, o que acabou obrigando as pessoas de baixa renda a residir em locais periféricos, sendo negado o direito à cidade que estavam a construir e que tinha se tornado seu lar.

Durante os anos 1990 o estado do Tocantins, utilizando de força policial, impediu migrantes de acessarem as áreas centrais da cidade desde sua chegada. Os ônibus só poderiam ir até a rodoviária construída no extremo sul do plano diretor, não por acaso, mais próximo à periferia do que do centro da cidade. Precisamente nessa área surgiram expansões não planejadas de Palmas, originadas da necessidade de moradia dos trabalhadores, que ficaram excluídos geograficamente da cidade. Essa desigualdade social promoveu ainda uma diminuição no poder aquisitivo dessa população, fazendo com que fosse muito caro habitar em local mais centralizado. A cidade tornou um povoamento extenso em território, porém com uma densidade muito baixa, encarecendo o custo de vida e a própria urbanização. O método adotado pelo governo: horizontal, linear, disperso e de baixa densidade, foi e ainda é um dos maiores problemas da Administração Pública.

Contudo, nasceram movimentos contestando esse *status quo*: os movimentos de luta pela moradia. Esses surgem de uma emergência quanto à questão urbana que acompanha as mudanças na cidade, quando há um rápido crescimento em função de uma migração e a busca

da capital pela população interiorana. Os questionamentos passam a não se limitar a necessidade de uma casa, mas passa também pelo uso do solo e uma regularização fundiária, grandes demandas dos movimentos de luta pela moradia em Palmas. Em matéria intitulada “Invasores são expulsos de uma área municipal” publicada no Jornal do Tocantins podemos identificar qual a postura do jornal diante dessa problemática, segue:

O mestre de obras Antonio Pereira dos Santos, que está desempregado, montou seu barraco debaixo de um pequiheiro e garantiu que não iria sair de lá. Segundo Santos, nem ele nem as outras famílias têm para onde ir. “As autoridades deviam vir aqui e analisar a situação desse pessoal. Não é mandar o senhor Zé Carlos derrubar os barracos da gente que não tem lugar para ir ou morar e que está com a família debaixo do pau”, lamentou Santos. A família de Ocionora Rodrigues da Silva teve seu barraco desmanchado pela prefeitura e todo material usado na construção foi colocado em um caminhão para ser levado para o depósito. Ficaram apenas poucos utensílios que tinha. “Agora não tem jeito, é só ficar aqui, sem barraco. Nós não temos lugar para ir, é só ficar com isto aqui e pronto⁷.”

Ocupar terrenos públicos que estavam vazios foi e ainda é uma das estratégias de resistência mais comum utilizadas por movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia assegurado. Nessa matéria de 1999 observamos a situação das pessoas em vulnerabilidade habitacional e suas condições sociais, sendo muitas vezes criminalizadas por estarem lutando por seus direitos constitucionais. Já pela denominação de “invasores” observamos que a linha editorial do Jornal do Tocantins está de acordo com uma visão ideologicamente hegemônica de valorização do direito sagrado à propriedade, mesmo que essa propriedade seja do estado e que deveria ser utilizada justamente para resolver um problema coletivo de déficit habitacional. A fala do senhor Antonio, citado na matéria, é importante, pois demonstra que ele está ciente do papel que o estado deveria executar na resolução do problema e não era a repressão policial, mas sim a assistência e garantia do direito à moradia. Divergente da concepção do senhor Antonio temos a reportagem segue com o depoimento da advogada geral de Palmas, Ângela Marquez:

A advogada geral de Palmas, Ângela Marquez, disse que a maioria dos invasores da quinta etapa dos Aurenys, conhecido como Santa Bárbara, são pessoas que vivem deste tipo de negócio. “eles já são donos de lotes, mas vão lá, invadem os lotes públicos na expectativa de ganharem outro para poderem vender depois”. Ela garante que apenas duas famílias que estavam no local, realmente, não tinham lugar para ir. “O município tem uma preocupação com estas pessoas, mas não podemos incentivar as invasões. Nós vamos auxiliar essas duas famílias que não têm onde ir, mas não dando lotes. Elas têm que saber que os lotes custam alguma coisa e que têm que comprar para dar valor”, finalizou Ângela⁸.

⁷ Jornal do Tocantins. Invasores são expulsos de uma área municipal. Palmas, quinta-feira, 7 de outubro de 1999.

⁸ Idem.

As palavras proferidas pela representante do estado mostram o reforço a uma hegemonia cultural da terra como uma mercadoria dentro de uma ideologia capitalista. Criminaliza os ocupantes sem apresentar qualquer comprovação de suas afirmações com objetivo de desqualificar o movimento e enfraquecer a luta dos que numa posição emergente contrariam e resistem a uma opressão econômica. No início dos anos 1990 o Estado do Tocantins doou lotes em duas quadras a funcionários públicos. A quadra 108 sul ficou conhecida como “quadra dos deputados”, pois foi loteada e doada aos deputados estaduais. Já a quadra 504 sul foi cedida a funcionários públicos de alto escalão, sendo por muitos anos conhecida como a melhor quadra para se morar na cidade, uma zona nobre da cidade. A estes nos parece que não era necessário “comprar para dar valor”.

Na matéria exposta acima fica clara como a cidade é um campo de disputas e lutas em diversas esferas como social, econômica e cultural havendo aproximações e distanciamentos dentre elas. Nesse sentido cabe a colocar na discussão as teorias de outro intelectual do grupo dos Estudos Culturais que é o historiador Edward Palmer Thompson. Para este a exploração pode ocorrer dentre as esferas supracitadas se desdobrando em múltiplas dimensões e não apenas no aspecto econômico. Por isso trataremos aqui discussões que ampliam as possibilidades de interpretação além da visão estruturalista base e superestrutura, entendendo a cidade como uma construção sociocultural. Em uma perspectiva de história “vista de baixo” partimos da experiência vivida dos moradores para entender os processos de transformações da cidade, como também as estratégias e formas de resistência.

Para Thompson as classes sociais e a consciência de classe se formam em consonância com a experiência, em um processo de formação contínuo. Sua tese é apresentada no livro A formação da classe operária inglesa, nele Thompson demonstra que a consciência de classe parte de uma identidade de interesses entre os trabalhadores contra interesses adversários, portanto "o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada pelo sistema fabril." (THOMPSON, 2002. p. 17). Nessa linha de raciocínio não é a falta de moradia que forma a consciência dos sujeitos em vulnerabilidade habitacional, mas sim a construção de uma identidade fortalecida pela busca de garantir o direito à moradia. São nas estratégias de resolução do problema coletivo que se fundamenta a consciência e, assim, ambas interacionadas a experiência.

De acordo com Thompson, a experiência, entendida como uma categoria de análise, “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” (THOMPSON, 1981. P.15). As relações conflituosas entre classes divergentes

têm no campo cultural um terreno fértil de possibilidades, centralizando conflitos e contradições sociais. É na prática culturas que, por muitas vezes, identificamos uma sensibilidade descolada de mediações, onde o contexto social, as tradições populares e a efetivação da experiência são elementos indispensáveis para uma análise de movimentos sociais, como o Movimento de Luta Pela Moradia.

Ao descolar a cultura de uma análise friamente econômica, como se aquela fosse mero reflexo desta, Thompson questiona uma possível passividade de classes oprimidas e entende a cultura como um elemento dinâmico e uma possibilidade de resistência. Para o intelectual inglês:

Com experiência e cultura estamos num ponto de junção de outro tipo. As pessoas não experimentam suas experiências apenas como ideias ou como instinto proletário. Elas também experimentam suas experiências com sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral⁹.

Existem muitas possibilidades de existência que não se limitam a aspectos econômicos produtivos em relação, por exemplo, ao combate a vulnerabilidade habitacional, mas que adentra outros enfrentamentos como preconceitos e distorções de narrativa.

A primeira década de história da cidade de Palmas, 1990, tem como grande destaque movimentos de ocupações consideradas irregulares pelo poder público. Fato este que conta com certo destaque da mídia local, como essa matéria do Jornal do Tocantins intitulada de “Invasões marcaram primeiros anos da Capital”:

Para tentar conter a favelização da cidade, que já teve problemas graves com invasões de áreas públicas por famílias recém chegadas, o Governo e a Prefeitura mantem firme a determinação de não aceitar que a situação se repita. O alto índice de ocupação ilegal chegou a desestruturar o Plano Diretor. Algumas situações ainda estão vivas na memória dos moradores da região norte, cuja maioria é remanescente de uma antiga invasão, que chegou a ser batizada de “Golfo Pérsico”, numa alusão aos conflitos existentes no local¹⁰.

A notícia demonstra preocupação com os rumos da cidade e de seu planejamento urbano diante de uma reação de parte da população que luta pelo direito à moradia. Como também apresenta que a política do estado será repressiva com essas reações e não apresenta nenhuma

⁹ (THOMPSON, 1981. P.189)

¹⁰ Jornal do Tocantins. Invasões marcaram primeiros anos de Capital. Jornal d Tocantins. Palmas, domingo, 13 de fevereiro de 2000.

proposta do poder público para lidar com o problema que não seja a reivindicação da propriedade. O próprio nome que foi batizada a ocupação, Golfo Pérsico, dá uma ideia do quão violentas eram as ações de repressão e resistência na disputa pelo local, só lembrando que nos anos 1990 a região do Golfo Pérsico estava em guerra.

Existem diversas maneiras cotidianas de resistência, nem todas estão ligadas a rupturas permanentes da ordem estabelecida e as armas dos grupos marginalizados nem sempre se resumem à luta armada ou busca por revolução. Fazer “corpo mole”, dissimulação, ignorância fingida são algumas táticas de resistência muito utilizadas contra injustiças, todavia apresentamos aqui as ocupações como forma de ruptura dentro de um planejamento urbano que não incluía indivíduos em vulnerabilidade habitacional. As contribuições de Thompson se fazem importantes quando entendemos também a cultura como um campo de resistência, principalmente na sabedoria empírica da experiência que, por muitas vezes, orienta as estratégias de luta.

Vulnerabilidade habitacional e Longa Duração.

Pensando em alternativas para o fazer historiográfico no século XXI temos nos autores do *Manifesto pela História* Jo Guldi e David Armitage uma defesa para um retorno a uma Longa duração com base no conceito de Fernand Braudel, mas com reformulações significativas. Em um mundo voltado para um *presenteísmo*, os autores propõem que a história seja um árbitro na relação entre passado e futuro.

Por retorno da *longue durée*, entendemos a ampliação das escalas de tempo dos historiadores que nesse livro diagnosticamos e recomendamos. Na última década, nas universidades, o surgimento do *big data* e de problemas de longo prazo como a mudança climática, a governança e a desigualdade, estão causando um retorno às questões sobre como o passado se desenvolveu no curso dos séculos e dos milênios, e o que isso nos diz sobre nossa sobrevivência e prosperidade futura (GULDI/ARMITAGE, 2014, p. 19).

Os autores propõem uma revisão metodológica da longa duração com a finalidade de colocar os historiadores novamente em espaços de decisão. Por sermos os profissionais mais indicados para tratar de questões temporalmente longas podemos propor alternativas futuras para lidar com problemas de amplo espectro temporal como desigualdades sociais, estilos de governança e mudanças climáticas.

Voltando ao início desse texto podemos pensar o problema de vulnerabilidade habitacional numa perspectiva de longa duração já que estruturas de poder centenárias influenciaram em tomadas de decisão que resultou numa cidade nova, com legislação que

garante o direito a habitação ter os mesmos problemas nesse campo que cidades brasileiras seculares. Da mesma forma que a metodologia da História Oral surge na segunda metade do século XX após a invenção do gravador de voz, hoje podemos lidar com o arquivamento digital e com softwares com capacidade de analisar esses big data da forma que historiadores desejarem.

A utilização de big datas é uma nova arma da história para entender problemas que são estudados há muito tempo, mas de certa forma ainda se repetem com argumentos políticos travestidos de argumentos históricos. Ao citarem o exemplo da oposição entre desenvolvimento e preservação do meio ambiente os autores afirmam ser uma discussão falaciosa, pois nunca na história da humanidade preservar significou um estancamento de desenvolvimento. Dentro dessa possibilidade afirmam os autores “renovar a conexão entre passado e futuro, e utilizar o passado para pensar criticamente sobre o que está por vir, são instrumentos de que agora precisamos. E os historiadores são os mais qualificados a fornecê-los” (GULDI/ARMITAGE, 2014. p. 23).

O acesso a terra no Brasil não é uma questão recente, como o Tocantins, tampouco natural como vales e chapadas, entender esse processo em uma perspectiva múltipla de temporalidades se faz necessário. Pensar em longa duração esse problema pode fornecer dados de como o estado brasileiro, através de legislação ou negação, utilizou estratégias que dificultaram uma democratização da terra e fomentou um ideal concentrador fundiário. Portanto, uma pesquisa que valorize a problematização dessa concentração latifundiária se torna essencial para questionar estruturas culturais que sustentam o ideal concentrador de terra.

As linhas que seguiram até aqui tiveram como objetivo trazer possibilidades ao fazer histórico do século XXI. Mais do que trazer certezas e métodos herméticos a ideia foi refletir não apenas sobre o papel da ciência histórica, mas o papel social do historiador dentro desse processo. Para isso o fio condutor foi o tempo, ou os tempos, objeto que deveria ser tão caro a profissão, mas que tenha sido engessado na própria concepção moderna de história. Sendo essa concepção revista por diversas formas, mas em especial o entendimento do tempo é algo ainda difuso dentro do processo de produção de conhecimento histórico.

Considerações finais

A história da cidade de Palmas vista sob o olhar dos que tiveram que lutar pela sua moradia é uma lacuna historiográfica para o Brasil, por vezes, omite-se que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memória. As experiências vividas no presente são fruto daqueles que participaram do seu processo de construção e, portanto, estão

relacionadas ao que foi vivido no passado mesmo por pessoas que não participaram dessa experiência. Interessa-me questionar como uma cidade planejada para ser o exemplo de modernidade se transformou em um território segregador e antidemocrático.

O processo de construção de uma cidade é contínuo, pois tal fenômeno se dá pela mobilização das pessoas. As construções não têm significado a não ser o que damos a elas, portanto, somos nós que idealizamos no concreto uma função, uma identidade, uma representação. Assim, nos parece importante reconhecer que o espaço na condição original constitui-se em um campo de relações, posto que se trata da existência de coisas ou seres que estão em lugar e podem ser comparáveis. Por isso, a realidade do espaço é pertinente às relações entre objetos e ações.

Ao tratar a experiência como uma categoria analítica da construção humana, percebemos que a realidade sócio histórica é uma construção alicerçada em práticas culturais. Portanto, cultura e experiência se tornam elementos centrais de análise para a produção do conhecimento histórico. Uma forma de estudar essas categorias é através da coletividade, dar sentido as práticas, inclusive de resistência, unem as pessoas em horizontes semelhantes, os identificando e possibilitando experiências emancipadoras.

Referências

EGLEATON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP; Boitempo, 1997.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. V.2. Lisboa: Ed. Presença, 1973.

LANGARO, Jiani Fernando. **Cidade, trabalhadores e história oral: apontamentos sobre as muitas memórias da formação de Toledo-PR (1940-1990)**. TEMPOS HISTÓRICOS (EDUNIOESTE), v. 21, p. 402-433, 2017.

_____. **Espaço, Região e História Social**. Revista Percurso (Online), v. 1, p. 23-48, 2009.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada**; Goiânia, Brasília e Palmas. 2. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: árvore da liberdade**. 4. ed.v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A miséria da teoria, ou, um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ **A Formação da classe operária inglesa:** a maldição de adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PARA DISCUTIR CLASSE SOCIAL, O CASO DA USINA AÇUCAREIRA PAREDÃO

*Rafael Giovanetti Teixeira*¹¹

Resumo

Este trabalho pretende discutir as relações de classe que conformaram a Usina Açucareira Paredão, localizada na cidade de Oriente, São Paulo, considerando sua formação social e histórica, o processo histórico que a precedeu e a conformou, até seu fechamento, em 1993. Reconhece-se o colonato (STOLCKE, 1986; SILVA, 1986; MARTINS, 1979; MONBEING, 1998) e o complexo de fábrica com vila operária (LEITE LOPES, 1985) como constructos teóricos e práticos para tal discussão. Recorre-se às discussões acadêmicas sobre a formação da classe trabalhadora brasileira e às especificidades do caso estudado. Deste modo, se extrapola as categorias estritas de classe para discutir principalmente as práticas de classe que conformaram as atuações nessa usina.

Palavras-chave: Classe Social, Colonato, Vila Operária

Abstract

This paper intends to discuss the class relations that formed the Açucareira Paredão Mills, located in the city of Oriente, São Paulo, considering its social and historical formation, the historical process that preceded and conformed it, until its closing in 1993. The settlement (STOLCKE, 1986; SILVA, 1986; MARTINS, 1979; MONBEING, 1998) and the factory complex with working-class village (LEITE LOPES, 1985) are recognized as theoretical and practical constructs for such discussion. Resorts to academic discussions about the formation of the Brazilian working class and the specificities of the case study. Thus, the strict class categories are extrapolated to mainly discuss the class practices that shaped the performances in this mill.

Keywords: Social Class, Settlement, Working Village

Introdução

Este trabalho pretende discutir as relações de classe que conformaram a Usina Açucareira Paredão, localizada na cidade de Oriente, estado de São Paulo, considerando sua formação social e histórica, o processo histórico que a precedeu e a conformou, até seu fechamento. Este período envolve praticamente todo século XX: a colonização do oeste paulista pela expansão da lavoura cafeeira e a implantação do colonato na região; a diversificação das culturas agrícolas e implantação da cana-de-açúcar, que impulsionou a criação e desenvolvimento da Usina pós Crise de 1929; as consequências do desenvolvimento tecnológico e das legislações trabalhistas até seu fechamento em 1993.

Em um primeiro momento, apresentar-se-á um breve histórico sobre a formação social e histórica da Usina, reconhecendo os processos formadores da região que influenciaram na sua criação, manutenção e funcionamento. Recorre-se à historiografia do colonato, presente tanto

¹¹Mestrando Bolsista CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG 2019 - 2020).

nas fazendas de café como nas de cana-de-açúcar e às questões sobre sua extinção na década de 1960, identificando as problemáticas envolvidas neste regime de trabalho.

Também se recorre às discussões sobre os núcleos habitacionais destinados a trabalhadores, suas diferenças e semelhanças quanto ao tamanho, arquitetura, forma urbana ou rural e grau de autonomia em relação à empresa (Correia, 2001). Ademais, entende-se na especificidade de núcleos que conformam “Complexos de Fábrica com Vila Operária” (Leite Lopes, 1985), um campo de identificação das dinâmicas da Usina.

Recorre-se então a Williams (1989) e Queiroz (1978) para a discussão da dualidade entre campo e cidade, rural e urbano, considerando as distâncias entre o que seria o rural do colonato e o urbano de uma fábrica de vila operária. Ainda considerando essa dualidade, se considera as discussões sobre classe social brasileira, sua formação e identificação na academia e como tal questão se fez presente nesse objeto em específico, buscando entender como os trabalhadores e as trabalhadoras, assim como seus familiares moradores das casas nas limitações da Usina, construíram, significavam e até diluíram suas divisas entre campo e cidade, nos seus modos de vida, como materialidade de cultura e valores, inseridos entre a sazonalidade da safra da cana-de-açúcar e a marcação do tempo da fábrica.

Usina Açucareira Paredão

Antes da cana-de-açúcar e do gado, as terras que pertencem à Usina Açucareira Paredão vinham sendo ocupadas pela grande e expansiva monocultura do café. A franja pioneira cafeeira rumo ao oeste paulista chegou à região às vésperas da grande Crise de 1929. As fazendas de café já estavam plantadas, os colonos chegaram para lidar com o cultivo e com a colheita, alguns povoados e cidades se formavam entre as colônias (MONBEING, 1998). A Grande Crise não freou a marcha do café para o oeste paulista, mas influenciou na diversificação de culturas na região de Marília (STOLCKE, 1986). O algodão e a cana-de-açúcar tomaram frente nesse processo, acompanhados por roças para o consumo da região, principalmente a partir da década de 1940 (MARTINS, 1979).

A cidade de Oriente fez parte desse processo, pois está situada no centro-oeste do estado de São Paulo. Atualmente com 6.097 habitantes, segundo censo IBGE de 2010 Teixeira (2017). Surgiu de um conjunto de vilas familiares durante a política rodoviária e ferroviária da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, responsável por estender e estruturar a fronteira

agrícola cafeeira na Alta Paulista (hoje, centro-oeste paulista), durante a primeira metade do século XX¹².

Monbeing (1998, p. 355) destaca que “um dos mais ricos plantadores da franja pioneira o suíço Max Wirth, participa mais ou menos abertamente das recentes fundações urbanas da Alta Paulista”. Wirth era um grande industrial do setor de tecelagem em sua terra natal. Por volta da década de vinte, vendeu tudo e investiu no mercado especulativo de terras no Brasil e na agricultura, principalmente em café, na Alta Paulista. Entre as frentes de investimento desse suíço esteve a Fazenda Paredão, em 1926, utilizada como polo de teste de novas tecnologias agrícolas no setor cafeeiro.

Wirth manteve os padrões de arquitetônicos suíços nas edificações principais da administração e construiu as colônias para assentar as famílias que trabalhavam no café. Além das casas, havia igreja, clube, escola, marcenaria, ferraria, olaria, máquina para beneficiar café, mercearia, etc, que se beneficiava das culturas de subsistência para alimentar a todos, em uma aglomeração populacional basicamente independente da cidade de Oriente.

Nesse sentido, em 1933, a fazenda foi desmembrada por Wirth para que seus genros instalassem a Usina Paredão, localizada aos pés de uma serra que distancia em três quilômetros Usina da cidade. Mantendo as casas das colônias e os prédios da administração com algumas expansões, construíram o parque industrial com uma destilaria de cinco andares, produzindo aguardente e açúcar.

Em 1949, o Grupo Giorgi, tradicional no setor têxtil da capital paulista e proprietário de um grande conglomerado de empresas de diversas áreas, assume o controle da então Usina Açucareira Paredão Ltda, até então propriedade dos Wirth. Assim começa um processo de expansão da cultura canavieira na região, com a compra das terras vizinhas decadentes da cultura do café.

Esses processos de concentração fundiária estiveram acompanhados por expansões no parque industrial. Na década de 1960, boa parte do parque industrial foi reformulada e os estímulos do Pro-álcool, principalmente até meados da década 1980, promoveram outra grande expansão na cultura canavieira. O campo também passou por um processo de desenvolvimento tecnológico. Por mais que o corte manual de cana prevaleceu durante todo o período, o

¹²Carlos Vendramini fixa-se nas terras em 1925 e em 1929 faz o loteamento da Vila Hormus, que, conjuntamente com a Vila Reis e outras pequenas vilas. Com o prolongamento da estrada de ferro da Companhia Paulista em 1934, o povoado foi elevado a Distrito de Paz pelo decreto número 6721, vinculado judiciária e politicamente à Comarca de Marília. À esquerda da ferrovia sentido Tupã, se desenvolvia a cidade, que foi elevada a município pelo Decreto Lei número 14.334 em 1944 (TEIXEIRA, 2017, p. 23).

transporte mudou, passando pela tração de carros de boi para o trator e ainda para caminhões de grande porte. Também ocorreu a aquisição de carregadeiras hidráulicas.

Boa parte dos processos expansivos aconteceram às vésperas das agitações inflacionárias da década de 1980, que junto da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1990 pelo governo Collor, fragilizaram financeiramente o grupo, culminando com o fim das atividades industriais em 1993.

A distância da cidade propiciou certa independência econômica, social e política da comunidade da Usina e de suas fazendas. Além do parque industrial, existia na propriedade padaria, açougue, armazém, farmácia, escola, clube de recreação, quadra esportiva e campo de futebol. Cerca de 500 famílias viviam nas colônias, algumas mais próximas da administração e do parque industrial, outras mais afastadas, em meio às fazendas, somando por volta de 2000 pessoas.

Colonato e Vila Operária

No Brasil, o estudo sobre comunidades específicas de trabalhadores/as aconteceu em grande escala durante as décadas de 1960 e 1970, muitas delas feitas por etnografias acompanhando o cotidiano dessas pessoas. Porém, a continuidade desses estudos se mantém até os dias atuais, com aprofundamento e ampliação desses estudos ou focados na aparição de outras comunidades, algumas ainda existentes, outras que já foram extintas, mas que seguem nas memórias de quem as vivenciou. Estes estudos buscam entender a formação da classe trabalhadora brasileira, do campesinato e/ou da classe operária, suas especificidades e transformações a nível nacional, regional e local.

José Sérgio Leite Lopes em *O vapor do diabo*(1978) desenvolve uma pesquisa na região canavieira do estado de Pernambuco em 1972, que aborda, em um ponto de vista da antropologia social e por meio de etnografia participante, os trabalhadores da planta fabril das usinas de açúcar (definidos pelo autor como operários) – até então pouco mencionados na literatura sobre a *plantation*.

O autor demonstra a importância desses operários no processo de produção do açúcar – que correspondem a uma pequena parcela do total de trabalhadores do processo de manufatura do açúcar - e analisa as representações e os comportamentos relativos a seu trabalho e a sua prática econômica, privilegiando as diferenças internas entre eles e as relações que sustentam essas diferenças. Desta maneira, ele percebe as concepções diferenciais que esses operários têm sobre as relações sociais que permeiam a produção do açúcar e dos comportamentos coerentes

com essas concepções; também apresenta as diferentes contradições vividas pelos operários, e as tentativas da usina para controlar essas contradições.

Este mesmo autor em *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés* (1985), analisa um grupo de trabalhadores da vila operária da “cidade de Paulista, Pernambuco, construída pela companhia de Tecidos Paulista, ao redor de suas duas plantas fabris de fiação, tecelagem, estampanaria e trabalhos anexos” (LEITE LOPES, 1985, p. 15). Leite Lopes (1985) sustenta que as fabricas com vila operária (e do Sistema Paulista estudado pelo autor) formam um “padrão específico de relações de dominação”, são fábricas que “subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção”, constituem outras “configurações de uma estrutura de relações sociais de dominação, dentre outras configurações possíveis no interior do modo de produção capitalista e no interior do conjunto de relações entre classe operária e o patronato” (LEITE LOPES, 1985, p. 18).

As fábricas com vila operária formam um complexo sócio econômico, cultural e político: a fábrica moderna, o trabalho assalariado, o paternalismo industrial com formas específicas de educação (escola operária), de religião (capelas com padroeiros católicos), de consumo (armazém da fábrica), e de lazer (clubes da fábrica) (Leite Lopes, 1985).

Correia (2001) investiga não apenas as alterações nos termos empregados para nomear as aglomerações erguidas por empresas para alojar seus funcionários, mas também as variações no sentido e no uso de um mesmo termo para designar tais aglomerações. A autora mostra como uma mesma designação tem sido aplicada a diferentes situações na busca de estabelecer relações positivas ou negativas entre diferentes aspectos, que variam em termos de tamanho, arquitetura, forma urbana e grau de autonomia em relação à empresa.

As diferentes formas de nomear as aglomerações de casas privilegiam aspectos diversos do lugar: palavra fazenda enfatizava a condição de inserção dos grupos de moradias em uma propriedade rural particular; as formas vila operária, bairro proletário e cidade operária deslocam o foco para a ocupação e classe social da população residente (CORREIA, 2001, p. 94).

Diferenciam-se entre si por indicarem variações de escala: vila operária diz respeito a pequeno grupo de casas em cidades ou no campo; bairro operário refere-se a um conjunto de casas de maiores proporções situado em uma “cidade-aberta”; cidade operária aplica-se a uma localidade isolada com um conjunto de moradias e serviços complementares e certa autonomia na vida local, tanto em relação a outros centros urbanos, quanto à própria empresa que gerou a aglomeração (CORREIA, 2001, p. 94).

O regime de trabalho conhecido como colonato constituiu a colonização da região de Oriente. Segundo Martins (1979: 124) o termo colonato deriva dos primeiros planos para substituir o trabalho escravo através de programas de colonização a partir de 1850. Designa o regime de trabalho singular desenvolvido no interior da grande lavoura. Trabalhadores que atuam nesse regime de trabalho, laboram e vivem em casas enfileiradas nas colônias das fazendas e passaram a ser conhecidos como colonos.

Entre as características do colonato estão o pagamento fixo pelo trato do cafezal (ou canavial); pagamento proporcional por quantidade colhida, produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador; além do emprego do trabalho familiar (MARTINS, 1979, p. 11).

Delma Pessanha Neves (2008) discute a morada e o colonato em seus estudos sobre o campesinato no Estado do Rio de Janeiro. Ela utiliza entrevistas com ex-colonos e ex-moradores vinculados à cultura de café e cana de açúcar a partir da reconstrução *a posteriori* da memória social para o registro de suas experiências sociais. A autora sustenta que o colonato, como forma de imobilização e exploração da força de trabalho, subordina econômica, social e politicamente os colonos e moradores ao proprietário da terra. Com certa autonomia para produção de bens alimentícios e a quase ausência de remuneração, esta forma de exploração da força de trabalho propiciava a transferência das perdas pela variação dos preços do mercado aos colonos. E, somados as relações paternalistas e clientelistas de *ajuda* do proprietário à família do colono, contribuía para o rebaixamento do valor da força de trabalho do colono ao realizarem trabalho gratuito para o patrão, na contrapartida da cessão de terra para a produção de subsistência.

Moacir Palmeira (1977), em outra instância, recorre à memória social para recuperar a história e elucidar, através de entrevistas, as relações sociais do campesinato das regiões açucareiras no nordeste brasileiro em meados da década de 1950, considerando as relações entre proprietário de terra e morador.

A vinculação da moradia ao trabalho é central na obra do autor. Esta relação é estabelecida particularmente no contrato informal entre o morador em potencial e o proprietário da terra e tem como condição o sustento de toda família do morador – com um lote de terra para plantação de subsistência, variando em extensão e qualidade - que lhe permita as vantagens em conjunto ao trabalho (Palmeira, 1977).

Palmeira (1977) ainda estabelece que o reconhecimento da relação de morada à de sujeição como sinônimo mais especificamente quando relacionados aos dias de trabalho e à meação da produção que o morador presta ao proprietário, dependendo da relação de barganha

estabelecida entre eles, fortemente dependente da sua importância e da abrangência das tarefas prestadas.

Entre outros estudos sobre colonato e complexo de fábrica com vila operária, Ângela Cristina Ribeiro Caíres (2008) fez um estudo de grande importância ao analisar o colonato (e sua dissolução) na Usina Tamoio - da sua ascensão a partir de 1917 ao fechamento na década de 1990 - umas das usinas mais expressivas da região de Ribeirão Preto, do Estado de São Paulo e do país. A Usina se destacou a partir da década de 1950 pelo modelo de organização social e pelas modernas instalações industriais e foi fonte de vários estudos. De acordo com a autora a Usina Tamoio era

[...] equipada com cinema, teatro, dois clubes recreativos (Cruzeiro e Rancho Alegre – de brancos e de negros, respectivamente), armazém, ambulatório médico, farmácia, lojas de tecidos e de ferramentas, hospedaria, estádio esportivo, suntuosa igreja, escolas, bares, um conjunto de aproximadamente trezentas casas localizadas em um espaço esquadrihado e ocupadas conforme a posição dos trabalhadores no processo produtivo, e dezesseis seções agrícolas estrategicamente localizadas, onde foram construídas mais de 1.200 casas, igrejas, campos de futebol, escolas rurais etc. (CAÍRES, 2008: 167).

Caíres (2008) demonstra que os colonos moradores das colônias envolvidas à Usina Tamoio, ao combinarem a cultura do açúcar com culturas acessórias de subsistência e ao se submeterem à exploração do trabalho familiar, expunham a eficácia do sistema de colonato pela empresa, uma vez que permitia que seus administradores se defendessem das flutuações do mercado do açúcar.

Contudo, sustenta que, no início da década de 1960, a nova dinâmica de desenvolvimento capitalista impôs novas formas técnicas à agroindústria e o colonato foi extinto, sendo substituído pelo trabalho assalariado. A autora expõe as condições em que esse processo ocorreu pela perspectiva dos/as trabalhadores/as, nas marcas presentes em suas memórias, e coloca em contraste a nostalgia dos “bons tempos” e os processos de luta dos colonos.

O Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941 e, principalmente, o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, resultado da atuação trabalhadora no campo e da negociação com as elites, implementaram normas que extrapolavam as vontades do patronato no colonato e resultou no esvaziamento, fechamento e destruição de várias colônias (Caíres, 2008). Gabriela Campagnol (2008) fez um belíssimo levantamento dessas usinas no estado de São Paulo e mostra como essas mudanças afetaram outras usinas. Pouquíssimas continuaram com residências nas limitações da indústria e com trabalhadores residentes nas lavouras, passando a utilizar trabalhadores temporários ou ‘volantes’.

Verena Stolcke (1986) escreveu um dos livros mais importantes sobre o colonato: *Cafecultura: Homens, Mulheres e Capital*. Nesta obra, a autora estudou as transformações do colonato nas fazendas de café do estado de São Paulo, do seu surgimento no final do século XIX até sua total extinção na década de 1960. Para ela, o colonato era um sistema de controle e fixação da força de trabalho individual e familiar com forma mista de remuneração - por tarefa e por colheita - envolvendo culturas alimentares de subsistência. As colônias eram um enfileirado de casas onde moravam os colonos. Esse sistema foi extinto na década de 1960 e substituído pelo trabalho assalariado intermitente, os “volantes”.

José Graziano da Silva, grande estudioso da questão agrária brasileira, escreve em 1986 uma resenha crítica do livro de Verena Stolcke (1986). Nesta resenha, o autor sustenta que o colonato agonizou em existência no Brasil pós-Segunda Guerra Mundial pela sua incompatibilidade com a modernização da agricultura.

Silva (1986) também questiona a total extinção do colonato em São Paulo na década de 1960 preconizada por Stolcke (1986) e realça a possibilidade de existência de “sistemas mistos” de remuneração, com trabalhadores ainda residentes nas colônias, que recebem salários e ainda tem algum “benefício”, como a “roça de subsistência”, não sendo os colonos típicos aos quais Stolcke (1986) se referiu, mas ainda existentes. Silva (1986) ainda defende a necessidade de incluir na análise da história da agricultura brasileira, do fim e transformação do colonato, as razões e consequências da expansão canavieira em São Paulo, principalmente no início dos anos 1960.

No mesmo ano, em resposta a José Graziano da Silva, Verena Stolcke (1986a) elucida o caminho político levado pela sua investigação, focalizada nas formas de dominação do trabalho e resistência dos/as trabalhadores/as, na tentativa de uma “história antropológica” das transformações das relações de produção nas fazendas de café em São Paulo. Ela reforça a utilização da memória dos trabalhadores dos eventos retidos e acentuados que revelam algo importante sobre a maneira pela qual grupos sociais específicos vivenciaram sua política.

Stolcke (1986a) defende principalmente que o colonato não desapareceu “num passe de mágica”, mas que os proprietários substituíram seus colonos por trabalho assalariado residente e eventual, buscando recuperar a liberdade de contrato que estava ameaçada com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963. Este estatuto é resultado de um processo de crescente polarização quanto à questão da reforma agrária, ocorrido no final dos anos 1950 e início da década de 1960.

Entre outras explicações de Stolcke (1986a) a Silva (1986) a de principal proveito diz respeito à necessidade de estudos da expansão canavieira em São Paulo:

Analisei tão somente a transformação das relações de produção na agricultura cafeeira, de modo que estou plenamente de acordo sobretudo a urgente necessidade de estudos similares a respeito de outras lavouras, como a da cana, que prestem a devida atenção aos eventos legais e políticos (STOLCKE, 1986a, p. 6).

A necessidade de estudos sobre as transformações nas relações de produção na agricultura canavieira já havia sido ressaltada pela Stolcke em seu livro de 1986, em uma nota de rodapé, em que resgata algumas obras sobre o tema e destaca “a pouca informação sobre a forma como evoluíram as relações de produção nas lavouras de cana de São Paulo” (STOLCKE, 1986, p. 180), principalmente sob a influência do Estatuto da Lavoura Canavieira.

Classe trabalhadora: entre o rural e o urbano

Reconhecendo a especificidade dessa comunidade, suas relações divididas entre o colonato – essencialmente rural e de relações camponesas – e um complexo de fábrica com vila operária – essencialmente urbano e de relações operárias –, há que pensar as relações que compõem uma usina açucareira, envolvida pela sazonalidade da safra e a temporalidade da fábrica.

Leite Lopes (1978) apresenta as especificidades que uma usina açucareira contém em relação a outras indústrias. A sazonalidade da safra impõe um ritmo acelerado na seção de fabricação, não só pelo funcionamento interrompido da maquinaria, mas também pelo aumento da sua intensidade, chegando a aumentar o desgaste das peças. A lavoura é demandada por matéria-prima para que não haja nenhum vácuo produtivo. A cana apresenta um pico de glicose que é calculado para a colheita no período correto. Ademais, quando é cortada, a planta vai perdendo gradativamente seu potencial.

Deste modo, pensar a relação campo e cidade ou rural e urbano como dicotômicos não atenderia às necessidades analíticas e explicativas que a pesquisa requer. Raymond Williams em *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura* (1989) analisa as concepções produzidas pela literatura inglesa em diferentes períodos históricos. O autor defende a necessidade de superação da dicotomia rural-urbano mostrando a unicidade entre campo e cidade, como um todo social:

‘Campo’ e ‘cidade’ são palavras muito poderosas, e isso não é de se estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência de comunidades humanas. O termo inglês *country* pode significar tanto ‘país’ quanto ‘campo’; *the country* pode ser toda a sociedade ou só sua parte rural. Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade: a

capital, a cidade grande, uma forma distinta de civilização (WILLIAMS, 1989: 11)

No desenvolver da obra, Williams (1989) argumenta que a divisão e oposição entre campo e cidade é resultante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, compreendido não só como estruturas econômicas, mas como formas pelas quais uma sociedade se constitui, incluindo valores e elementos culturais. Essa divisão não ocorreu pensando somente termos de estrutura econômica, mas foram sendo produzidas pelas pessoas, ao associarem imagens e valores a esses locais, que, por sua vez, variam em diferentes momentos, possuindo historicidade e, portanto, o autor aponta para a necessidade de compreender o campo e a cidade como noções produzidas socialmente e em constante transformação.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, reivindicada como uma das principais expressões da sociologia rural brasileira, complexifica sua posição por entender a ligação entre o rural e o urbano:

[...] o campo nunca pôde ser compreendido por si mesmo, pois se ele existe, é porque existe a cidade – e vice-versa. A cidade pertence ao universo do campo, como o campo pertence ao universo da cidade. Quando falamos numa Sociologia Rural diremos que é do ponto de vista do rural que nos colocamos para compreender as relações entre o rural e o urbano; e no ponto de vista urbano quando fizermos Sociologia Urbana. Quando esta regra fundamental é esquecida, chegamos a explicações falsas, ou ficamos girando em círculo diante de questões que parecem insolúveis (QUEIROZ, 1978, p. 309)

Queiroz (1978) defende, deste modo, que a relação rural–urbano não se limita a uma discussão no interior da sociologia rural e se constitui em fonte de discussão sobre sua utilidade metodológica e teórica,

A interligação entre meio rural e meio urbano, [...] como posição metodológica, veio recebendo sucessivas confirmações à medida que examinávamos diversos problemas e que descrevíamos sucintamente casos concretos. A tentativa de verificar quais processos independentes existiriam no meio rural mostrou quão limitados eles são e que, por outro lado, não se desligam da “sociedade urbana” moderna; ainda mais, embora processos aparentemente independentes, são processos criadores de cidades. Desse modo, a posição metodológica adotada parece afirmar-se como sendo, de fato, a mais apropriada ao caso brasileiro atual (QUEIROZ, 1978, p. 64).

Essa interligação está associada à concepção da autora sobre a totalidade dos processos sociais e históricos nos estudos de comunidades locais. Amparada na teoria do fato social total e Marcel Mauss, a autora fundamenta a necessidade de se ir além da análise local (base dos estudos de comunidade norte-americanos), mas construir uma explicação que abranja as partes

em um todo, pois “cada fenômeno, cada camada social, cada estrutura, cada conjuntura, encontra sua explicação num encadeamento global que jamais se repete tal e qual e que é histórico” (QUEIROZ, 1978, p. 276).

Ademais dessa busca pela totalidade requerida por Queiroz, Williams (1989) chama a atenção para a importância de realizar o trabalho de compreender o que seria rural e urbano, pensando os significados que as pessoas que vivenciam ou vivenciaram certos processos históricos imprimem a tais termos.

Essas duas esferas, que são produtos históricos e construídos cultural e socialmente, materializam e expressam posicionamentos dos sujeitos perante as transformações, compondo o que Thompson (1981) identifica como experiência humana.

Esta concepção reincorpora à tradição marxista a ação das pessoas enquanto sujeitos históricos e culturais, evitando uma perspectiva que as move mecanicamente a partir da economia e de modos de produção sucessivos. As pessoas experimentam situação sobre as quais não possuem todo o controle, mas as tratam a partir do seu possível.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981: 182)

Thompson (1987) nega que as estruturas econômicas determinem a totalidade da vida humana, sendo as escolhas das pessoas apenas limitadas pela realidade em que vivem. Para tanto, o autor delimita a consciência individual e do grupo em relação a outro indivíduo ou grupo e ainda sua cultura enquanto ato de fazer-se e refazer-se através da experiência. Desta forma, sustenta que é por meio da categoria experiência que se “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15).

Este debate está direcionado a Althusser e a seus seguidores da corrente estruturalista do marxismo, revelada reducionista por Thompson especialmente pelo uso mecânico da “metáfora base superestrutura”¹³. Esse reducionismo tem levado a análises históricas e

¹³ Marxistas ortodoxos pensaram a ‘infra-estrutura’ (ou base) e a ‘superestrutura’ como entidades concretas e separáveis. A primeira relacionada diretamente à economia e a segunda a política ou cultura. Ao separá-las e isolá-las, perderam de vista os próprios processos – não relações abstratas, mas processos constitutivos – que o materialismo histórico dialético deveria ter, como sua função no resultado, na síntese.”

sociológicas que tratam eventos sociais e culturais apenas como consequência da localidade de classe dos seus atores.

Althusser buscava uma releitura da teoria marxista à luz do contexto da década de 1970, entendendo a atuação dos aparatos institucionais na vida da classe trabalhadora. Althusser (1985) recobra de Marx a existência do Aparelho de Estado, constituído pelo governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões, etc, e o renomeia como “Aparelho Repressivo do Estado”. O termo “repressivo” especifica que eles podem valer-se da violência, física ou não. Estes aparelhos são veículos da ideologia da classe burguesa para sua dominação classista. Deste modo, Althusser delimita as classes sociais como categorias estritas, sem considerar contextos ou atuações, apenas veiculações de ideologia nos Aparelhos e detenção dos meios de produção.

Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles em “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico” (1984: 131), fazem um compilado dos estudos sobre a classe operária brasileira, buscando examinar os modos de construção da imagem dos trabalhadores nas ciências sociais no Brasil. Os autores identificam um “paradigma no qual a classe aparece como sujeito subordinado, sem uma dinâmica própria que emerge de suas práticas, determinado por condições exteriores à sua existência concreta” (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 131).

Os estudos sistemáticos sobre a classe operária brasileira começam a ganhar força no virar da década de 1960. Estes estudos enfocavam principalmente nos desajustamentos do que seria uma classe operária com falta de consciência de classe, falta de coletivismo, estabelecida em sindicatos controlados pelo Estado. Juarez Brandão Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão, e, logo depois, Leôncio M. Rodrigues, J. Albertino Rodrigues, inauguram uma tradição de estudos sobre a classe operária (SADER, PAOLI & TELES, 1984).

A reflexão sobre a classe operária que daí emergiu teve marcas bem definidas. Primeiro, seus textos mais importantes saíram do meio acadêmico, isto é, procuravam base empírica e sistemática de explicação. Segundo, supôs a montagem de uma questão referida, comparativamente, à experiência dos países de industrialização clássica, frente aos quais perguntava-se sobre a particularidade brasileira deste processo e, em especial, sobre o lugar que o proletariado ocuparia nesta transformação. Isto significava, imediatamente, defrontar-se com o marxismo (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 134).

Nessa operação de estudos, houve lugar para a “absorção dos instrumentos de análise da sociologia industrial americana” (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 135), certa recuperação da tipologia ‘sociedades tradicionais-sociedades modernas’ (e conseqüentemente da dualidade rural urbano) na medida em que toda a questão implicava no processo de industrialização do

país. “É do debate montado entre os autores do final da década de 50 que se constituirá um modelo de análise, dominante até o fim dos anos 70” (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 135).

Porém, estes autores defendem que os trabalhos de Francisco Weffort publicados a partir 1972 produziram um impacto considerável no período.

Como os autores que o precederam, Weffort procura a classe nos sindicatos. Porém, ao contrário deles, o sindicato não é tratado como instituição formada, com funções próprias ou modelares e limites precisos dados pelo caráter da sociedade. O sindicato é visto como lugar político onde estão presentes orientações ideológicas atuantes e conflitantes, através das quais a classe se faz na sua visibilidade. (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 146)

Weffort construiu uma figura atuante da classe trabalhadora, dividida em frentes, mesmo que captada pelas malhas institucionais. Para o autor, a classe operária é uma que sai às ruas, que faz greves – apesar dos sindicatos e dos partidos –, mostra energia e um ímpeto reivindicativo indisfarçável. A heterogeneidade da composição interna da classe, os comportamentos e valores pouco profissionais e a inserção individualista e consumista dos trabalhadores abordadas pelo paradigma de subordinação da classe operária brasileira pouco teriam a ver com a estrutura e funções limitadas dos sindicatos e, sobretudo, com as possibilidades políticas do movimento operário e sindical (SADER, PAOLI & TELES, 1984).

Ademais, são nas razões explicativas da imagem de uma classe atuante que Weffort rompe de vez com a ideia de fraqueza e atraso da classe operária brasileira, principalmente por sua argumentação recusar uma rigidez estrutural que impele a ação de classe “Sua demolição da figura ausente, dependente ou inconsciente de classe, repousa na demolição da ideia de ‘determinações estruturais’ que dariam feição substantiva aos trabalhadores como classe política”. (SADER, PAOLI & TELES, 1984, p. 147)

O que Weffort denuncia é o procedimento teórico que subordina a ação da classe a uma mera figuração das possibilidades já contidas na estrutura e que aparecem como atributos negativos da classe. Weffort critica uma interpretação que, por um processo dedutivo e naturalizante, constrói uma imagem de classe a partir de evidências que se formam nas estruturas e que são vistas como traços impositivos e exigidos pelo caráter da sociedade (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 147).

Nos trabalhos de Juarez Brandão Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão, e, logo depois, Leôncio M. Rodrigues, J. Albertino Rodrigues a questão dos trabalhadores como sujeitos de práticas dotadas de significado político e histórico não encontrava protagonismo porque estavam voltados para a questão do caráter da sociedade brasileira, que já definia de antemão os espaços nos quais se esperava encontrar a classe operária, não enquanto práticas, mas enquanto presença instituída. Por outro lado, Weffort, ao

qualificar politicamente a ação da classe operária enquanto possibilidade de negação do lugar subordinado que o Estado lhe impõe, movimenta-se num campo onde já se faz possível pensar a classe operária enquanto sujeito (SADER, PAOLI & TELES, 1984).

Esta concepção da classe trabalhadora de Weffort vai ao encontro da conformação de classe social proposto por Thompson (1981) ao estudar o fazer-se e refazer-se da classe operária inglesa. A historiadora Ellen Wood, uma das principais estudiosas desse autor, defende que seu projeto histórico pressupõe que “as relações de produção distribuem as pessoas em situações de classe e que estas situações levam consigo antagonismos e objetivos essenciais”. Consequentemente, “as formações de classe surgem do processo de luta, na medida em que as pessoas experimentam e manejam suas situações de classe. Desta forma, “a luta de classes precede as classes” (WOOD, 1983, p. 103, tradução própria).

O próprio Marx (1998: 61) já buscava sua definição de classes sobre esses termos:

Os indivíduos isolados não formam uma classe a menos que tenham que travar uma luta em comum contra uma outra classe; no demais, eles se enfrentam na concorrência como inimigos. Além disso, a classe torna-se, no que lhe diz respeito, independente em relação aos indivíduos, de modo que estes passam a encontrar suas condições de vidas estabelecidas de antemão, recebendo sua posição na vida, em conjunto com seu desenvolvimento pessoal, da sua classe, já inteiramente traçados, e estando por isso subordinados a eles.

Thompson, dessa forma, busca os processos de luta em que as pessoas atuam e tem sua experiência enquanto classe. Deste modo a conformação de classe social é:

[...] uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento. (THOMPSON, 1998: 102)

Entender como os trabalhadores e as trabalhadoras, assim como seus familiares, moradores das casas nas limitações da Usina, construíram, significaram e até diluíram suas divisas entre campo e cidade, nos seus modos de vida, como materialidade de cultura e valores, inseridos entre a sazonalidade da safra da cana-de-açúcar e a marcação do tempo da fábrica se apresenta como objetivo.

A atuação dos sindicatos rurais na Usina não se constituiu de maneira muito incisiva. O levantamento bibliográfico feito encontrou somente uma greve relativamente grande, na década

de 1950, na qual os trabalhadores rurais exigiam equiparação salarial com os trabalhadores da indústria. Mesmo o movimento paredista de 1984, com a grande greve do setor sucroalcooleiro, que começou em Guariba-SP e tomou proporções continentais, chegando a vários países da América Latina, não houve grandes atuações diretas no interior da Usina.

Porém, não se pode afirmar que os trabalhadores e trabalhadoras da usina não se constituíam enquanto classe por falta de atuação paredista. Existiam várias práticas cotidianas de resistência à exploração e na luta pela manutenção de direitos. O embate na lavoura se dava, por exemplo, no pagamento correto da metragem de cana cortada pelo trabalhador. Como foi exposto por Teixeira (2017), o ‘roubo’ de braços na contagem dos talhões para a posterior pesagem, feita pelos fiscais da usina ou pelos ‘gatos’¹⁴ era questionada pela fiscalização entre os próprios contadores e o sindicato, que acompanhava as jornadas na medida do possível.

Assim como exposto por Leite Lopes (1978), a eterna luta pelo pagamento correto das horas extras também se fazia presente na Usina. O setor que apresenta maiores embates são os trabalhadores das oficinas – tanto oficina mecânica de autos como oficina mecânica de fabricação –, que trabalham muitas vezes por demanda e cujas jornadas se estendem várias horas além do habitual, principalmente nos períodos de safra, em que todo maquinário é utilizado a todo vapor.

James Scott (2002), utilizando o aparato teórico de experiência humana de Thompson, ao analisar os camponeses do sudeste asiático, mostra como estes se conformavam enquanto classe em ações cotidianas de resistência. Estas variavam entre trabalhar de maneira mais lenta ou causar desentendimentos propositais. Por mais que os trabalhadores não atuem numa ação revolucionária camponesa, atuam e constituem-se enquanto classe nas suas ações cotidianas de resistência.

As ações de solidariedade entre os moradores da comunidade, encontrada em relatos durante a pesquisa de campo realizados por Teixeira (2017)¹⁵, também conformam atos de comunitarismo e identidade. Muitas vezes, por meio de mutirões em parceria com a igreja, ações de doação de roupa e alimento envolviam grande parte das pessoas da comunidade que não trabalhavam diretamente na usina.

O distanciamento da usina em relação à cidade de Oriente também conformou uma peculiaridade sócio cultural no que diz respeito a dualidade campo cidade. O armazém gerido

¹⁴“Gatos” são aliciadores de força de trabalho para o corte da cana-de-açúcar. São intermediários entre o usineiro e o trabalhador responsáveis pelo transporte e arregimentação do trabalho no canavial.

¹⁵Este trabalho teve como finalidade a análise a posteriori das condições de vida e trabalho de moradores e trabalhadores da Usina Açucareira Paredão, utilizando entrevistas, fontes primárias e revisão bibliográfica do tema.

pela administração da usina estava envolvido em uma dualidade no que diz respeito aos preços. Teixeira (2017) expôs uma dupla interpretação por parte dos trabalhadores: de um lado, seguindo o discurso da empresa, dizia-se que os valores dos itens básicos vendidos configuravam preço de custo ou subsidiado pela empresa e que eram bem mais baratos que os comprados fora da fazenda. De outro, argumentavam que os preços eram bem mais caros, gerando endividamentos que levavam vários meses para serem pagos. O endividamento também entrava nessa dualidade, sendo questionado enquanto má gerência do dinheiro pelas famílias ou pelos preços excessivos dos produtos. O ponto central, todavia, diz respeito à busca por outras vendas. Identificou-se nas falas que “ir para a cidade” fazer compras era a saída para o endividamento.

Essa divisão entre campo e cidade esteve marcada também na rivalidade entre o time de futebol amador da usina e o time da cidade de Oriente. A divisão entre as comunidades expressava um distanciamento simbólico entre as administrações como foi observado em Teixeira (2017) e nas colunas de esportes do Jornal Preveccionista, órgão informativo interno da Usina.

Ações de confraternização também devem ser consideradas. Aspectos culturais locais conformam as experiências comunitárias entre trabalhadores e familiares. Festas promovidas pela administração ou pelas próprias pessoas nas colônias em que habitavam eram espaços de socialização.

Evidentemente que Assistência Social obrigatória estipulada pelo Estatuto da Lavoura Canavieira e pelo Estatuto do Trabalhador Rural às áreas sociais comuns aos trabalhadores geriu boa parte das ações sociais da administração, principalmente as que dizem respeito a moradia. Gabriela Campagnol (2008) ao fazer o levantamento sobre as usinas de açúcar em São Paulo durante o século XIX e XX mostra como várias indústrias fecharam seus núcleos habitacionais ao serem pressionadas legalmente pelos trabalhadores.

Conclusão

A Usina Açucareira Paredão conformou-se a partir da decadência do cultivo do café após a Crise de 1929. Herdando suas edificações e relações sociais do regime de trabalho que colonizou a região, o colonato, atravessou 60 anos do século XX com trabalhadores vivendo nas casas das colônias.

O desenvolvimento tecnológico e nas legislações trabalhistas promoveram mudanças substanciais nesse regime de trabalho. A burocratização e intervenção estatal e sindical nas

relações laborais transformou as relações patronais entre a administração e os trabalhadores, envolvendo aspectos jurídicos.

As colônias se conformaram cada vez mais a um complexo de fábrica com vila operária (Leite Lopes, 1985), que, mesmo mantendo relações patronais semelhantes a ambas as aglomerações habitacionais, tem no salário sua principal fonte de remuneração, que a distingue diretamente do colonato. O distanciamento da cidade e as fundamentações do funcionamento de uma indústria de açúcar e álcool contribuem para a permanência de várias relações do antigo regime de trabalho. Desta forma, este sistema misto (Silva, 1986) que conforma a Usina, também o faz na formação das classes sociais internas.

Longe de se constituir em categorias rígidas, essa formação material e cultural, entre campo e cidade, estabelece as condições materiais de existência e resistência da classe trabalhadora no Brasil (e não do Brasil), que aconteciam nas relações comunitárias do cotidiano, na convivência dentro e fora do ambiente de trabalho.

Bibliografia

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Graal. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CAÍRES, Ângela Cristina Ribeiro. O colonato na Usina Tamoio. In. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil Formas tuteladas de condição camponesa exportadora* (Orgs.) Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva. São Paulo. Editora UNESP. Volume 1. 2008.

CAMPAGNOL, Gabriela. *Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial*. Tese de doutorado apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, SP. 2008.

CORREIA, Telma de Barros. *De Vila Operária a Cidade-Companhia: As aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular*. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. n. 4. DOI:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n4p83> 2001.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trd. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MONBEING, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Segunda edição. São Paulo. Editora Hucitec. Editora Polis.1998.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da Universidade de Brasília; CNPq, 1988.

LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. *Pensando a Classe Operária: os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico*. Revista Brasileira de História, n. 6, São Paulo, 1984.

SCOTT, James C. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Revista Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002

SILVA, José Graziano da Silva *CAFÉ AMARGO Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)* — de Verena Stolcke São Paulo, Brasiliense, 1986. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_resenhas.htm

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STOLCKE, Verena. *O povo na História* — resposta à resenha de José Graziano da Silva, 1986a Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_resenhas.htm

TEIXEIRA, Rafael Giovanetti: *Análise das condições de vida e trabalho na Usina Paredão, Oriente (SP)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado - Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina) apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu-PR, 2017.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOD, Ellen. *El concepto de classe em E. P. Thompson*. Cuadernos Políticos, número 36, pp.87-105. México, D.F. 1983.

ALFORRIAS NOS LIVROS DE NOTAS DE JATAHY: ESTRATÉGIAS NA NEGOCIAÇÃO DA LIBERDADE (1872-1888).

LUCAS RODRIGUES DO CARMO¹⁶

RESUMO

Neste trabalho temos o objetivo de analisar as cartas de liberdade registradas nos livros de notas do Cartório de Notas 1º Ofício de Jataí, no período de 1872 – ano de abertura do Cartório a 1888 – ano da abolição da escravidão no Brasil. Intentamos traçar o perfil dos/as libertos/as, destacando sexo, idade, cor e procedência, elucidando ainda, as questões concernentes à relação entre senhores e escravizados, percebendo estratégias políticas de ambos na negociação da liberdade e as formas de alforria registradas: condicional, sem ônus ou comprada pelo escravizado. Intenta-se com isso, perceber a dinâmica da escravidão em Jataí, dialogando com a historiografia produzida sobre o tema em Goiás e em outras regiões do país.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade. Alforria. Jataí

ABSTRACT

This paper aims to analyze letters of freedom registered in the notary journals of the First Notary's Office of Jataí between 1872 – opening year of the Notary's Office – and 1888 – year of slavery abolition in Brazil. We intend to outline manumitted people profile, highlighting sex, age and color, as well as to elucidate the relationship between masters and enslaved people, noticing political strategies regarding freedom negotiation and registered manumissions forms: conditional, free or bought. Therefore, we aim to understand slavery dynamics in Jataí, in dialogue with the historiography produced on the topic in Goiás and other regions of Brazil.

KEY-WORDS: Freedom. Manumission. Jataí.

1- Escravidão e liberdade: abordagens historiográficas.

A historiografia sobre escravidão negra no Brasil é considerada uma área consolidada dos estudos historiográficos brasileiros, tendo ao longo do tempo passado por viradas interpretativas e epistemológicas, seguindo as variantes da escrita da história, a utilização de novas fontes e o entrecruzamento delas. A obra *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre desponta como uma das primeiras obras a se debruçar sobre aspectos culturais da presença/contribuição dos negros escravizados no Brasil, porém sua interpretação a respeito das relações entre senhores e escravizados/as é construída de forma paternalista, que de certo modo suaviza as mazelas do cativo, as violações da dignidade humana dos africanos e afro-brasileiros.

Por volta da década de 1950 a chamada Escola Paulista de Sociologia, protagonizou as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil patrocinadas pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). As pesquisas buscavam identificar

¹⁶ Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás.

como a sociedade brasileira lidava com o passado escravista, as correlações entre raça e as hierarquizações sociais, ou seja, as possíveis (des)continuidades na trajetória dos negros no Brasil, em estudo comparado com outros países que sofreram o impacto do escravismo/racismo estrutural. Neste período, o materialismo histórico estava altamente em voga no cenário acadêmico brasileiro, e desta feita, as pesquisas realizadas pelo grupo foram produzidas a partir dessa perspectiva interpretativa¹⁷.

Nessas produções a relação senhor e escravizado foi analisada tendo como pressupostos o econômico e a relação base/superestrutura. O negro escravizado foi visto como um ser destituído de autonomia, de capacidade de forjar redes de sociabilidade – como por exemplo relações familiares. Constituíam-se, nesta perspectiva, como peça na engrenagem do sistema escravista brasileiro, devido a violência e extrema exploração do cativo (QUEIRÓZ, 2007; SCHWARTZ, 2001).

As interpretações até então (década de 1960/1970) ou reconheciam as hierarquizações, o racismo e as mazelas da escravização de forma suavizada e paternalista – como feito por Freyre na década de 1930 – ou destituíam agências e possibilidades de autonomia de negros e negras que tinham sua vida marcada pela condição de cativos. Desse modo, as experiências dos escravizados não figuravam nas páginas da história. A atuação desses sujeitos estava limitada a submissão, passividade, animalização, ou revoltas contra feitores, capitães do mato e senhores. A desumanização do corpo negro, bem como do indígena, e a sua constituição enquanto não-ser estava chancelada pela academia, aos considera-los selvagens, destituídos de cultura e sem agenciamento político, representando um atraso para a nação.

Por volta da década de 1980, a historiografia brasileira sobre a escravidão começa a ser reinterpretada, sendo fortemente influenciada pela aproximação teórica e política com as produções de Thompson. A “história vista de baixo”, ou “história dos de baixo”, começa a ganhar ressonâncias no Brasil pelo fato de que até então a experiência negra não havia sido trabalhada pela historiografia, culminando na falta de reconhecimento e historicização da atuação política dos escravizados.

Os conceitos de modo de produção, exploração e determinação, um tanto quanto abstratos e generalizantes, ajudaram a construir as concepções de extrema subjugação e passividade do escravizado brasileiro frente ao sistema escravista, dificultando a análise das especificidades das relações entre senhores e escravizados.

¹⁷ Como representantes dessa historiografia podemos citar: Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Emília Viotti da Costa

De acordo com Cevasco (2003), Thompson, entre outros autores dos estudos culturais ingleses, se interessaram pela cultura dos de baixo visando compreender como as camadas populares constroem formas de uso, ressignificação e resistência à cultura capitalista. O autor considera cultura como algo diretamente ligado com a experiência humana, que por sua vez é produzida pelos diversos sujeitos e suas relações sociais, gerando assim, múltiplas evidências de vida, formas de consciência e de ações a partir delas.

As obras produzidas no Brasil a partir de inspirações teóricas e políticas thompsonianas, como bem destacado por Silvia Hunold Lara, buscaram perceber a atuação dos escravizados enquanto agentes da transformação histórica, não se tratando

Apenas e simplesmente de passar a estudar o modo de vida dos escravos ou a visão escrava da escravidão. A “inclusão dos excluídos” vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. Ao tratarmos de escravidão, ou de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são frutos das ações de senhores e escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração (LARA, 1995, P. 46)

A historiografia desde então tem feito surgir novas perspectivas e abordagens para os estudos da escravidão negra no Brasil, percebendo os conflitos, os acordos e as negociações entre senhores e escravizados, bem como possibilitando a leitura da família escrava como forma de resistência a dominação do cativo. Essas novas perspectivas estão filiadas ao desvelar da experiência escrava, buscando trazer ao palco o escravizado como sujeito histórico que “através de suas práticas cotidianas, costumes, lutas, resistências, acomodações e solidariedades, de seus modos de ver, viver, pensar e agir construiu, junto com os senhores, isso que no final das contas, chamamos de ‘escravidão’, de ‘escravismo’” (CASTRO, 1997, p. 58; LARA, 1995, p. 47).

Esse novo modo de fazer história, que lança mão de uma gama de fontes e entrecruzamento entre elas, como periódicos, cartas de liberdade, inventários, processos crimes, ações de liberdade, censos demográficos etc., deu novos contornos para a trajetória do escravizado no Brasil. Pretendeu-se, ainda, questionar/reinterpretar as análises feitas tanto por Freyre quanto pela “Escola Paulista de Sociologia”. Neste sentido, a historiografia, a partir dos anos 1980, começa a perceber novos contornos na história da escravidão negra no Brasil, principalmente em relação à atuação política e estratégica do escravizado.

O escravo coagido pelo sistema, o escravo sem espaços de autonomia, o escravo que sofre uma imposição inquestionável de dominação, cede lugar ao escravo que faz uma leitura das relações que o permeiam, ao escravo que costura espaços onde possa se mover, ao escravo que se constitui culturalmente, que tem consciência política, ao escravo que faz uma leitura das relações de dominação e que sabe jogar com ela, tirar proveito, por fim, ao escravo que exerce poder na constituição do próprio exercício de dominação (ADOLFO, 2014, p. 106).

Na medida em que os escravizados fazem uso de sua consciência política para tecerem suas relações com sujeitos livres e libertos, construindo, dessa maneira, redes de sociabilidade e solidariedade capazes de auxiliá-los na negociação da liberdade, ou quando usam dessa consciência, do aprendizado no cativeiro, para forjar uma boa relação com os senhores, os escravizados passam a se constituírem como agentes sociais, que buscam uma maior autonomia sobre suas próprias vidas, que questionam, de forma estratégica, o poder moral dos senhores (MACHADO, 2014, p. 29).

Um importante acontecimento que vai legitimar juridicamente o posicionamento desse escravizado sujeito de sua própria história é a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871. A partir de então, o escravizado poderia ter acesso aos mecanismos jurídicos a fim de assegurar a liberdade, apesar da prerrogativa de ser representado juridicamente por um sujeito livre. A referida Lei também pode ser interpretada como um questionamento do poder senhorial, pois a partir de então, o Estado passava a intervir nas relações particulares de senhores e escravizados, e, por mais que a postura não fosse abertamente favorável à libertação, brechas jurídicas foram criadas, abrindo novos caminhos para a liberdade.

A partir da promulgação da lei, novas formas de perceber e conceber a liberdade foram estabelecidas, sendo elas a prerrogativa do ventre livre, o reconhecimento do pecúlio e a exigência da matrícula do escravizado.

A lei de 1871 transformou esse cenário, ao garantir alguns direitos de fato aos cativos e colocar em xeque políticas de domínio senhorial até então cruciais na manutenção da disciplina da escravaria, principalmente no que se referia à prerrogativa senhorial de libertar seus cativos (GOMES; MACHADO, 2015, p. 46).

Por fim, podemos analisar as brechas e encaminhamentos criados a partir desta promulgação como facetas que corroboram com a perspectiva de construção de uma abolição da escravidão negra no Brasil de forma lenta e gradual, posicionamento defendido por boa parte dos políticos e pela sociedade brasileira da época, que intentavam conceder a liberdade aos escravizados, desde que esse processo fosse realizado sem abalar as esferas políticas, econômicas e sociais de um Estado em construção, que pretendia ser liberal (CHALHOUB,

1990, p. 158; GRINBERG, 2008, p. 58; MATTOSO, 2003, p. 177-178). De acordo com Grinberg,

É impossível desvincular a lei de 1871 do projeto de emancipação gradual levado à frente pelo governo. Se, por um lado, ela golpeou “a ascendência moral dos senhores sobre seus cativos”, por outro marcou o posicionamento do governo sobre a forma como deveria ser encaminhada a questão da liberdade dos escravos, já, àquela altura, irreversível (GRINBERG, 2008, p. 57).

Segundo Mattoso (2003) os caminhos que levaram os escravizados do Brasil à liberdade foram vários: fugas, ameaças de crimes, levantes, as brechas criadas a partir da própria legislação do século XIX e a liberdade por meio carta de alforria. Durante os anos de trabalho e convivência, o cativo poderia forjar comportamentos com a intenção de despertar no senhor algum apreço. Não foram incomuns registros de liberdade que mencionavam o bom comportamento do escravizado, os bons serviços prestados, a dedicação e amor a que serviu ao senhor e sua família, dentre outras descrições que qualificavam positivamente o escravizado e indicavam a construção de alguma afetividade ou reconhecimento dos serviços prestados. Esse tipo de ação por parte do cativo é concebido por nós como estratégias que poderiam influenciar o senhor na decisão de alforriá-lo ou não.

Nelas, o escravo não parece com papel de vítima passiva, sem qualquer autonomia para viver sua vida, ou como alguém cuja obediência é mantida exclusiva ou principalmente pelo chicote. Se ele soube criar, mesmo nos estreitos limites de sua condição, espaços de invenção linguística, religiosa, musical, culinária, enganar o senhor, defender, sua família, sabotar, fugir e rebelar-se, o vemos aqui sabendo também seduzir, tornar-se cúmplice dos senhores, aproveitando oportunidades e locomovendo-se taticamente no sentido de tornar sua vida a melhor possível (BELLINI, 1988, p. 73).

Percebendo as mudanças na dinâmica da escravidão, os senhores também fizeram uso político das alforrias, condicionando-as, na maioria das vezes, à sua vontade. Esse uso político das alforrias, de certo modo, servia como mecanismo de manutenção de controle dos senhores, ao exigirem dos escravizados comportamentos de obediência e fidelidade, servindo assim como ampla estratégia de produção de dependentes, de criação de uma dívida de gratidão para com o senhor, transformando os ex-escravizados em negros fiéis e submissos que se manteriam sempre ligados aos seus antigos proprietários (CHALHOUB, 1990; MATTOS, 1998).

Embora a historiografia reconheça, atualmente, a ação dos escravizados na luta pela alforria, no contexto da escravidão, ela deveria ser compreendida como uma expressão da vontade senhorial. Por outro lado, os escravizados também compreendiam essa estratégia política de seus senhores, e, durante o cativeiro, construíram um largo aprendizado no que

concerne às possibilidades de obtenção da liberdade, forjando, assim, comportamentos que pudessem beneficiá-los.

A alforria não foi possível à maioria dos escravizados no Brasil, mas para os que conseguiram tal feito, ela apresentou múltiplos significados: liberdade de construir novos laços de amizade, família, relações de trabalho, modos e lugares de viver.

Apesar das dificuldades que a maioria encontrava para libertar-se do estigma de ter sido escravo, chegar à condição de liberto parecia estar simbolicamente associado a um renascimento [...] Em regra geral, o único bem do escravo era o seu próprio corpo, bem de que ele, com escravo, era apenas o portador, não o proprietário. A libertação, assim, devia significar como que a aquisição de um novo corpo, autônomo, diferente daquele que era propriedade do senhor (BELLINI, 1988, p. 84).

Portanto, faz-se necessário explicitar que neste trabalho estamos compreendendo como estratégias dos escravizados a capacidade de leitura política do cativo, de construção de sentimentos, forjando relações com os senhores e com pessoas livres diversas, com vistas para a obtenção da liberdade. Esta interpretação está de acordo com o campo da história social da escravidão negra do Brasil construída a partir dos anos 1980, que considera o escravizado como sujeito histórico que soube lutar pela liberdade no sistema escravista.

Jatahy, embora distante dos centros de poder político, não esteve ausente dessas discussões. A dinâmica da escravidão e luta por liberdade na região, aproximou-se de outras localidades nacionais, guardadas suas particularidades. Daí a importância de um olhar cuidadoso para a história regional, de modo a articular e discutir as imbricações e distanciamentos entre local, regional e nacional.

2- Alforrias nos livros de notas de Jatahy.

De acordo com a literatura memorialista, a região de Jatahy, localizada no sudoeste da Província de Goyaz, teve o seu processo de ocupação por não-indígenas iniciado por volta de 1836¹⁸. Uma primeira forma de comprovação em relação à presença de escravizados na Paróquia do Divino Espírito Santo do Jatahy foi por meio da análise do primeiro censo demográfico brasileiro. O *Recenseamento do Brasil* foi realizado no ano de 1872, e aponta dados referentes a “raças”, sexo, estado civil, religião, nacionalidade, instrução, idade e profissões dos habitantes de diversas regiões do país.

¹⁸Embora, tradicionalmente, se afirme que o processo de ocupação de Jataí se deu com a chegada dos pioneiros a região, é preciso lembrar que populações indígenas já se encontravam ocupando trechos dessas terras.

A referida Paróquia possuía o total de um mil e oitocentos e quinze (1815) habitantes. Deste número, um mil e quinhentos (1500), 82,6%, eram homens e mulheres que compunham a população livre, ao passo que trezentos e quinze (315) compunham a parcela de escravizados. Ou seja, cerca de 17,4% da população do Distrito do Divino Espírito Santo do Jatahy era escravizada, um percentual aparentemente alto para uma região predominantemente agropastoril e com um mercado de subsistência¹⁹.

A documentação analisada durante a pesquisa foram os 06 livros de notas do Cartório de Notas 1º Ofício de Jatahy. Tais registros nos permite averiguar a presença de escravizados na região desde o início das atividades, no ano de 1872. A documentação que nos possibilita analisar a presença dos escravizados antes de 1872 era, provavelmente, registrada nos cartórios da comarca de Rio Verde, e a estes registros ainda não foi possível termos acesso.

Os estudos sobre escravidão em Jatahy contam, basicamente, com as contribuições de Silva (2011)²⁰, que analisa principalmente os anos finais da escravidão e os primeiros anos do pós-abolição em Jatahy, com o intuito de perceber as diferentes perspectivas, negociações, conflitos e acordos de senhores e escravizados nos caminhos da abolição. A ausência de outros estudos, assim como as diferentes possibilidades de abordagens das fontes, sejam elas cartoriais ou paroquiais, denotam a necessidade de outras pesquisas sobre o tema, buscando descortinar a atuação dos diferentes grupos e sujeitos no processo de abolição de Jatahy e demais localidades do sudoeste goiano.

A partir da análise dos livros de notas, conseguimos identificar o registro de dezoito cartas de alforria, que concedem a liberdade a vinte e dois cativos. Atento-me aos registros das cartas de alforria dos escravizados entre os anos de 1872 e 1888. Verifica-se em Jatahy, e em consonância com a historiografia, a predominância de três formas de registros das alforrias: condicional (nessa modalidade há imposições que devem ser cumpridas pelo escravizado para que a liberdade seja efetivada), onerosa (quando o escravizado por meio do acúmulo de pecúlio obtém a alforria) e gratuita (liberdade concedida pelos senhores sem nenhuma exigência ou cobrança de pagamento).

A tabela a seguir nos mostra os registros das alforrias por triênio.

¹⁹FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872 – IBGE.

²⁰SILVA, Murilo Borges. PELOS CAMINHOS DA ABOLIÇÃO: Os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2011.

TABELA 01 - Registro dos tipos de alforria por triênio.

Triênio	Condicionais	Gratuitas	Onerosas
1871/1873	1	1	-
1874/1876	6	-	-
1877/1879	-	2	5
1880/1882	-	-	2
1883/1885	-	-	-
1886/1888	-	1	-

FONTE: Livros de Notas de 01 ao 06 do Cartório de Notas 1º Ofício de Jatahy.

A alforria condicional se caracteriza como a promessa da liberdade feita pelo senhor, que seria efetivada após o cumprimento de algumas condições. O escravizado ficaria encarregado de cumprir cláusulas, como: mais alguns anos de prestação de serviços, a morte do senhor ou senhora, o casamento de filhos/as, dentre outras imposições que alongavam ainda mais o período de vivência no cativo.

Em Jatahy, podemos observar alguns casos, como o da escravizada Clemência, de mais ou menos 21 anos, que tem a liberdade “concedida” por Felipe Dias Vieyra e sua mulher Dimetildes Josefa Cansada, em 10 de janeiro de 1876. Os senhores justificam a concessão como uma forma de recompensa pelos bons serviços prestados, fidelidade, paciência e amor. Porém, a liberdade de Clemência está subordinada ao cumprimento de mais treze anos de trabalho. As alforrias condicionais, em sua maioria, apresentam como requisito de efetivação da liberdade o cumprimento de um prazo determinado de trabalho e representa, de modo geral, uma forma de estratégia de domínio dos senhores.

Para estes, além da garantia da prestação de serviços, a promessa da liberdade tentava despertar no escravizado o sentimento de gratidão e fidelidade, acalmando as possíveis revoltas e rebeldias dos escravizados, tendo em vista a aproximação da abolição. Os senhores estariam reafirmando seu poder moral sobre os escravizados e mantendo sob seu controle o encaminhamento da abolição.

Entretanto, os bons serviços prestados, os sentimentos de paciência e amor, descritos na alforria de Clemência, foram construídos no cotidiano, forjados ao longo de uma vida, constituindo-se como estratégias de resistência da escravizada que, certamente tentava a liberdade ou um “bom cativo”. Portanto, os predicados de Clemência também devem “ser lidos sob a perspectiva de sua atuação por meio de táticas de convencimento e de lutas, de

investimento para conseguir sua liberdade, ainda que condicional” (SANT’ANNA, 2005, p.150).

Podemos analisar ainda o desenrolar da liberdade de Pedro, cativo que em 21 de setembro de 1874 tem sua carta de liberdade condicional registrada pelos seus senhores, José de Carvalho Bastos e sua mulher Ana Cândida de Gouveia. Como condição para gozar da liberdade, o cativo deveria prestar serviços à família do seu senhor por mais seis anos. Se compararmos com as condições impostas em outras cartas de alforria, o prazo estipulado para Pedro tornar-se livre era, razoavelmente, pequeno.

Porém, em 8 de setembro de 1877, cerca de três anos após o registro da liberdade condicional, seus senhores resolvem alforriá-lo definitivamente, conforme consta em registro encontrado no Livro de notas:

Dizemos nós Jose de Carvalho Bastos e Ana Cândida de Gouveia, abaixo assinados, que entre os bens que possuímos livres e desembarassados, he bem assim hum escravo de nome Pedro, crioulo, a quem por amor que temos, e em recompensa dos bons servissos que nos tem prestado e rigorosa obediencia que nos tem apprezentado a tempos lhes passamos escriptura de liberdade sugeito a comprimento de alguns annos; agora porem rezolvemos a dar por concluido o dever a que o mesmo era obrigado e dar-lhe desta dacta em diante plena liberdade como se nascesse de ventre livre. E por ser essa a nossa vontade sem constrangimento de parte alguma, mandamos passar a presente que assignamos. Freguesia do Jatahy oito de setembro de mil oito centos e settenta sette (CARTA DE LIBERDADE, 1887).

Podemos observar que os senhores Jose de Carvalho Bastos e Ana Cândida de Gouveia destacam que a concessão da liberdade definitiva se dá por ser essa a sua vontade, reafirmando a ideia de que a alforria era uma prerrogativa senhorial. Além disso, na perspectiva senhorial, a descrição das motivações e dos sentimentos: o amor que sentiam pelo escravizado, a recompensa pelos bons serviços prestados e rigorosa obediência, servem para reafirmar seu caráter paternalista e benevolente. Além disso, incute no imaginário do período as prerrogativas de qual deve ser o comportamento de um bom escravo. O discurso dos senhores pode ser na verdade uma estratégia de domínio, que busca despertar no liberto sentimento de gratidão e lealdade, fazendo com que Pedro, apesar do gozo da liberdade, se mantivesse por perto, tornando-se grato e obediente aos seus antigos senhores.

No entanto, faz-se necessário interpretarmos as escolhas de Pedro. Devido a sua idade – mais ou menos quarenta e oito anos –, o mesmo já havia aprendido a negociar, forjar sentimentos, oportunidades e relações com os senhores com vistas na liberdade. Portanto, devemos perceber que os sentimentos descritos na alforria se constituem como táticas de

convencimento, construídas nas relações cotidianas de Pedro com seus senhores, buscando convencê-los pela decisão da liberdade.

Por outro lado, precisamos nos advertir sobre esse olhar dicotômico que muitas vezes lançamos a fonte, pois, conforme nos alerta Chalhoub (1990), a relação entre senhor e escravizado nem sempre se dá de forma plástica ou encenada. Não é impossível supor uma relação de afetividade entre eles, que poderia nascer no decorrer do tempo. Nem sempre escravo e senhor estavam tramando estratégias para chegar a um determinado objetivo (CHALHOUB, 1990, p. 150).

Ainda em relação às alforrias condicionais, verificamos que em 12 de janeiro de 1876, consta no livro número 01 do Cartório de Notas, o registro da carta de alforria de Sebastião, que possuía sete anos mais ou menos. Para gozar de plena liberdade, o pequeno escravizado teria que esperar pelo falecimento de seus senhores. Ou seja, sua alforria era condicional, e mesmo estando registrada em cartório, não tornava o cativo livre, pois Sebastião continuava servindo aos senhores, estava sujeito a receber castigos, e devia cumprir todas as ordens que lhe fossem destinadas. O que restava para o escravizado nessa situação era apenas esperar a morte dos seus senhores, o que poderia levar dias, meses ou anos. Até que acontecesse a morte dos seus senhores, “o outro dia seria o mesmo dia. O novo seria apenas uma promessa, uma possibilidade de, no futuro, romper com o velho” (Sant’Anna, 2005, p. 150).

Nos casos em que o pleno gozo da liberdade estava relacionado ao falecimento dos senhores, além da incerteza acerca do tempo de serviços no cativo, outras dúvidas rondavam a trajetória para a liberdade. O não cumprimento da promessa de alforria por parte dos herdeiros, era uma delas. Tendo em vista que o acordo firmado entre o antigo senhor e o escravizado poderia não ser lucrativo para o novo dono, este tinha possibilidade de agir no intuito de revogar ou simplesmente ignorar a carta de alforria. Casos como estes não foram incomuns e renderam longos e calorosos processos, chamados de ações de liberdade, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo, movidos por escravizados que requeriam, por intermédio de um representante livre, o direito de liberdade. Segundo Chalhoub:

[...] o falecimento do senhor era para os escravos o início de um período de incerteza, talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido. Eles percebiam a ameaça de se verem separados de familiares e de companheiros de cativo, havendo ainda a ansiedade da adaptação ao julgo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades. Era problemático também fazer valer os direitos conquistados ao antigo senhor [...] Os escravos ficavam preocupados em garantir os direitos supostamente adquiridos através da doação do senhor, mas frequentemente encontravam a oposição de herdeiros decididos a impedir qualquer subtração ao seu legado – mesmo que para isso tivessem de dar sumiço em testamentos e cartas de alforria (CHALHOUB, 2009, p. 111-112).

A segunda forma de alforria encontrada foi aquela que era comprada pelo cativo, por meio do acúmulo do pecúlio. A compra de alforrias pelos escravizados é reconhecida na historiografia desde o período colonial, estando vinculadas às práticas costumeiras, que necessariamente perpassavam pela vontade do senhor em negociar o preço e as condições da liberdade dos cativos.

A promulgação da Lei do Ventre Livre representa o reconhecimento legal do acúmulo de pecúlio, que passa a ser assegurado pela legislação, desde que as atividades econômicas fossem realizadas em horário livre. A Lei 2040, de 28 de setembro de 1871, reza em seu artigo 4º ser “permittedo ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias”²¹.

O reconhecimento legal do pecúlio representa a interferência do Estado na relação entre senhores e escravizados, pois tendo o escravizado a quantia suficiente para comprar a sua liberdade, estaria respaldado pelo direito de acumular economias e negociar a alforria. A prerrogativa senhorial de condicionar a negociação da liberdade a sua vontade deixaria de existir embora ainda exercesse poder sobre essa decisão, pois, poderiam dificultar o processo de concessão da alforria.

Os senhores não poderiam impedir no cotidiano que os escravos fizessem suas economias, e depois não poderiam se negar a conceder-lhes a alforria por indenização de preço porque tal direito dos negros ficava estabelecido no artigo quarto, parágrafo segundo, da lei de 28 de setembro. Apesar das ambiguidades e vacilações do texto – imposições da composição política necessária à aprovação do texto –, havia agora chances mais reais de os escravos atingirem a alforria mesmo contra a vontade dos senhores (CHALHOUB, 1990, p. 158).

Sobre a compra de alforria, podemos observar o registro em 12 de maio de 1879, em que o escravizado Bernardo Africano, de cinquenta e dois anos de idade mais ou menos, paga aos seus senhores Joaquim Fabiano Vilela e sua mulher Graciana Antonia da Silveira, a quantia de duzentos e sete mil reis, se comprometendo ainda a pagar em liberdade a quantia de quinhentos e noventa mil reis, completando o pagamento de sua alforria. As alforrias compradas pelos escravizados de forma “parcelada” configuram a coartação, onde o cativo, dependendo das condições do senhor, poderia receber sua liberdade e pagá-la por meio do trabalho livre – forma possivelmente adotado pelo escravo Bernardo – ou, com o pecúlio acumulado em seus dias

²¹Distrito Federal. Casa Cível. LEI 2040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 24 de abril de 2019.

livres, ir pagando aos poucos seu senhor para completar o valor correspondente a sua alforria (FERREIRA, 2007, p 116-120).

Com a morte do/s senhor/es, o valor do escravizado poderia ser “dividido” em partes, tendo cada herdeiro o direito sobre uma parte do cativo. Nestes casos, o escravizado poderia ter complicações na luta pela liberdade, devido ao fato de nem todos os herdeiros entrarem em consenso sobre a sua liberdade. Possivelmente foi o que aconteceu com Francisco, de vinte anos, que em 28 de dezembro de 1876 pagou por sua liberdade a João Joaquim Furtado à parte que lhe cabia, no valor de cento e quarenta mil reis.

Por fim, a última forma de alforria identificada na documentação, foi a liberdade sem ônus, normalmente justificada pelos bons serviços prestados, pela dedicação ou mesmo pelo amor que os senhores tinham pelo escravizado. Maria Africana, em fevereiro e março de 1878, conseguiu obter sem ônus a liberdade de dois senhores, Antonio Crysostomo de Castro e Antonio Crysostomo de Castro Junior, passando, possivelmente, a gozar da liberdade. As alforrias “gratuitas” também fazem parte da política de domínio senhorial, e sobre as expectativas do senhor em relação a essa “concessão”, Silva afirma que:

Nesse caso, normalmente, o proprietário libertava o escravo pelo reconhecimento dos bons serviços prestados e pela fidelidade do escravo, dispensando o alforriado de qualquer obrigação com o senhor, embora fosse evidente que o senhor esperasse do escravo que recebia a liberdade o reconhecimento de sua benevolência (SILVA, 2011, p. 96).

Mesmo sabendo que o número de cartas de liberdade registradas nos livros de notas pode não corresponder ao total de alforrias no período, podemos traçar um perfil dos libertos em Jatahy. Dos vinte e dois libertos, conseguimos presumir a idade de onze deles, estando em sua maioria na faixa etária de trabalho, ou seja, entre 14 a 35 anos²². A partir da análise da faixa etária, percebemos a capacidade de articulação dos cativos na luta pela liberdade, pois, apesar da idade estar associada ao período de geração de lucros para os senhores a partir da exploração de sua mão-de-obra, eles souberam empreender estratégias de convencimento, forjar sentimentos nos senhores, construir caminhos nas brechas cotidianas visando a liberdade.

Alguns historiadores como Mattoso (2003) afirmam que a alforria era alcançada com mais facilidade pelas mulheres, por diversas razões, como: a proximidade com a casa-grande ou práticas para além dos afazeres domésticos com o senhor, tornando mais fácil o caminho

²² Mesmo com o alerta da autora em relação as possíveis variações nas regiões do país, utilizamos a tabela de Mattoso para considerarmos o escravo dentro da faixa etária de trabalho. MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2003. p.86.

para a liberdade. Como já mencionado anteriormente, os estudos sobre os anos finais da escravidão em Goiás são poucos, sendo um deles a dissertação de mestrado intitulada *Tecendo a liberdade: alforrias em Goiás no século XIX*, de Leite (2000). As análises da autora nas regiões de Santa Cruz e Meia Ponte, apontam um percentual maior de alforrias “concedidas” para escravizados do que escravizadas, destoando da historiografia “tradicional”. Nos registros dos livros de notas de Jatahy, os dados nos mostram certo equilíbrio entre os forros: dos vinte e dois libertos, 12 deles eram mulheres e 10 homens. A seguir, apresentamos uma tabela que demonstra a idade dos escravizados por década.

Tabela 02 Idade e quantidade de escravizados por década

Idade	Número de escravos
1 – 10	1
11 – 20	3
21 – 30	2
31 – 40	1
41 – 51	2
52 ou mais	2
Não informado	11

FONTE: Livros de Notas números 01 ao 06 do Cartório de 1º Ofício de Jatahy.

Apesar de localizar-se na região atualmente conhecida como centro-oeste brasileiro, sendo Goyaz uma província afastada dos portos de entrada do tráfico transatlântico – Salvador e Rio de Janeiro –, nota-se, desde o período colonial, a presença de escravizados africanos em Goiás, tendo como rotas de entradas os caminhos de São Paulo e Rio de Janeiro (LEMKE, 2013, p. 125). Apesar da ocupação de não-indígenas em Jatahy ter ocorrido apenas no século XIX, por volta de 1836, após a promulgação da Lei de 1831 que estabelece a proibição do tráfico de escravizados estrangeiros, constatamos ali a presença de africanos escravizados na região.

Bernardo africano, Maria africana e Mariana de nação, assim descritos em seus registros de liberdade, são provas da presença de escravizados estrangeiros em Jatahy. Cabe ainda ressaltar que, as dificuldades de ‘adaptação’ social, linguística e cultural, além da dificuldade de viver como cativos no Brasil, não os impediu de lutar e estabelecer estratégias de negociação com os senhores para alcançar a liberdade.

Entretanto, a maioria dos escravizados que conquistaram a alforria em Jatahy, segundo registros consultados, nasceram no Brasil, 16 no total. Fazemos esta afirmação levando em consideração a descrição de procedência e cor. Esses dados corroboram com a perspectiva de Mattos (1998), que atribui aos escravizados nascidos no Brasil um largo aprendizado de uma política de negociação desenvolvida no campo dos costumes, assim como do poder privado dos senhores, tendo como miragem a liberdade (MATTOS, 1998, p. 192). Em três casos, a alforria é silenciosa em relação a informação da procedência dos sujeitos.

3- Considerações finais.

As análises acerca dos acordos, negociações e disputas no encaminhamento da emancipação da população negra escravizada no Brasil compõem uma historiografia consolidada no cenário nacional e internacional. Quando nos dedicamos a problematizar a historiografia regional sobre o tema, fica evidente que os estudos referentes aos anos finais da escravidão em Goiás precisam ser ampliados, para que os cenários da abolição em diferentes localidades da província sejam descortinados, trazendo à tona a atuação dos diferentes grupos sociais envolvidos neste processo, sobretudo a atuação de negros e negras.

Os registros de liberdade nos livros de notas, mesmo que não nos dê suporte para afirmações mais generalizantes acerca do encaminhamento da liberdade em Jatahy, por não corresponderem ao total de libertações no período analisado, tendo em vista as outras formas possíveis de obtenção da liberdade, além da carta de alforria registrada em cartório, aliado ainda a pouca produção da historiografia regional sobre os últimos anos da escravidão em Goiás, nos faz perceber algumas características da atuação de senhores e escravizados na negociação pela liberdade.

Podemos identificar nas alforrias concedidas de forma condicional a construção de estratégias por parte dos senhores da região, pois estes, ao conceder a liberdade condicionada a acontecimentos, como a sua morte ou o casamento de seus filhos e filhas, ou, ao cumprimento de algumas obrigações antes do pleno gozo da liberdade pelo escravizado, estava fazendo uso da política de domínio senhorial. A promessa de liberdade gerava expectativas nos escravizados, que por sua vez, mantinham o bom comportamento, assim como a boa prestação de serviços ao senhor. Provavelmente, esses futuros libertos se tonariam ex-escravizados que nutririam sentimentos de gratidão e lealdade pelo senhor.

Em contrapartida, compreendemos a atuação dos escravizados na luta pela liberdade, percebendo-os como sujeitos históricos que lutaram para se livrar do jugo do cativo. As diversas formas de registro das cartas de alforria demonstram que durante o período do cativo,

apesar da condição subalterna, os escravizados souberam tecer boas relações com os senhores, escolhendo o caminho do bom comportamento, prestando bons serviços, forjando sentimentos de lealdade e afeição para conseguir a liberdade.

Ao destacarmos as táticas e estratégias de resistência e negociação dos escravizados, estamos nos dedicando a historicizar o escravismo brasileiro, considerando a atuação dos múltiplos sujeitos envolvidos neste processo histórico. De maneira alguma há a tentativa de negar ou suavizar todo o processo de violência e tentativa de destituição da humanidade dos/as escravizados/as, nossas intenções consistem em romper com as concepções de um escravizado passivo e submisso, sem consciência política, ou capacidade de luta pelo fim da escravidão.

4- Referências

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. *A emergência do escravo-agente na historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980*. 2014, 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João Jose. (Org). *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. Editora Brasiliense. 1988, p. 73-86.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 45-59.

CEVASCO, Maria Elisa. A formação dos Estudos Culturais. In: CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 60-79.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, Roberto Guedes. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, Século XIX). *Afro-Ásia*. Salvador, v. 35, p. 83-141, 2007.

GOMES, Flávio; MACHADO, Maria Helena P. T. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena P. T. (orgs) *Tornando-se Livre: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade – ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

LARA, Silvia Hunold. BLOWIN'IN THE WIND: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo, vol. 12, p.43-56, 1995.

LEITE, Clara Duran. *Tecendo a liberdade: alforrias em Goiás no século XIX*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2000.

LEMKE, MARIA. O Caminho do Sertão: Notas Sobre a Proximidade Entre Goiás e África. *Politeia*. Vitória da Conquista, vol 13, p.115-132, 2013.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)*. 2ª edição, São Paulo: Edusp, 2014.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudoeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

QUEIROZ, Suely Robles. Escravidão Negra e Debate. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 103-117.

SANT'ANNA, Thiago. *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas. (1870-1888)*. 2005, 195 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Murilo Borges. *Pelos Caminhos da Abolição: Os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí*. 2011. 153 f. (Dissertação Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2011.

5- FONTES

I – Cartório de 1º Ofício de Notas de Jataí.

Livros de Notas nº. 01, 02, 03, 04, 05 e 06 (cartas de liberdade), 1872 – 1888.

O PATRIMÔNIO E A INSTITUIÇÃO

Desafios na formação e no desenvolvimento das políticas culturais patrimoniais

Lucas Santana Coelho Fonseca²³

RESUMO: O presente artigo se propõe a analisar as primeiras políticas desenvolvidas no Brasil para o campo do patrimônio material, bem como o impacto que tais práticas causaram no decorrer do século passado até os dias atuais. Para tanto, o trabalho enfatiza os anos iniciais da instituição SPHAN e, adiante, a experiência do Estado de São Paulo, através do Condephaat. Para nortear o estudo, serão utilizadas obras de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que debatem a formação do patrimônio cultural no Brasil. Nesse sentido, nota-se o destaque que as políticas e práticas do patrimônio cultural material propiciou às elites intelectuais e dominantes, enquanto limitou a participação e representação de grupos marginalizados. Paralelamente, serão traçados alguns aspectos que restringem o debate patrimonial, além de possíveis caminhos para que os processos de patrimonialização se tornem mais integradores.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, Preservação, SPHAN.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the first policies developed in Brazil for the field of material heritage, as well as the impact that such practices have caused over the past century to the present day. To this end, the work emphasizes the early years of the SPHAN institution and, later, the experience of the State of São Paulo, through Condephaat. To guide the study, works by researchers from different areas of knowledge that debate the formation of cultural heritage in Brazil will be used. In this sense, it can be noted that the policies and practices of material cultural heritage provided intellectual and dominant elites, while limiting the participation and representation of marginalized groups. At the same time, some aspects that restrict the equity debate will be outlined, as well as possible ways for the processes of patrimonialization to become more integrative.

Key words: Cultural Heritage, Preservation, SPHAN.

Introdução

A preservação do patrimônio cultural no Brasil se mantém atrelada às políticas públicas desde sua instauração, a partir da criação do antigo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com o Decreto-Lei nº 25 de 1937. Em consequência, se destaca por estar inserida em um campo de poderes que envolve, por exemplo, o mercado financeiro, as relações políticas, o embate ideológico e as disputas simbólicas.

²³ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFG). Contato: lucas_santanacf@hotmail.com

Destarte, foi estabelecida uma política cultural que, segundo a historiadora Marly Rodrigues²⁴ (1996), institucionalizou a memória social. Entretanto, os debates atuais que circundam o tema são frutos de sucessivos eventos que culminaram na instauração do SPHAN, e, posteriormente, na criação de órgãos preservacionistas estaduais e municipais. Deste modo, este artigo tem como objetivo analisar as transformações dos debates patrimoniais do início do século XX, a criação do órgão preservacionista nacional e do Estado de São Paulo, as principais dificuldades encontradas pela gestão dos bens culturais que permeiam as políticas públicas até a atualidade, bem como possíveis caminhos para que os processos de patrimonialização se tornem mais integradores.

Entre cultura e preservação

São vários os conceitos abordados ao referenciar os bens culturais, que passam por memória, cultura, tradição, preservação, patrimônio e identidade, por exemplo. Todavia, discutirei apenas dois desses conceitos para reflexão: o de cultura e o de preservação.

Por muitos anos, a cultura era vista como limitadora e relacionada ao campo das belas-artes. Embora essas noções restritas do termo tenham sido, em partes, superadas por uma parcela da sociedade, não é incomum encontrar falas do senso comum que corroboram para que elas continuem se propagando e limitem, no sentido amplo do termo, o direito à cultura²⁵. Mas não pretendo aqui analisar a etimologia do termo, ou uma comparação entre ‘cultura’ nas diferentes áreas do conhecimento e sociedades. Para conceituar cultura, sigo o pensamento de Raymond Williams (1973), que a define como um processo gerador de modos de vida. Ou seja, ela não é restritiva, mas sim de todos, plural, e em constante movimento. Se a cultura está sempre se movimentando, naturalmente as concepções de patrimônio cultural também estão acompanhando essas mudanças (e elas alteram de região – no sentido mais abrangente – para região). Contudo, esses modos de vida possuem relações com as realidades de cada um, e estão em um espaço entre limites e pressões.

Isso explica as modificações que ocorreram, e ainda ocorrem, nos processos de patrimonialização no Brasil e no mundo, e reforça a constante necessidade de se discutir o assunto. Paralelamente, Terry Egleaton (1997) também analisa a cultura como algo sempre em

²⁴ Marly Rodrigues é doutora em História pela Unicamp, com especialização em patrimônio cultural no ICCROM – Unesco. Foi técnica do Serviço Técnico de Conservação e Restauro - Condephaat (1982-2007); dirigiu o Serviço de Pesquisa e Tombamento do Departamento de Patrimônio Histórico, SMC-PMSP (1999-2000); diretora técnica do GEI-UPPH/Conselho de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo – Condephaat (2007-2009) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN/São Paulo (2009-2010).

²⁵ Para mais informações, ver: CHAUI, Marilena. *Cidadania Cultural: O direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

movimento, e como produção política. Para o crítico literário, não é possível separar esses dois campos. Se pensarmos no conceito de Williams, a cultura como formas simbólicas e modos de vida, ela é, de fato, política.

Mas a ideia que se teve sobre a cultura enquanto privilégio de uma minoria perdurou por muitas décadas, e seus resquícios ainda se mantêm nas sociedades contemporâneas ocidentais. Marilena Chauí (2006) aborda a questão ao apontar que o discurso da divisão social das classes originou a separação entre o culto (o indivíduo “provedor de cultura”) e o inculto (aquele que não teve acesso à “cultura”). Segundo a filósofa,

(...) a cultura e as artes distinguiram-se em dois tipos principais: a erudita (ou de elite), própria dos intelectuais e artistas da classe dominante, e a popular, própria dos trabalhadores urbanos e rurais; (...) quando pensadas como produções ou criações do passado nacional, formando a tradição nacional, a cultura e a arte populares receberam o nome de folclore, constituído por mitos, lendas e ritos populares, danças e músicas regionais, artesanatos, etc.; (...) a arte erudita ou de elite passou a ser constituída pelas produções e criações das belas-artes, consumidas por um público de letrados, isto é, pessoas com bom grau de escolaridade, bom gosto e consumidoras de arte. (CHAUÍ, 2006, p.13)

Sobre o tema, Raimundo Martins e Pablo Sérgio (2012) também revisam a já discutida distinção entre alta e baixa cultura, bem como questionam o desprezo à cultura de massa. Segundo os autores, enquanto a noção de alta-cultura – ou, na divisão de Chauí, aquela ligada aos “cultos” – está mais relacionada à estética – e às belas-artes – e a cultura folk (folclórica) à tradição e “essência”, a cultura de massa se confunde com uma noção “desordeira de consumo”, “mau gosto”, e uma “expressão de falta de educação” (p. 136). Atualmente, embora divisões como folk, alta e baixa cultura serem, felizmente, bastante criticadas e pouco aceitas, elas nos ajudam a pensar nos processos de seleção dos bens patrimoniais brasileiros, principalmente por esses processos terem sido direcionados pelos intelectuais das classes dominantes.

Por outro lado, o conceito de preservação emerge como um guia na seleção de quais bens seriam considerados “culturais”. Ao longo do século XX, a forte presença da arquitetura no campo do patrimônio associou o termo à originalidade e permanência de um bem para o futuro. Entretanto, a preservação, pensada sob o viés do patrimônio cultural, é um complexo de ações que, ao mesmo tempo que mantém certas manifestações materializadas²⁶, estabelece critérios para que outras não sejam. E, para isso, ela se dá no tempo presente.

²⁶ Utilizo as afirmações de Williams (1973) ao conceituar o material como tudo aquilo que supre as necessidades do ser humano, e não apenas os aspectos físicos. É a concretude do que faz intervenção na realidade.

O antropólogo Antônio Augusto Arantes (1984) esclarece a definição de preservação em uma passagem do prefácio da obra “Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural”. Para o autor:

O interesse pela defesa de estruturas arquitetônicas, paisagens e recursos naturais decorre sem dúvida do desejo de manter laços de continuidade com o passado. Talvez o termo “construir” descreva melhor essa relação, já que esses bens não são simplesmente legados de uma geração a outra. É verdade que, em parte, eles chegam às gerações sucessivas como herança. Ao mesmo tempo, entretanto (se não principalmente), a sua persistência no tempo resulta de ações e interpretações que partem do presente em direção ao passado. Nesse sentido, *a assim chamada “preservação” deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente*. No esquecimento ou na lembrança, em cada uma das diversas estratégias de restauro, monitoramento e reaproveitamento de velhas estruturas, ou na destruição, reencontra-se sempre o passado interpretado, produzido para construir o espaço ou, melhor dizendo, o ambiente em que se desenrola a vida de hoje (p. 9, grifo do autor).

Em outras palavras, Arantes prevê que a própria seleção das tradições e manifestações culturais são frutos da preservação. Para que algo seja preservado, e demonstre a dinâmica social, existe a destruição de outras materializações. Portanto, o patrimônio cultural não é a representação de um todo, mas sim um aglomerado de fragmentos que representam aquilo que, em determinado presente, foi selecionado para simbolizar um passado interpretado.

Analisar a preservação como um processo natural de seleção definida por determinadas classes e sociedades abre novas possibilidades para interpretar não apenas o que se preserva, e o porquê, mas também quais manifestações, ou materialidades, foram deixadas de lado no processo, e as razões por trás de tais feitos. Sob esta perspectiva, os bens não elegíveis à atenção das políticas governamentais também se tornam fundamentais para o estudo da dinâmica patrimonial.

A institucionalização do patrimônio “histórico e artístico” nacional

A formação de um pensamento voltado ao patrimônio cultural brasileiro remete ao ideal de uma parte da elite intelectual que emergiu no Brasil no início do século XX. Apoiado numa concepção de levar a modernidade à nação, o grupo fundador do SPHAN – e integrantes dos pensadores mencionados – foi responsável por elaborar um conjunto de representações, e procurava

(...) dar o caráter de universalidade, buscando, para tanto, desenvolver estratégias de legitimação, quer através da elaboração cada vez mais complexificada e sofisticada da formação discursiva, quer através de um ordenamento cada vez mais diferenciado em critérios, de um conjunto de

práticas culturais, destacando-se como a mais importante o instituto do tombamento (RODRIGUES, 1996, p. 195).

O grupo pioneiro estava centrado na liderança do advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade²⁷, e contava ainda com a participação de nomes representativos da época, como Mario de Andrade e Lucio Costa. A presença de Costa, embora pouco difundida e aprofundada pela historiografia, reflete o papel assumido pela arquitetura como uma das formas de representar o moderno. A antropóloga Mariza Veloso Motta Santos (1996) atribui um “poder” ao arquiteto em questão por, além de sua “capacidade técnica e intelectual”, ter sido uma “espécie de ‘teórico’ do Patrimônio” (p. 77), e assumir o caráter de conselheiro ao esclarecer dúvidas, delinear significados e definir quais bens materiais seriam passíveis de tombamento.

Vale reforçar que, nesse momento, o patrimônio “histórico e artístico²⁸” dizia respeito aos bens de natureza material, e era através deles que o modernismo se afirmava: na busca pelo moderno, tentou-se também selecionar quais edificações representariam a História. Isso nos remete ao que Rodrigues (1996) chama de “estruturação do fazer protecionista”. Para a autora, uma das vertentes do modernismo mais destacadas, e que refletia no início das relações patrimoniais, era a proposta por Mario de Andrade. Para Andrade, a universalidade moderna era contraposta pelas manifestações folclóricas e as do período barroco (aliadas à religiosidade católica), sendo estas as tradições que conferiam autenticidade ao país.

O cenário exposto nos possibilita constatar que, desde os primórdios das políticas preservacionistas, o patrimônio cultural é uma seleção; mas não é somente esta categoria das políticas culturais que se encontra subjugada a um processo seletivo. Como bem afirma Raymond Williams (1979), a tradição é uma seletiva pela busca dos elementos do passado que legitimem o presente, ou seja, que afirmem a identidade nacional. Em outras palavras, as políticas patrimoniais – e, conseqüentemente, os bens considerados culturais – ficam à mercê de determinados grupos que representam determinados interesses.

Porém, ainda no contexto de criação do SPHAN, Santos (2018) esclarece que a figura de Mario de Andrade alcançou destaque por três razões. Primeiramente, por ter sido o autor do anteprojeto da instituição (de 1936), bem como pela participação do modernista na “implantação do órgão em nível nacional e, em particular, no estado de São Paulo” (p. 335). Contudo, não é incomum encontrar historiadores que descrevem o texto final do Decreto-Lei 25^a de 1937 como um reflexo do proposto por Mário de Andrade, quando, na verdade, muito

²⁷ Andrade permaneceu na presidência do SPHAN desde sua fundação até 1967

²⁸ O termo “patrimônio cultural” passou a ser adotado pelas instituições com mais frequência a partir da Constituição de 1988, que ampliou a noção de “histórico e artístico” para “cultural”.

pouco foi incorporado do projeto do poeta para a redação final. Em segundo lugar, por sua liderança com os demais modernistas e os integrantes que compunham o SPHAN e, por último, por sua atuação como assistente técnico da 6ª Região do SPHAN, em São Paulo.

O anteprojeto de Mário de Andrade era apoiado na “busca pela cultura brasileira” e, ao mesmo tempo, tentava moldá-la através de uma seleção de objetos portadores de simbologia que representassem o nacional. Entretanto, esta concepção trazia à tona o que uma elite intelectual acreditava serem as “verdadeiras” raízes do Brasil. Se analisarmos as dinâmicas contemporâneas da gestão do patrimônio cultural, veremos que os agentes responsáveis pela definição dos critérios para seleção de bens culturais foram apenas substituídos de uma elite intelectual para uma elite efetivamente dominante. Embora valorosos e indispensáveis nas políticas de salvaguarda, os estudos e considerações dos técnicos frequentemente esbarram em conflitos com àqueles que detém alta influência política e econômica.

Os anos iniciais do SPHAN, como mencionado anteriormente, tiveram como centro as ações preservacionistas no barroco brasileiro. O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves (1996) aponta o destaque que a arquitetura barroca das antigas cidades coloniais mineiras teve nesse processo, e em especial Ouro Preto, que veio a ser reconhecida como “monumento nacional”, atraindo o chamado “turismo cultural”. O enfoque em Minas Gerais pode ser compreendido por grande parte dos intelectuais em torno dos processos de patrimonialização serem mineiros, entre eles Rodrigo Melo. Outro ponto apontado por Gonçalves que justifique essa escolha foi a inconfidência mineira, utilizada como símbolo oficial dos ideais nacionalistas, bem como o valor atribuído ao regionalismo. Por outro lado, o catolicismo desempenhou o papel de assegurar a “integração da sociedade brasileira” (Gonçalves, 1996, p. 72). Até 1982, dos 936 monumentos e objetos tombados pelo SPHAN, 384 diziam respeito aos monumentos religiosos (sendo 216 igrejas²⁹).

Ao mesmo tempo, o governo Vargas financiava obras de urbanização que demoliam as igrejas edificadas pelos escravizados durante o império. Ribeiro Júnior (2010), ao analisar a demolição de templos religiosos ligados aos escravizados no Triângulo Mineiro³⁰, chamou esse processo de “apagamento da participação dos negros” (p. 87). Um exemplo do autor foi a capela de Nossa Senhora do Rosário, em Uberaba, demolida em 1940. Símbolo de um sincretismo religioso – o que, segundo Shohat e Stam (2006), remete ao preconceito cristão às religiões de

²⁹ Gonçalves (1996) especifica que essas igrejas tombadas correspondiam às igrejas católicas coloniais, pois eram consideradas como “signos de uma identidade religiosa brasileira” (p. 72).

³⁰ Para mais informações, ver: RIBEIRO JÚNIOR, F. Memórias Cativas de um Triângulo Negro. Revista UFG: Goiânia, v. 3, n. 1, p. 87-99, 26 mar. 2010.

matriz africana –, a capela foi demolida ‘embasada’ em três argumentos. Em primeiro lugar, por um fundamento racista, seguido de uma versão dos acontecimentos passados no século XIX e, por fim, por um consenso de que a obra era uma “mancha” no “ridente progresso”, uma “dolorosa vergonha” à população local, e que não deveria ser preservada como um “padrão de arte” (p. 88).

A política nacional voltada ao patrimônio – entre 1937 e aproximadamente 1979 – ficou marcada pela monumentalidade e a vinculação de uma cultura brasileira que remetesse a um passado considerado exemplar. A partir das prioridades esperadas para a delimitação do que seria patrimônio, o debate em torno desses monumentos era estritamente estético e conservador³¹. No primeiro artigo do Decreto-Lei nº 25/1937, temos a definição do que o órgão nacional entendia como patrimônio:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a *atos memoráveis* da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (grife do autor)

O termo “atos memoráveis” presente no artigo citado reforça a ideia de que, embora generalize o conceito de patrimônio, restringe os bens culturais ao monumental³². Contudo, a política cultural do SPHAN entre 1937 e 1979 foi o início para se desenvolver um projeto de preservação no país. Embora restrito e muitas vezes inacessível à sociedade civil, devemos nos lembrar do contexto em que essas políticas foram instauradas, em plena ditadura de Getúlio Vargas. Este período – 1937 a 1979 – é bem sintetizado por Gonçalves, ao relatar que a apropriação de um passado exemplar

(...) se faz visualmente presente por meio de monumentos arquitetônicos, históricos e religiosos, em sua maioria situados numa determinada região do país. Mais que isso, esse passado é concebido como barroco e católico. No entanto, esse passado colonial brasileiro não é celebrado em si mesmo, mas resgatado em prol do futuro. Para Rodrigo, o passado ou a “tradição” desempenha um papel central em qualquer processo de civilização. Assim, a fim de que se leve adiante o “esforço de civilização” no Brasil, seu passado, enquanto uma dimensão exemplar, deve ser protegido e preservado. (1996, p. 72-73)

A passagem acima retrata a preocupação de Rodrigo Melo Franco com a preservação do patrimônio cultural que possua dimensão exemplar, ou seja, que comunique, através do

³¹ Utilizo as reflexões da socióloga Helga Gahyva (2017) ao associar o conservador àquele que possui “grau considerável de satisfação em relação à determinada ordem social” (GAHYVA, 2017, p. 317).

³² Ainda que revolucionário para a época de sua publicação, a legislação federal de proteção ao patrimônio cultural, atualmente, ainda se ampara no referido decreto-lei, mesmo após a Constituição de 1988 ter ampliado o conceito de patrimônio e substituído o termo “histórico e artístico” para “cultural”.

monumental, um passado que “valha a pena” ser rememorado. Como tal preocupação era restrita a um grupo minoritário – constituído, em sua maioria, por homens brancos, ricos e intelectuais –, as seleções para o que viria a ser preservado resultaram na perda e no esquecimento de certos bens que representavam tantos outros grupos marginalizados.

Estas práticas levantam outra questão, também presente na citação feita anteriormente na obra de Rodrigues, que diz respeito ao carácter da universalidade. Embora o conjunto de normas, leis, cartas e convenções amparem os bens culturais, me questiono até que ponto o património consegue atingir a universalidade. Acredito ser mais plausível analisar a relação entre os patrimônios e as pessoas que os vivem como um vínculo, acima de tudo, individual e, portanto, afetivo. A respeito do tema, convirjo com as observações de Cecília Rodrigues dos Santos (2001) ao pensar que, para ser possível um “patrimônio de toda a humanidade” que não seja pautado em um mero “selo de qualidade” para atração turista, é preciso traçar um plano “de compromisso e responsabilidade de todas as partes, de todas as instâncias, considerando-se, em um extremo, a perspectiva de um pacto global e, no outro, a garantia do direito cultural de cada cidadão” (SANTOS, 2001, p.47).

A partir das relações individuais – e aqui enfatizo a memória – com os bens culturais, é possível avaliar que a valoração do que é, ou não é, patrimônio não poderia ser determinada somente por instituições especialistas. A institucionalização do patrimônio cultural elevou a categoria do patrimônio em dois patamares: o oficial e o não oficial, sendo a primeira referente aos bens reconhecidos e protegidos pelo Estado, e a segunda os bens que contam apenas com os esforços dos cidadãos. Entretanto, o problema não consiste na divisão em si, mas em um patrimônio oficial que tão pouco dê voz às diferenças e integre as diversidades.

Do nacional ao estadual: a implantação da política de preservação no Estado de São Paulo

Desde que o turismo cultural começou a ganhar destaque econômico no Brasil com as políticas implantadas pelo SPHAN, a atenção da população a respeito do tema cresceu consideravelmente. Com a Conferência Geral de Genebra, promovida pela UNESCO em 1972, a categoria de “patrimônio da humanidade” incorporou ainda mais significado simbólico aos bens culturais e fomentou a valorização turística. Entretanto, Rodrigues (1996) aponta que o interesse gerado pela população ao patrimônio se deu não pela possibilidade de apropriação do passado através do bem, mas sim pelo impacto da beleza, geralmente mesclada com nostalgia.

Destarte, assuntos relacionados à preservação de bens culturais começaram a ganhar destaque nas pautas públicas. O cenário de devastação ainda do pós-segunda guerra também havia levantado questões urbanísticas que visavam a proteção do patrimônio cultural. Vale

lembrar aqui da Convenção de Haia de 1954, que fora realizada para a proteção dos bens em caso de conflito armado³³. No texto da Convenção, é descrito que:

(...) Convencidos de que os atentados perpetrados contra os bens culturais, qualquer que seja o povo a quem eles pertençam, constituem atentados contra o patrimônio cultural de toda a humanidade, sendo certo que cada povo dá a sua contribuição para a cultura mundial.

Em meados do século XX, debates relacionados à conservação e restauro estavam em alta nos países afetados pelos conflitos armados. Desde então, o patrimônio como monumento de representação do passado passa a assumir o seu lugar como representação do presente, como parte da dinâmica que ocorriam nas cidades. No Brasil, os municípios começavam a enfrentar uma nova onda de modernização urbana, que valorizavam o novo em detrimento das edificações culturais.

A respeito disso, Rodrigues esclarece que, no Brasil:

(...) o patrimônio ganhou, a partir da década de 70, nova dimensão, a de ser elemento constituinte de qualidade de vida, dimensão esta que assume especial importância em sociedades nas quais o “progresso” traduz-se em devastação do “velho”, uma vez que promovido sob a consagração do consumo e do obsolescência dos objetos. (RODRIGUES, 1996, p. 197)

Com a ampliação do debate, os Estados passaram a criar suas próprias legislações para a proteção do patrimônio. Ainda na década de 1960, alguns estados começaram a implementar seus próprios órgãos preservacionistas, como o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia), de 1967, e o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), de 1968. Todavia, as políticas estaduais e municipais voltadas ao patrimônio cultural ganharam maiores proporções a partir dos Compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971)³⁴. Os referidos compromissos ficaram conhecidos como, respectivamente, I e II Encontro de Governadores. A partir desse momento, a gestão dos bens culturais – até então amparada apenas pelo IPHAN – passou a ser compartilhada com os estados e municípios.

Entretanto, a entrada dos dois entes federativos nas políticas patrimoniais também evidenciou a repetição das práticas do órgão nacional. Amparados nas legislações federais, os órgãos estaduais nem sempre conseguiam se estruturar de maneira eficiente. Um exemplo

³³ Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado (Convenção de Haia) – 1954. Biblioteca Virtual de Direito Humanos/ Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>.

³⁴ Para mais informações, ver o sítio: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>.

marcante desse período foi a experiência dos anos iniciais do órgão preservacionista do Estado de São Paulo.

O historiador Felipe Bueno Crispim (2014) afirma que o período da criação do CONDEPHAAT era parte de uma reestruturação do governo estadual, quando, sob indicação do legislativo, Roberto de Abreu Sodré assumiu o governo “em um momento de reafirmação do quadro autoritário instaurado no país desde 1964” (CRISPIM, 2014, p. 46). Para a composição do Conselho, ganharam destaque Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg, diretora do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP), e Vinício Stein Campos, diretor do Serviço de Museus Históricos do Estado (SMH) (CRISPIM, 2014).

Todavia, os interesses por trás da criação de um órgão de patrimônio em São Paulo atendiam ao poder público e à valorização de uma memória construída em torno dos “conquistadores”. Assim, o estado viu no patrimônio o potencial caráter turístico que ele traria, beneficiando-o economicamente. Para tanto, não é incomum encontrar, principalmente nos anos iniciais de sua fundação, a falta de proteção de determinados imóveis, especialmente aqueles (geralmente casarões) que interessavam à especulação imobiliária.

No caso dos casarões, destaca-se o fato que ocorreu no início da década de 1980, quando o CONDEPHAAT pretendeu tombar as antigas residências que restavam na Avenida Paulista. Vale lembrar que tais imóveis faziam referência aos grandes cafeicultores ou industriais, e que a Avenida era o palco dos lotes mais valorizados da cidade e do país. Rodrigues (1996) aponta que, nesse período, tal ato resultou na destruição e descaracterização de diversas edificações, como uma tentativa de fugir ao ato administrativo. As razões são apontadas pela autora como resultado de uma política não contínua³⁵ e da estruturação – pouco ágil – do Conselho.

Ainda segundo a historiadora, o tombamento – descrito por ela como a supremacia do interesse público sobre o privado – nem sempre traz os benefícios esperados para o poder público e, para isso, ela define os efeitos do tombamento como contraditórios. Um dos argumentos levantados é a queda do valor de mercado que um imóvel sofre ao ser tombado, sem oferecer uma contrapartida aos proprietários dos imóveis protegidos. Este ponto nos leva a entender a vulnerabilidade dos órgãos diante da opinião pública, pois as pessoas acabam associando os atos do tombamento como uma punição. Talvez esta seja a grande dificuldade do patrimônio cultural particular brasileiro – existem poucas ações públicas que incentivem a população a promover seus bens culturais. O ato do tombamento exige uma conscientização da sociedade e a contrapartida do Estado para estimular as pessoas a reconhecer e preservar.

³⁵ Os membros do colegiado do CONDEPHAAT são nomeados a cada 2 anos, o que, para Rodrigues, faz com que a promoção das ações seja de curto prazo e poucas vezes incluam experiências iniciadas por outros mandatos.

Se analisarmos a trajetória das políticas preservacionistas no Brasil, veremos que ela esteve relacionada a determinados blocos; aos grupos específicos ligados às instituições (e, nessa relação, incluímos as classes dominantes e a imprensa, por exemplo). Com o passar dos anos, muito pouco foi discutido abertamente com a população. Se perguntarmos às pessoas nas ruas sobre o que é o tombamento, quais os órgãos responsáveis pela gestão dos bens culturais da região, ou simplesmente o que elas entendem como patrimônio, poderemos nos deparar com uma completa falta de informação a respeito; porém, os estudiosos e interessados pelo tema não poderão culpá-las. A utilização do patrimônio cultural como articulação política impossibilitou que o diálogo entre o poder público e a sociedade fosse estabelecido de maneira transparente. Todavia, quando os efeitos do tombamento chegaram aos imóveis particulares, a prática foi “demonizada” por muitos, e algumas informações foram erroneamente interpretadas, como a ideia de que o tombamento retira a propriedade do bem, quando, na verdade, não o faz.

As heranças do patrimônio

Embora as instituições ligadas à preservação do patrimônio tenham suas próprias características e métodos de seleção, todas possuem o caráter de especialista. Em outras palavras, um corpo técnico é responsável por elencar quais objetos são capazes de serem patrimonializados. Como afirma Luciana Christina Cruz e Souza (2017), “pensar o Patrimônio no Brasil significa olhar e compreender os interesses de Estado e de uma parte dos profissionais que estão assentados nas burocracias estatais” (SOUZA, 2017, p. 340).

Por outro lado, os interesses dos agentes públicos, como já mencionados, se esbarram constantemente em embates políticos e econômicos. Essa prática, característica das políticas culturais, nos remete às relações de poder que se estabeleceram ao longo dos anos, especialmente às do colonialismo.

Shohat e Stam (2006) definem que, através do colonialismo, várias camadas são atingidas, como a do colonizador, do colonizado e do imigrante. Entretanto, as relações de dominação impostas entre elas impossibilitaram que todas essas camadas fossem representadas através do patrimônio. Seguindo o pensamento dos autores, podemos classificar o Brasil como um país ainda neocolonial, ou seja, que traz, no tempo presente, aspectos do colonialismo sob outros disfarces.

Embora o Brasil tenha mesclas culturais que permeiam desde a religião, a genética e a linguística, por exemplo, esse hibridismo – apontado na obra de Shohat e Stam – foi responsável

por gerar identidades múltiplas e ir contra a pureza racial do colonialismo. Entretanto, gerou o que os autores chamaram de “hibridismo pós-colonial³⁶”. Para eles:

(...) o termo hibridismo não distingue as diversas modalidades de hibridismo: imposição colonial, assimilação forçada, cooptação política, mímica cultural e assim por diante. As elites saquearam as culturas subalternas, enquanto os dominados sempre parodiaram e imitaram as práticas das elites. A assimetria do hibridismo, portanto, tem como base as relações de poder” (SHOHAT e STAM, 2006, p. 81).

No campo do patrimônio cultural, essa imposição colonial é refletida pelas ações de preservação, que geralmente vangloriam o passado colonial através de mitos de fundação de cidades, heróis, templos religiosos e grandes casarões, por exemplo. Mesmo quando os temas são as populações marginalizadas, frequentemente o ponto referencial é o dos dominadores, seja através de uma igreja “dos Pretos”, da casa dos escravizados em relação às casas dos senhores, da construção de uma edificação considerada como um marco para determinada cidade, entre outros.

Logo, a base do hibridismo são as relações de poder que foram estabelecidas. A partir daí, podemos refletir se as políticas patrimoniais não estão corroborando para impedir que apenas os discursos oficiais sejam mantidos. Se o patrimônio cultural, segundo a Constituição de 1988, deveria representar os diferentes setores da sociedade brasileira, por que os processos de patrimonialização tão pouco dialogam com as comunidades?

A partir das instituições de patrimônio, surge o discurso dos especialistas, também conhecido como “discurso autorizado do patrimônio”. Em *Uses of Heritage* (2006), Laurajane Smith classifica esse tipo de discurso por dois vieses: de um lado, ele é responsável por privilegiar as grandes narrativas de classe e nação; por outro, pela perícia técnica e o julgamento estético. A partir dessa teoria, Smith analisa que o discurso autorizado do patrimônio faz referência às monumentalidades, profundidades do tempo, grande escala, construção da nação, ao consenso social (estabelecido pelas relações de poder) e ao julgamento técnico – seria, portanto, um discurso autorreferencial.

Como uma das consequências do discurso especialista, Smith aponta que ocorre uma separação entre os que podem e os que não podem falar sobre e “para” o patrimônio. Logo, restringe-se os debates patrimoniais aos estudiosos, gestores e técnicos, por exemplo, ao passo que limita e exclui as demais camadas da sociedade. A autora ainda esclarece que isso não

³⁶ Acerca do termo ‘pós-colonial’, Shohat e Stam (2006) alegam que o conceito obscurece as consequências do colonialismo no presente e, por isso, sugerem a utilização da noção de neocolonial.

significa que os discursos dos especialistas não possam ser contestados, mas que as negações acabam tendo impacto reduzido.

Destarte, as considerações de Smith retratam, ainda que não diretamente, muitas práticas patrimoniais no Brasil, que permeiam desde os primórdios da sua formação até a atualidade. Como consequência, parte da sociedade é limitada aos discursos do patrimônio, e as decisões do Estado acabam sendo impostas àqueles que, de fato, vivem os bens patrimonializados, refletindo em uma dúbia e pouco justa política pública. Tais conflituosas relações são ainda mais perceptíveis com os bens materiais.

No patrimônio material, o ato de tombamento, por exemplo, é compulsório. Logo, quando o Estado decide pela preservação de um objeto, a população raramente é ouvida a respeito. Por outro lado, com a criação das políticas de proteção ao patrimônio imaterial, em 2000, passou a ser obrigatório a participação das comunidades envolvidas nas manifestações em questão. Ao mesmo tempo que essa política revelou grandes avanços – e abriu novas possibilidades – no campo do patrimônio cultural, se mostrou como uma forma alternativa de representar grupos que até então não haviam sido ouvidos (e que seguem com pouca participação) nas políticas do campo material.

Como alternativa às problemáticas do hibridismo, Shohat e Stam propõem um multiculturalismo policêntrico. Embora reconheçam que o termo “multiculturalismo” possui suas ambiguidades, e é altamente utilizado para diversos propósitos, os autores veem a palavra como iniciadora de um debate (2006, p. 85). Todavia, a grande contribuição da obra está na proposta de um multiculturalismo mais radical, que integre as comunidades minoritárias, tão separadas pela divisão desigual de poder.

Assim, o multiculturalismo policêntrico

(...) não prega uma falsa igualdade de pontos de vista: suas simpatias estão claramente voltadas aos marginalizados e excluídos. (...) Assim, o multiculturalismo policêntrico rejeita conceitos unificados, fixos e essencialistas de identidade (ou comunidade) como se fossem conjuntos consolidados de práticas, significados e experiências. Ao contrário, ele vê as identidades como múltiplas, instáveis, situadas historicamente, produtos de diferenciações contínuas e identificações polimórficas, (...) e abre caminho para afiliações construídas nas bases de desejos de identidades políticas comuns. (SHOHAT e STAM, 2006, p. 87-88)

Ao assumir a simpatia por aqueles que foram excluídos ou marginalizados, o multiculturalismo policêntrico abre novas possibilidades de integração e de desafiar as hierarquias que são estabelecidas em cada localidade. Por se tratar de uma noção antissegregacionista, propõem-se uma alteração das relações de poder, e não de uma “sensibilidade açucarada em relação a outros grupos” (SHOHAT e STAM, 2006, p. 87).

Embora os autores não tenham pensado especificamente na área do patrimônio, essa proposta poderia, em algum grau, incorporar novas possibilidades para as políticas culturais, reformular as ações estatais e reorganizar a reinterpretação de fatos históricos, por exemplo. É um termo amplo e que carece de mais debates e aprofundamento para evitar uma visão utópica de que estaríamos livres das relações violentas de poder. Ao mesmo tempo, é uma partida para expandir diálogos e questionamentos sobre as políticas patrimoniais que tão pouco integram os setores minoritários da sociedade.

Considerações finais

Pensar a formação das políticas patrimoniais no Brasil possibilita compreender como a dinâmica preservacionista do período impactou nas representações que hoje estão expostas através dos bens culturais. Com tímidas ações capazes de incorporar materializações não consideradas monumentais, as narrativas dos patrimônios comunicam não apenas um passado exaltado por determinados grupos, mas também as possibilidades de questionamentos no presente.

Embora a implantação do patrimônio imaterial, em 2000, tenha possibilitado que certos bens culturais, até então ausentes das políticas preservacionistas, fossem protegidos, o patrimônio material ainda mantém laços as práticas instituídas que tanto valorizam o monumental. Esse olhar estético para os monumentos fomentou ainda, seguindo o pensamento de Smith (2006), a separação entre o patrimônio oficial – ou seja, aquele legitimado pelas instituições – e o patrimônio não oficial – mantido e reconhecido por determinada comunidade, sem o apoio estatal. Contudo, embora o problema não resida na separação em si, as análises de Smith reforçam que tal distinção forneceu autoridade para que o debate fique em torno dos especialistas. Como consequência, a sociedade muito pouco se viu conectada, ou representada, com seus patrimônios.

Com a gestão compartilhada dos bens culturais, estados e municípios, amparados nas políticas federais, adentraram nas discussões, e passaram a adotar práticas que também privilegiavam as elites dominantes da época. Embora atualmente muitos objetos protegidos estejam sendo contestados, o caminho para a preservação de símbolos de determinados grupos marginalizados é restrito e pouco debatido.

É neste sentido que a proposta de Stam e Shohat (2006) para um multiculturalismo policêntrico surge como guia para novas possibilidades integradoras. Adotar políticas que deem voz às populações pouco representadas, ou estereotipadas, através do patrimônio cultural poderia despertar novos interesses e percepções para nossos monumentos, bem como aproximar

a relação entre objeto cultural e sociedade. Dessa forma, seguindo o artigo 216 da Constituição de 1988, poderíamos nos aproximar de patrimônios constituídos pela memória, ação e identidades dos mais diversos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. Rio de Janeiro: *Revista Território*, ano III, nº 4, p. 5-26, jan. 1998. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>. Acesso: 10/04/2017.
- ARANTES, Antônio A. *Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Ed. Brasiliense / Condephaat, 1984.
- CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural: O direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CRISPIM, Felipe Bueno. *Entre a geografia e o patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989)*. 2014. 153f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/47154>. Acesso em: jul/19.
- FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- FONSECA, Maria Cecília L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- FRANCO, Marcelo Veiga; FONSECA, Tiago da Silva. *A atuação do Ministério Público na Tutela Jurisdicional do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro*. Minas Gerais: Revista do CAAP, 2006.
- GAHYVA, Helga. Notas sobre o conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 16, n. 35, p. 299-320, jan/abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n35p299>. Acesso em 10/09/2020.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *A Retórica da Perda: os discursos de patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro; Editora UFRJ / Minc – IPHAN, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: Uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Raimundo; SÉRVIO, Pablo. P. P. Polêmicas e indagações acerca de classificações da Cultura: Alta, Baixa, Folk, Massa. *Visualidades: Goiânia*, v. 10, p.129-150, jan. 2012.

RIBEIRO JÚNIOR, F. Memórias Cativas de um Triângulo Negro. *Revista UFG: Goiânia*, v. 3, n. 1, p. 87-99, 26 mar. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9257>. Acesso em 17/12/2019.

RODRIGUES, Marly. *Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. 1994. 179f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280267>. Acesso em: jul/19.

_____. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 195-204, 1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8635>. Acesso em: jul/19.

SANTOS, Cecilia Rodrigues Dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. *São Paulo Perspec.* São Paulo, v. 15, n. 2, p. 43-48, abril. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em ago/20.

SANTOS, Marisa Veloso Motta. Nasce a Academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 77-96, 1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8635>. Acesso em: jul/19.

_____. *O Tecido do Tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia SPHAN - a relação entre modernismo e barroco*. Brasília: Ed. da UnB, 2018.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2006.

SHOHAT, Ella. STAM, Robert. “Do eurocentrismo ao policentrismo”. In: SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac Naif, 2006.

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. Patrimônios possíveis: modernidade e colonialidade no campo do patrimônio. In: *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 09, p. 326-348, ano 04, abr. 2017. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos>. Acesso em 02/01/2020.

PLANO DIRETOR DE EWALD JANSSEN

A representação de uma Goiânia dos anos 1950

Lucas Rezende Cruz³⁷

RESUMO

A cidade de Goiânia foi pensada como uma obra modernista no centro do cerrado brasileiro, e foi moderna ao ser palco de diversas relações econômicas entre o Estado, entidades privadas e topógrafos, engenheiros e urbanistas. O objetivo do trabalho é explorar a representação da cidade de Goiânia a partir de relatórios de caráter urbanístico produzidos entre 1952 e 1954 de autoria de Ewald Janssen, um alemão que chega à Goiânia em 1949. Dentro do método do Materialismo cultural, o presente artigo analisará as produções de Janssen, um desvio na narrativa romantizada da Nova Capital após menos de duas décadas de existência.

PALAVRAS-CHAVE: Goiânia; Urbanismo; Materialismo Cultural.

ABSTRACT

The city of Goiânia was conceived as a modernist work in the center of the Brazilian's cerrado, and was modern as it was the scene of various economic relations between the state, private entities and surveyors, engineers and urban planners. The objective of the following work is to explore the representation of the city-Goiania from urbanistic reports produced between 1952 and 1954 by Ewald Janssen, German who arrives in Goiânia in 1949. Within the method of cultural materialists, this article will analyze Janssen's productions, a detour in the romanticized narrative of the new Capital after less than two decades of existence.

KEYWORDS: Goiânia; Urbanism; Cultural Materialism.

INTRODUÇÃO

Neste artigo será explorada a tentativa de um imigrante alemão em recuperar a idealização moderna inicial à cidade de Goiânia. O método do materialismo cultural irá ajudar a compreender o contexto e os motivos para este resgate urbanístico da capital goiana. Irei apresentar neste trabalho uma breve discussão teórica dos conceitos utilizados na pesquisa, após isso, um balanço Historiográfico sobre o urbanismo em Goiânia e, por fim, a análise de três documentos datados do ano de 1952 que se arrematam em um Plano Diretor não praticado para Goiânia, feito pelo topógrafo alemão, Ewald Janssen.

³⁷Graduado em Licenciatura em História da Universidade Federal de Goiás, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás; ucajou@gmail.com

Cito Goiânia como mais um exemplo da cientificidade eurocêntrica, que se confunde modernidade com industrialização e civilidade. A nova capital foi criada com o intuito de ser uma força industrial no oeste brasileiro. Assim como a Cidade de Goiás foi construída pelo que hoje conhecemos como a região sudeste, suas entradas e bandeiras em busca de ouro; o Estado Novo, em sua vertigem nacional-desenvolvimentista buscava explorar um novo território.

Ewald Janssen (1913-1991) integrou o corpo militar da Luftwaffe durante a segunda guerra mundial, tendo a patente de capitão, recebeu medalhas de bravura (WAR, 2018). Uma pesquisa detalhada de sua vida na Alemanha ainda não foi realizada, não priorizando alguns detalhes que explicam sua vinda ao Brasil. Em 1949, depois de passar por Portugal, chega a Goiânia com a esposa Elsbeth Janssen e a filha do casal, Elke Maren Janssen por convite do engenheiro alemão Werner Sonnenberg (CORDEIRO; FERREIRA, 2017).

Sobre as fontes aqui analisadas, escrevo de uma posição privilegiada, pois em 2018 integrei à equipe do projeto Ewald Janssen, no Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, que fez a organização, análise e acondicionamento dos mais de 1800 itens que compõem a coleção Janssen. Nisto, posso falar de forma segura sobre o fundo documental e trazer questionamentos novos para a pesquisa. Participei ativamente do projeto no último ano da minha graduação em História pela Universidade Federal de Goiás e, devido ao meu interesse despertado ao manusear diariamente o arquivo, levei o urbanista para a minha pesquisa de Pós-Graduação.

PENSANDO O URBANISMO

Déa Fenelon (2000) na introdução de “*Cidades: pesquisa em história*” escreve e dá sentido ao trabalho, que é o foco no estudo da cultura urbana, mediada pelas “relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade” (FENELON, 2000, p.6). Ela ainda reforça que tais imagens serão modificadas pelas experiências posteriores, um alerta a todos os historiadores que trabalham com cultura e memória. No caso de Goiânia, estas memórias podem ser vistas em trabalhos acadêmicos dentro e fora da História. Ainda nas construções dessas memórias, a autora ressalta a importância que os habitantes da cidade possuem em moldar a urbe nos seus “modos de viver, de morar, de lutar, de trabalhar e se divertir” (FENELON, 2000, p. 7).

Considerando Janssen como um morador, sobretudo, como alguém que, além da própria experiência urbana possui os meios de processar as relações dos demais habitantes em linhas e formas, não cabe julgar se ele era a favor de uma melhor qualidade de vida para a população, pois o mesmo tinha grande empatia, ou simpatizava com ideia: *trabalhador feliz = trabalhador*

competente. Cabe investigar se tais modos acusados por Fenelon (viver, morar, lutar, trabalhar e divertir) se encontram no trabalho de Janssen, se foram considerados no processo de elaboração de sugestão ao plano diretor da cidade ou se o documento é puramente técnico? Lendo a historiografia especializada na história de Goiânia, é possível ressaltar a falta dos métodos culturais na análise de algo tão cultural quanto a cidade, numa breve crítica assertiva, os historiadores goianos entendam cultura apenas como algo em cima da mesa e na ponta da enxada. Predominam, portanto, estudos realizados desde a perspectiva da história urbana ou da história política (em função da transferência da capital).

Especificamente sobre Janssen, ao estudar a historiografia de Goiânia, encontrei uma dissertação do programa de Pós-Graduação em História da UFG, que em um capítulo é tratado esse Plano Diretor de Ewald Janssen. No entanto, neste estudo, Janssen não era o objeto central da produção do autor, que fazia a análise de outros planos diretores e por isso não ganha uma análise pormenorizada. (GONÇALVES, 2002).

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento (2007) em seu artigo “*Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*”, uma obra não foge do momento histórico do qual foi produzida. A autora assume uma postura crítica sobre como são feitas as pesquisas envolvendo a história das cidades e do urbanismo em geral. Condena a história que se atem à evolução da cidade apenas com dados quantitativos e que não se preza a tecer uma análise teórica cultural. Este método repete vícios de uma História oficial personalista que nos dá endereço e hora da fundação da cidade, marcos importantes e sujeitos canônicos. Longe de uma falta de crítica aos marxistas, a autora diz que estudos nas décadas de 1960 a 1980 trazem a cidade apenas como pano de fundo para o cultivo do proletariado:

A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia. É, sobretudo, essa dimensão da sensibilidade que cabe recuperar para os efeitos da emergência de uma história cultural urbana: trata-se de buscar essa cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais ‘reais’ à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto. (PESAVENTO, 2007, p. 14)

Percebe-se que a cidade para Pesavento é esse vórtice dialético de diferentes modelos cotidianos. É um constante conflito entre diferentes narrativas que se pretendem oficiais.

A autora afirma que as concepções individuais e totalizantes de uma cidade são criadas a partir de relatos que outras pessoas fazem dela. Neste sentido, as representações existentes

das cidades, de forma geral, advêm de uma representação imaginária e sintetizada. Ela nos diz da sensibilidade inerente ao humano de interpretar a cidade. Inerente, pois configura uma sensibilidade como os outros sentidos que se juntam para formam algo definido e com suas próprias características. Sendo a cidade local de sensibilidade, ela é também local de criação de conceitos, ou seja, local que define o que é e o que não é. Os excluídos, gestos, formas de linguagem, o que é rural, são “representações construídas sobre a cidade” (PESAVENTO, 2007, p. 15).

Ao definir seu passado, a cidade acaba definindo seu futuro. Nessa escrita encontram-se formas, pontos, vírgulas, orações complexas e é “necessário” omitir palavras, acentos, sílabas, sinais. É preciso resumir tudo a algo que torna a compreensão da cidade automática.

[...] projetada por urbanistas com vista a serem construída também guardam com as cidades concretas laços de aproximação complexos. Aqui e ali, a ousadia da imaginação se combinando ao cálculo e à cientificidade dos procedimentos da execução da imagem; lá e acolá, as exigências do realismo documental a serem desafiadas pela força criativa da estética e da sensibilidade (PESAVENTO, 2007, p. 21).

Com base nos estudos dessa mesma autora, tenho noção de que para entender um Plano Diretor feito em 1952 para Goiânia, confeccionado por um imigrante, é necessário compreender o contexto sociocultural da época. Importante saber de onde Janssen fala ao desenhar as linhas. Qual o tipo de Cidade sensível que ele vivenciou para a construção de uma urbe imaginária, funcional e aspirando a perfeição? As soluções que Janssen apontou eram realmente necessárias para a vida cotidiana? Ele levou em conta esses múltiplos modos de viver na cidade? Para quem Janssen desenhou Goiânia?

Traduzindo a ideia de cultura popular de Stuart Hall (2003) presentes em “*Da Diáspora: identidades e mediações culturais.*”, é possível compreender que os modos de vivência e habitação de certo grupo permeiam a cultura, que por sua vez, influenciam nas relações com outros dentro de um mesmo local. Hall critica as duas visões polarizadas entre a total subjugação ou total subversão da cultura popular. Sua solução é colocar em movimento a definição, afirmando que há certa autonomia na cultura popular, que o pedreiro irá escolher se segue ou não a norma da classe dominante, entretanto essa decisão fica limitada ao crivo de certo antagonismo das classes, nos embates, influências, relações sociais presentes na cidade. É uma forma de tirar essa escolha baseada apenas no sistema de produção e colocá-la na vida cotidiana.

Como Richard Hoggart (1973) escreve em “*As utilizações da cultura aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*”, os grupos subalternos não possuem tempo para participar ativamente da vida política, não exercendo uma total democracia e não adquirem ferramentas para analisar tudo que consomem. Entretanto as ideias são “aceitas” se forem práticas ao cotidiano, e se estiverem ligadas às significações já estabelecidas, como uma identidade. Essas práticas se dão entre pressões e limites, espaço de manobra que Raymond Williams (1979) cita em “*Marxismo e Literatura*”. Esta prática criativa dá às massas certa autonomia, já que não há uma redução de consciência do povo. Ainda, estes limites são a todo o momento empurrados e as pressões liberadas, mas, mesmo assim, há uma dominação, pois, nenhuma narrativa que se cria estará totalmente pronta.

CRIAÇÃO DE GOIÂNIA - BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

Para compreender os motivos da criação de Goiânia nos anos finais de 1930, e as ações de Janssen no começo da década de 1950, utilizarei a dissertação, feita na Escola de Engenharia de São Carlos, de Juliana Costa Mota (2004). A autora introduz sua pesquisa com uma justificativa tecnicista do capitalismo, onde a nova cidade seria construída para servir ao novo momento desenvolvimentista econômico que é inaugurado no Brasil pelo Estado Novo.

Além da mudança de poder entre grupos oligárquicos³⁸, a “República Nova” mostra a existência de uma necessidade de criação de uma cidade nova e moderna, que agiria de acordo com a dinamização e agilidade do mercado para o centro do país. Assim como os personagens do Estado Novo denominaram o momento anterior da República brasileira como “velha”, a nova capital significaria uma força contrária e moderna às velhas oligarquias goianas.

Com o novo interventor, Pedro Ludovico e Vargas à frente do Estado brasileiro, Goiás manteve sua atividade econômica histórica, a agro-exportação. Entretanto, devido ao anseio tecnocrata e da criação de um mercado interno, essa economia sofreria certo *upgrade* com a “Marcha para o Oeste”, tendo sua produção agilizada e com mais terras, devido ao aumento de fronteiras produtivas, e criando novas relações de trabalho. Goiânia então, se torna o começo e entrada para a exportação de produtos primários e de consumo de produtos industrializados advindos das regiões sul e sudeste

Uma crítica construtiva e relevante sobre a “criação” de Goiânia é a História personalista entre Atílio Corrêa Lima (1901-1943) de um lado e os irmãos Coimbra Bueno e Armando Augusto de Godoy (1876-1944) do outro. Estes quatro personagens fundamentais que

³⁸ Sendo os que detinham a hegemonia antes ligada aos opositores de Vargas; e lembrando que Pedro Ludovico, creditado como fundador de Goiânia, foi posto como interventor pelo novo governo.

trabalharam na idealização e realização arquitetônica e de engenharia na nova cidade, foram inseridos em uma dualidade criada pela historiografia regionalista: Attilio Corrêa Lima é dono de um projeto Moderno, racional e Romântico, que foi sobreposto pela visão de mercado, da especulação imobiliária dos Coimbra Bueno com respaldo arquitetônico de Godoy. Ao se considerar esta memória maniqueísta de Goiânia, uma de sua característica histórica e colocada de lado: a especulação imobiliária. Sendo pensada como uma capital, uma cidade grande, se diferenciando dos vários municípios interioranos do Estado de Goiás, Goiânia não teria espaço para a indústria agrária, principal da região. Nos primeiros momentos da nova cidade, houve indústrias que subsidiaram a economia, atraindo novos moradores para a capital; porém, é visível na historiografia local que a venda e compra de terras com o intuito de construir casas foi essencial para o crescimento econômico. Os grupos médios e ricos, advindos de diversas regiões do Brasil compravam casas a partir da propaganda de uma “*Nova Capital*” e os grupos pobres vinham para tentarem uma nova vida e acabavam como construtores da casa dos abastados.

Fato é que Corrêa Lima desiste de supervisionar a construção do plano diretor pela falta de verba do estado, as condições péssimas para o trabalho, certa pressão de sua família devido a distância e a tendência especulativa a que a cidade estava se voltando (MOTA, 2004). Com efeito, após a saída de Corrêa Lima, Godoy faz algumas alterações no traçado original que viria a ser Goiânia, entre elas uma remarcação do Setor Sul, dando importância para lotes dos irmãos Coimbra Bueno. Somando a isso, os irmãos Bueno, sabendo que a cidade não poderia expandir seu território antes de efetuar os loteamentos do Estado, compraram algumas propriedades entre a nova capital e Campinas³⁹. Fizeram lá um empreendimento particular, fugindo da lei ao dizer que o local era uma cidade-satélite.

Nesse cenário sem Lima, há um novo plano diretor, resumido no decreto 90-A de 1998. A lei é o resultado das modificações dos Coimbra Bueno e de Godoy⁴⁰. Neste novo cenário, o trabalho realizado pelo escritório de engenharia Bueno e Cia LTDA. seria paga pelo estado com lotes e uma porcentagem de todo o custo do empreendimento. A empresa dos irmãos, com a desculpa de ter técnicos, compartilhava plantas dos loteamentos no intuito de divulgar o novo projeto e, assim, gerar mais especulação no setor imobiliário. Logo o decreto

³⁹ O atual Setor Campinas já existia durante a construção de Goiânia na condição de município, sua fundação remonta ao século XIV. Com a expansão da nova Capital, o antigo município foi aglutinado e se tornou um bairro,

⁴⁰ Arquiteto que, como muitos outros, prestou serviços à empresa Bueno e Cia LTDA, durante a construção de Goiânia.

representa uma flexibilização para projetos privados antes mesmo do núcleo central da cidade ser completamente preenchido.

Minha acepção é que a empresa Coimbra via certo potencial em Goiânia, já que surfava na onda de Vargas, logo eles se apressaram em dar uma expressão nacional do projeto e demarcaram rapidamente um loteamento, com o propósito de se apoderar da novidade do centro do cerrado.

Fazendo um diálogo com Pesavento, Oliveira cita que a cidade não cria nada, ela apenas “[...] atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações” (OLIVEIRA, 2002, p. 2) e dessa centralidade ela cria. As criações são produtos que conceituam a cidade, que a representa. É uma narrativa que parte de outras narrativas. O autor é conciso ao dizer que a Narrativa que se tem de uma cidade é uma escolha da classe dominante.

Essa visão “correta” da cidade é a mesma que Pesavento adverte para que não tomemos como única, e é a mesma que a História do urbanismo por muito tempo considerou quando via o território urbano como um laboratório da divisão do trabalho.

OLIVEIRA (2002) diz que impera na cidade uma “paternidade” do Estado, logo é ele quem aglutina todos os significados. A capital, não só sua criação e expansão baseada em necessidades próximas, não foi feita pelos seus próprios moradores. Seja no centro projetado por Attilio e Godoy ou nos loteamentos privados, a expansão teve o imperativo do mercado como motivador. Essa análise ainda pode ser considerada quando o autor diz sobre certa autonomia do crescimento urbano levando em consideração o aspecto econômico que o país tinha nos respectivos momentos históricos:

Conseqüentemente, uma vez que os interesses que orientavam a formação de seu espaço urbano (com base nas relações sociais de produção local e regional) subordinavam-se – apesar de garantirem, pela sua especificidade no sistema geral de produção, uma autonomia relativa – ao projeto político de desenvolvimento nacional, as mudanças ocorridas neste nível afetavam os cursos do desenvolvimento da cidade, o que surtiria efeitos substanciais no processo de definição social de seu espaço. Por isso, a cada alteração desse sistema houve uma correspondente mudança no padrão de desenvolvimento de Goiânia. (OLIVEIRA, 2002, p. 6)

Essa paternidade pode ser resumida na marcha para o oeste de Vargas. É uma cidade feita pelo e para o capital, na visão de Oliveira.

No caso de Goiânia é o Governo o agente hegemônico que irá definir um significado único para a cidade. No começo se tem o Estado como aquele que está organizando a cidade,

mesmo uma organização para o capital, que se põem acima de qualquer divisão social existente, criando condições de infraestrutura para todos. Atraídos por esta visão, chegaram pessoas de baixa renda que, ao perceber que o discurso do estado era só para alguns, vão morar em acampamentos improvisados e constroem as “invasões”. Essas moradias construídas trazem para o plano sensível a divisão social. Neste momento temos a face autoritária do Estado que se assume como repressor e expulsa os vários trabalhadores que começam

[...] a colocar em risco a organização do espaço nos moldes propostos e determinados por ele. Ao fazê-lo ele regulariza a materialização da sociedade no espaço e se ela está dividida em classes, o espaço vai expressar essa mesma divisão. (OLIVEIRA, 2002, p. 10-11).

Outra ressalva a se fazer da consideração da narrativa dominante é um certo vício presente na academia vindo da lógica Althusseriana, que considera os dominados como passivos. Ora, se realmente houvesse certa sujeição desta classe, a cidade seria um espaço sem diferenças sociais, tudo seria conduzido pela e para a elite e todas as decisões prejudiciais aos trabalhadores seriam aceitas, pois estes pensariam como a elite. Isto não cabe numa cidade como Goiânia que possuía certo marasmo em tratar ocupações de terras.

A ação do Estado permite avaliar que esta foi a sua política de habitação social: ao mesmo tempo em que atuava com rigor e determinação para a construção da cidade planejada não se propunha a tratar seriamente o problema da habitação popular e era conivente com a construção da cidade informal, inicialmente nas próprias terras públicas. Sem uma política habitacional, o Estado foi conivente com a descaracterização da cidade planejada pelas invasões, prática esta que se tornaria comum na cidade. (MOTA, 2004, p. 36).

Faço uma análise dessas primeiras ocupações em Goiânia considerando que foi não só uma “solução para a moradia da classe de baixa renda” (MOTA, 2004, p.36), mas algo que o estado permitiu⁴¹ para manter a força de trabalho perto sem a necessidade de lhe dar uma moradia digna. Além da história de abandono das classes menos favorecidas entendo isso como uma política de “contenção de gastos”.

Na década de 1950 ocorre a criação de 106 loteamentos particulares; na década de 1960, apenas 20; na de 1970, 28. Mesmo com os números diminuindo ao longo das três décadas é interessante notar que na década de 1950 o estado flexibiliza ainda mais a criação de loteamentos particulares (OLIVEIRA, 2002, p. 10). É nesse momento de apropriação de núcleos urbanos por empresas e sujeitos privados que Janssen chega à Capital e começa seus

⁴¹ Permitiu ou não deu importância à regularização dos locais ocupados por moradores de baixa renda. Também não reprimiu de imediato. Numa última análise, era cômodo ao governo a situação dos trabalhadores mais pobres, pois assim não precisaria arcar com despesas de urbanização e saneamento básico.

primeiros trabalhos como topógrafo. Esses primeiros contatos de uma Goiânia sem infraestrutura, sem coordenação do Estado, segregada, espaçada, vai ter reflexo em suas propostas já em 1952. Em pouco mais de três anos, ele já compreende quais são os problemas, os projeta para o futuro e oferece soluções.

Num período de três anos, temos três regulamentações que dão margens para o crescimento exponencial dos loteamentos privados. Em 1947, há um decreto que visa regular as atividades privadas do parcelamento de terra em termos da dimensão dos lotes e da obrigatoriedade de uma infraestrutura mínima. Apenas com isto já temos uma abertura maior. O decreto perdurou até 1950, com a lei 176 “que revogava os artigos do Decreto 574/1947 que obrigavam a implantação de infraestrutura mínima pelo empreendedor” (MOTA, 2004, p. 42). O que é mais atrativo ao capital do que a desobrigação em dar condições mínimas ao cidadão? Durante o período que a lei estava em vigor “exigia-se dos empreendedores apenas a locação e abertura dos logradouros. Estes só poderiam ser pavimentados depois de receberem rede de água e esgoto” (MOTA, 2004, p. 40). Com isto, se instalava em Goiânia uma festa do setor imobiliário, o Estado não tem total controle dos novos planos, pois ele já estava tomado por pessoas ligadas ao setor. O plano diretor vigente neste período dava diretrizes apenas à uma área de 15 km em volta do marco zero, depois disso o trato com o solo tomou diferentes direções. Janssen participa desse momento de efervescência, há projetos dele assinados nesse período.

“[É] o momento em que os “interesses privados” entenderam estar amadurecidos suficientemente para abrirem e conduzirem o mercado imobiliário. Assim, procederam à criação de condições (políticas) para a alteração do aparato jurídico que regulamentava a cidade. Nesse movimento destacou-se a figura do governador Jerônimo Coimbra Bueno, “legítimo representante dos interesses imobiliários” que “sanciona a lei n. 176, oriunda da Assembléia Legislativa, que revoga as seções 5 e 6 do Código de Edificações – exatamente as disposições que exigiam a implantação de infraestrutura” [...]. uma vez que esses grupos se constituíram como empresários capitalistas, seu comportamento político mudou, levando-os a se articularem no interior da sociedade civil criando entidades de representação e se projetando na política institucional. (OLIVEIRA, 2002, p. 11-12)

Em 2010 foi defendida uma tese de doutorado na Faculdade de História da UFG, produzida por Wilton de Araújo Medeiros, sobre a História de Goiânia em que Janssen é citado. O autor usa o alemão para explicitar uma falta de conexão entre as áreas em expansão na cidade entre 1950 e 1954, questão observada pelo topógrafo estrangeiro. Além do recorte de data, são usados apenas pareceres e relatórios feitos pelo topógrafo para o DVOP – Departamento de Viação e Obras Públicas (MEDEIROS, 2010). É dito que em 1951 o topógrafo dá um parecer

sobre o bairro do Setor Leste, que em como em outros dois citados, discorre sobre os problemas estruturais da cidade, tais como, largura de ruas, tráfego, serviço sanitário, margens de córrego, entre outros. Podemos colocar como problemas de trânsito e ambientais.

Wilton Medeiros ainda coloca Janssen como um “*outsider*” para a urbanização, tanto no campo das ideias como na memória. O autor da tese também afirma a falta de produções sobre o topógrafo, e quando há, ele é colocado em caráter secundário. Explicando, Janssen não era Brasileiro, representava um país gerador do horror da guerra, seu diploma alemão de “engenheiro técnico em ciências de medição” é posto de lado, também não há produções suas no campo acadêmico da época, provando um possível esquecimento.

As afirmações de Wilton Araújo de Medeiros são feitas com documentos encontrados no Museu Antropológico, os mesmos documentos que trabalho e cuja análise pretendo aprofundar. Medeiros (2010) afirma:

Como se vê, *Janssen* considerava que a especulação desenfreada de loteamentos em Goiânia desabonava e desacreditava a administração da cidade, chegando ao ponto de ser técnica e moralmente injustificável. Com isso, Janssen mostra outro aspecto desse hiato da urbanística nos anos de 1950, ou seja, a gritante necessidade do poder público em obter legitimidade para poder valer as diretrizes dos planos, já que tudo se esgarçava diante do intenso processo de urbanização. Além de propor a reedição da obrigatoriedade de infraestrutura, Janssen propõe algumas padronizações nos projetos de loteamentos. (MEDEIROS, 2010, p. 154)

Em certo documento, Janssen explicita o problema de Nova Iorque⁴², que é analisada por Lewis Mumford como local da especulação imobiliária que possui um caráter técnico e voltado diretamente para o capital: “tais planos não serviam para nada que não fosse uma pronta divisão da terra, uma pronta conversão das fazendas em terrenos de especulação e uma rápida venda” (MUMFORD, 2008, p. 503). Crítica agressiva de Mumford que cabe tanto à Nova Iorque quanto ao que Janssen produziu em Goiânia. O capital imobiliário preocupava-se com a melhor divisão, com melhor lucro e neste primeiro momento a natureza era completamente ignorada. A razão moderna traspassava de modo boçal os níveis e desníveis do solo; pelos cursos e des-cursos dos rios. Análise correta, que se mostra nos cadernos de Janssen, mas que não é diretamente usada.

Jogo duplo é a pretensão do dono da terra e do topógrafo. De um lado temos àquele que está atrás do lucro com o parcelamento e a venda da terra, se importando com os traçados retos e antinaturais; de outro, alguém que conhece todos os percalços da natureza sobre os cálculos

⁴²JANSSEN, Ewald. Relatório Urbanização de Goiânia. Coleção Ewald Janssen, 2018.03.0349, Museu Antropológico da UFG. S.d.

matemáticos. Nos memoriais descritivos e em cartas se vê que Janssen buscava fazer a compensação das terras quando algum obstáculo do ambiente se encontrava.

Mumford afirma que “em relação ao urbano, o capitalismo é antihistórico” (MUMFORD, 2008, p. 493), diz isso ao tratar das demolições de casebres antigos e a rápida construção de prédios conforme o mercado evoluiu. A mudança, porém, em sua visão, é necessária para história e é nessa mudança que vemos a transformação para uma “aventura comercial privada, a ser afeiçoada de qualquer modo que pudesse aumentar a rotatividade e fazer subirem mais ainda os valores dos terrenos.” (MUMFORD, 2008, p. 504).

Janssen, no decorrer da sua vida, produziu uma grande quantidade de materiais de várias tipologias. No acervo do museu há croquis, mapas, cadernos de campo, cartas, anotações, rascunhos e relatórios. Pode-se dizer que uma grande parcela dos materiais cartográficos presentes na coleção do museu não é de autoria do urbanista, mas contam como materiais de apoio, e estes, geralmente, são cópias.

Como o nome já diz, os cadernos de campo compõem o suporte de escrita mais próximo, isto se evidencia pela presença de terra e outras sujidades nas folhas. Há também que se considerar que não era usado apenas para anotações rápidas de trabalho, visto a enorme complexidade de cálculos matemáticos e topográficos presentes. As anotações e rascunhos avulsos compõem grande parte do acervo, nesses estão presentes cálculos, lembretes, listas, telefones, endereços, desenhos rápidos, etc.

Sobre os mapas copiados, pode-se dizer que, para o trabalho da magnitude geográfica que possuía, é necessário um suporte de trabalhos já existentes. Isto se evidencia pelos sobrescritos com canetas e lápis sobre os documentos. Por outro lado, é dada a autoria dos croquis à Janssen, pois são resultados subjetivos desses trabalhos e pela letra do alemão que é tão característica.

As cartas são poucas e sempre se referem aos trabalhos do urbanista. Os receptores das cartas quase sempre são prefeituras das cidades do interior de Goiás onde Janssen trabalhou. Nos relatórios estão os memoriais descritivos, que são os pareceres legais sobre a geografia de respectivos loteamentos, também se encontram documentos oficiais. Ao total são mais de mil e oitocentos itens que compõem o acervo, alguns não foram e outros serão analisados pelo meu recorte geográfico que compõem a cidade de Goiânia. E em questão ao recorte temporal, não é possível saber exatamente a data de todos documentos, porém os datados se encontram dentro das décadas de 1950 e 1970.

Os documentos que apresentarei aqui foram classificados como “relatórios” pela equipe do museu - UFG. Estes são únicos, pois mostram qual a cidade sensível que Janssen teve

contato em seus poucos anos na cidade e mostra a cidade imaginária, resultado de significações cotidianas que se apresentam na forma de uma visão única para Goiânia.

JANSSEN E GOIÂNIA – COMO UM URBANISTA INTERPRETA A CIDADE

Datado em 27 de dezembro de 1952 encontramos na Reserva Documental do Museu Antropológico da Universidade de Goiás o documento intitulado “Plano de Urbanização”,⁴³ escrito por Janssen, que o divide em três partes: “plano funcional das áreas; plano do traçado; plano funcional da localização e respectiva distribuição das áreas públicas e sociais”. Entretanto há somente a parte escrita do “Plano Funcional das áreas”, que leva em conta as necessidades estéticas e econômicas para o desenvolvimento das regiões, é uma necessidade propagandística para a venda. Nela há áreas comerciais, residenciais, industriais, área verde. O topógrafo alemão considerava a geologia do terreno, áreas já urbanizadas, combinação harmoniosa, estética, econômica e técnica, os traçados quando na produção de um plano praticável.

Um dos problemas quando se estuda a produção de Janssen é saber delimitar o quanto ele cede à pressão da especulação imobiliária na cidade. Ele é ciente desta necessidade para o crescimento da capital, o que carece de estudo é a compreensão de entender se ele enxerga a clivagem social presente em Goiânia, se há um “público” que ele quer atingir ou se ele tem certo ideal de integrar os habitantes por completo à urbe. Sendo um estudo urbanístico, aqui há de considerar que, por ser uma representação da cidade, o autor buscará formas de resumir seus traçados para uma só urbe que abrigaria todos os tipos de sujeitos sociais. Janssen trabalha para o Estado, acima disso tem pretensões artísticas em seu trabalho arquitetônico. Goiânia, ainda no período embrionário, possuía um caráter elitista, Attilio já defendia em seus planos essa diferença em zonas, umas próximas ao centro da cidade, onde os funcionários públicos morariam e a outra a ser implementada para os operários das futuras indústrias (sinônimo de modernização). No trabalho de Janssen não fica claro se ele é crítico ou se exaltava essa diferença sócio-urbana. Ele planejava (ou pensava numa regulação) de áreas residenciais próximas às fábricas. Afastando-o numa exaltação de

⁴³ JANSSEN, Ewald. Plano de Urbanização – Goiânia (Parte). Coleção Ewald Janssen, 2018.03. 0190, Museu Antropológico da UFG. 1952.

diferença social, eu cito suas ideias de parques para lazer. Em planos como o de Godoy, esses parques não são citados nas regiões ao norte de Goiânia. Ora, se há uma preocupação com o lazer dos trabalhadores, há uma preocupação com seu estilo de vida. As casas perto das indústrias servem também para evitar o tráfego pela região central da cidade no deslocamento diário do trabalhador, problema quase insolúvel em grandes cidades.

Em maio de 1952 há um trabalho extenso de Janssen, em que ele irá criticar a expansão desordenada da cidade (reflexo das leis de 1947 e de 1950) e propor um crescimento interno de Goiânia antes de se ligar aos outros municípios do entorno⁴⁴. No início da fonte, comenta que os limites da cidade acompanham uma linha racional e não natural, que o tamanho da área (de 15 km a partir do marco zero) é muito extensa, o que provoca um grande número de loteamentos que impediria uma organizada urbanização da cidade; propõe pontos para uma melhor urbanização, como a separação em áreas que a expansão deve chegar e de outras que não. Tem em vista que deve se pensar a cidade ainda para poucos habitantes, 8mil. Frear essa desorganização do crescimento que se tem em Goiânia seria um projeto incompatível com o mercado de imóveis, a isto Janssen dá a justificativa que

A completa supressão de traçados urbanos Nesta Capital, onde os lotes constituem elementos de relevante valor econômico e, vem aproximar Goiânia de todas as Cidades do País, seria muitíssimo prejudicial por estas razões recomendo sejam permitidos os traçados das áreas vagas ainda existentes dentro dos perímetros urbanos. (JANSSEN, 1952).

Vejo isto como certa condescendência ao mercado imobiliário, ele não pede para que o Estado pare de autorizar os loteamentos particulares, mas que as áreas ainda não trabalhadas dentro do raio de 15 km, que são “buracos” provocados por bairros construídos longe uns dos outros, sejam aproveitadas nesse movimento de expansão interna.

Em outro documento, de 12 de fevereiro de 1952, Janssen faz uma previsão de aumento da população goianiense através da exploração mineral no estado, da utilização da hidrelétrica em Cachoeira Dourada (sul do estado) e pela construção de Brasília. Entendia que, para isso ser bem aproveitado, a cidade precisava de uma organização bem definida, harmoniosa e racional.⁴⁵

⁴⁴JANSSEN, Ewald. Delimitação dos perímetros urbanos e das cidades satélites da Cidade de Goiânia). Coleção Ewald Janssen, 2018.03. 0245, Museu Antropológico da UFG. 1952.

⁴⁵JANSSEN, Ewald. Exposições sobre a Urbanização da Cidade de Goiânia. Coleção Ewald Janssen, 2018.03. 0247, Museu Antropológico da UFG. 1952.

Seria ousadia criticar o projeto elaborado pelo saudoso urbanista Dr. Abilho (*sic*) Correa Lima. Seus ideais e sua visão geral estão acima de qualquer crítica e encontra a admiração de todos, entendidos ou não no assunto. Infelizmente, esse plano foi mutilado em vários sentidos, e em setores adjacentes as ideais foram abandonadas por completo e projetados bairros de traçados retangulares e monótonos [...]. Os excessos de cruzamentos de ruas com a Avenida mais importante, a Anhanguera, é condenável. Fôra de projeto de responsabilidade oficial um grande número de projetos particulares foi executado que representa, sem dúvida, uma louvável iniciativa particular: Mas, com exceção de uns poucos, todos outros bairros são orientados por interesses puramente financeiros não visando o conjunto orgânico da urbanização geral da cidade. Foi esquecida a organização de um plano geral orientando obrigatoriamente todos os demais projetos particulares no sentido das explicações acima feitas [...]. Com a pretensão de ‘fabrica’ lotes residenciais em grande escala existem atualmente aglomerações de bairros residenciais sem comunicações racionais aos bairros industriais, aos centros de trabalho. Na situação criada pelos fatos a distância entre a habitação e o lugar de trabalho é demasiada e além dessa dificuldade o cidadão, muitas vezes, tem que atravessar o centro da cidade, cujas consequências indesejáveis são demonstradas evidentemente pela situação desastrosa nesse sentido em que se combatem as administrações do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, sem falar nos efeitos psicicos sobre os habitantes. (JANSSEN, 1952).

Janssen parece compartilhar da visão romântica incorporada ao primeiro Plano Diretor de Attilio Corrêa Lima, tão presente na historiografia de Goiânia. Longe de trazer um anacronismo com os trabalhos acadêmicos, leio em Janssen uma busca no passado para justificar suas ações no presente. Ele faz uma aproximação de suas ideias com o primeiro esboço da cidade, que no momento de sua criação, significava o que era de mais moderno em termos urbanísticos. Trago aqui uma perspectiva de assimilação cultural. Janssen busca a criação de algo para Goiânia se baseando em seus estudos, em outras cidades e busca na memória arquitetônica de Goiânia (ele fala com membros do DVOP) a esperança de um futuro moderno, que porventura, se perdeu com os interesses privados.

A urbanização não é uma simples divisão de áreas em lotes, mas abrange a soma assuntos como são: O trafego, a economia, a sociologia, a Higiene, a estética, o clima etc. E somente respeitando o conjunto de todos eles, será garantida uma obra vital e orgânica. (JANSSEN, 1952).

Importante reconhecer que Janssen sempre se mostra preocupado com o funcionamento orgânico da cidade. Ao escrever isso, o alemão reafirma sua opinião acerca da falta de planejamento da capital e dos interesses privados que atrapalham uma organização total que levaria em consideração as características que cita no trecho anterior.

Em abril de 1954 Janssen assina como técnico urbano o “Novo Plano Diretor”, endereçada ao diretor do DVOP, Eurico C. de Godoi⁴⁶. É um plano diretor da cidade de Goiânia requerida pelo governador. Antes de entrar no assunto, Janssen adverte a falta de uma planta geral de Goiânia feita pelo estado, ele se baseou em um documento de um escritório privado. Prova que o governo entregou à iniciativa privada qualquer tipo de expansão urbana, origem do crescimento desordenado da capital.

Este documento tem uma extensão um pouco maior que os outros aqui analisados. Um diferencial dele é o tratamento de áreas residenciais próximas às estações ferroviárias e zonas industriais. Janssen lembra com certa frequência da necessidade de áreas verdes para recreação e renovação do ar. Fala em áreas verdes nos córregos Macambira, Ribeirão, Anicuns além do Rio Meia Ponte: “O operário, com a família vai descansar. ‘As duas funções desta área são: produtivas e sociológicas para possibilitar o descanso do elemento trabalhador da cidade” (JANSSEN, 1952).

Em relação ao exposto acima quero esclarecer que pela exigência do item 3, as despesas de um loteamento a ser aprovado vão se elevar de tal maneira que não é mais interessante fazer loteamento longe da cidade construída. Visto que pela legislação atual não é possível proibir loteamentos, estas exigências técnicas representam o único meio seguro para evita-los, que nem técnica ou moralmente são justificáveis, os quais somente servem para desacreditar o caráter sereno e honesto do plano diretor da cidade [...]. É conhecido que outras cidades tem se valido desses recursos técnicos para impedir a especulação desenfreada e desabonadora

Visa este trabalho principalmente dificultar novos loteamentos injustificáveis pela aplicação de exigências técnicas rigorosas com o fim de evitar seja desmoralizando e desacreditado o serviço público incumbido da fiscalização e orientação do serviço de urbanização de Goiânia. Isto traria três vantagens muito grandes:

1)Seria possível entrar no serviço de melhoramento da parte já projetada e aprovada sem ficar sempre desorientado pela abundância de novos loteamentos.

2)Evitar-se-ia no futuro por causa do conglomerado de loteamentos fora da delimitação se não houvesse mais a possibilidade de elaborar nesta ‘soma’ uma urbanização atualizada que leva-se em conta as exigências de uma urbanização moderna em período futuro, fato este ainda impossível de ser determinado.

3)Pela planta oficializada e publicada em todo o país, não será mais possível prender ao nome de Goiânia fatores de descrédito e desbano quanto ao valor comercial de seus imóveis. Pela planta automaticamente ficarão classificados os diversos loteamentos, dando facilmente uma orientação real e verdadeira dos imóveis.

É uma questão de responsabilidade pública conseguindo meios satisfatórios, para salvar o traçado e bom nome de Goiânia, a capital caçula, porque do contrário, transformar-se-á a situação e, anarquia cada vez maior. A parte jurídica deve ser resolvida com a mínima demora, para impedir que sejam

⁴⁶JANSSEN, Ewald. Novo “Plano Diretor” da Cidade de Goiânia. Coleção Ewald Janssen, 2018.03. 0249, Museu Antropológico da UFG. 1952.

lançados em última hora inúmeros ante-projetos injustificáveis os quais dificultariam sobremaneira o propósito de melhorar a situação. (JANSSEN, 1952).

Ademais de uma obra detalhada dos problemas de Goiânia, trazendo soluções modernas, demonstrando que entende a necessidade da especulação imobiliária, e que ela pode coexistir com uma cidade planejada, Janssen parece ter sido ignorado pelos seus pares no Estado, pois a Goiânia contemporânea sofreu as mazelas que Janssen denunciou há mais 60 anos atrás.

CONCLUSÃO

Por que Janssen achou necessário um novo plano diretor após duas décadas de existência da capital? A especulação imobiliária, para ele, maculou um futuro ideal em termos urbanísticos. Ele via a oportunidade de intervir em uma cidade modelo para o urbanismo, considerando a pouca idade de Goiânia. Não tratei aqui dos seus memoriais descritivos que são feitos a cada projeto. Alguns destes documentos datam de antes dos aqui mostrados e neles há medidas feitas pelo topógrafo para resolver os problemas que ele apresenta nos relatórios. Janssen não só acusava, mas partia para ação direta.

Ainda há uma carência enorme em relação aos trabalhos de Janssen, há ainda perguntas a serem feitas e respondidas, entre elas cito: Se essas mudanças propostas por ele trariam algum benefício para a população em geral e não só um grupo específico.

Nota-se que Ewald Janssen endereça estes relatórios/ensaios para funcionários do DVOP. Talvez seja por ele ser um e já estar acostumado com o ambiente, ou por considerar que é dever do Estado este zelo no âmbito urbanístico, não apenas em manter serviços essenciais funcionando, mas em uniformizar as construções. Importante lembrar que nos estudos de Pesavento (2007) e Oliveira (2002), até mesmo as construções são significações da cidade e a tutela do Estado seria a representação do grupo dominante que busca gerenciar todas as memórias a fim de se manter como dominante. Não vejo em Janssen uma crítica firme pela complacência do Estado ao abuso do poder privado, vejo uma crítica às pessoas que estiveram à frente do estado. Nota-se a diferença é uma visão personalista e até paternalista dos mecanismos estatais provenientes do período moderno, do cientificismo do final do século XIX que coincide com o nascimento do urbanismo moderno. Janssen, apesar de usar de métodos racionais e científicos para seu trabalho, considera, e muito, o papel do trabalhador, em especial seu modo de viver e se locomover, entretanto não é uma ponderação que leva em conta as formas únicas que as pessoas criam e usam no cotidiano, ele está em busca de, em certa forma, impor sua narrativa do como uma cidade deve ser e de como um cidadão deve-se portar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CORDEIRO, Narcisa Abreu; FERREIRA, Rogério Arédio. Alameda dos Buritis: Goiânia - Goiás - Moradores Pioneiros - décadas de 1940 e 1950. Goiânia: Kelps, 2017.

FENELON, Dea Ribeiro. *Cidades: pesquisa em história*. São Paulo: Olhos D'Água, 2000.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *A Construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)*. 2002. 207f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003, p. 248-264.

HOGGART, Richard. O deslassar das molas da acção. In: *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Ed. Presença, 1973, p. 9-54.

MEDEIROS, Wilton de Araujo. *Goiânia Metrópole: Sonho, Vigília e Despertar (1933/1973)*. 2010. 338 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 812 p. Tradução de: Neil R. da Silva.

MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*. 2004. 218f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. *Do pântano ao jardim: uma nova esperança: a produção social do espaço em Goiânia*. 2002. 188 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) - mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WAR, Trace Of. Janssen, Ewald. 2018. Disponível em: <<https://www.tracesofwar.com/persons/23534/Janssen-Ewald.htm?c=aw>>. Acesso em: 01 set. 2018.

“MISCIGENAÇÃO, ARIANISMO E NACIONALISMO”: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS OBRAS DE MANOEL BOMFIM E OLIVEIRA VIANA SOBRE A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA⁴⁷

*SANTOS, Luana Dias dos*⁴⁸

*BENTO, Luiz Carlos*⁴⁹

RESUMO

As discussões em torno do processo de construção identitária brasileira percorrem diversos caminhos ao longo da história brasileira. Manoel Bomfim e Oliveira Viana propõem discutir as relações sociais, políticas e econômicas da Colônia e Império, para compreender as problemáticas que deram espaço para o aparecimento de uma mentalidade nacional. O presente artigo tem como propósito analisar os livros “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Viana e “Brasil na América” de Manoel Bomfim, com enfoque nos conceitos: escravidão e miscigenação. A partir disso, analisa-se as propostas divergentes dos dois intelectuais, relacionando com os projetos de sociedade que se constituíram na mentalidade brasileira após o fim do Império e que podem ser encontrados nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVES: Mestiçagem; Identidade; Nacionalismo.

ABSTRACT

Discussions around the process of the Brazilian identity construction take several paths throughout Brazilian history. Manoel Bomfim and Oliveira Viana, proposes to discuss the social, political and economic relations of Colony and Empire, in order to understand the issues that gave rise to the emergence of a national mentality. The purpose of this article is to analyze the books “Populações Meridionais no Brasil” (1973) by Oliveira Viana and “Brasil na América” (1997) by Manoel Bomfim, focusing on the concepts: miscegenation, nationalism and aryanism. Therefore, there is a need to analyze the divergent proposals of both intellectuals, connecting to the projects of society that was constituted in the Brazilian mentality after the end of the Empire and can be found in the nowadays.

WORDKEYS; Miscegenation; Identity, Nationalism.

Por volta do último quarto do século XIX e começo do XX, disputas narrativas tomavam fôlego dentre os intelectuais brasileiros, a fim de consolidar um ideal de nação e progresso ao então Brasil republicano. Por esse motivo, os componentes principais a serem discutidos foram a questão racial, social e política brasileira, formadoras de uma identidade nacional. Para isso,

⁴⁷ Ensaio produzido no Programa de Iniciação Científica (PIBIC) financiada pela CNPQ. Pesquisa: O processo de formação nacional presentes na obra de Manoel Bomfim (O Brasil na América) e Oliveira Viana (Populações Meridionais no Brasil), orientada pelo professor Luiz Carlos Bento.

⁴⁸ Graduanda do 8º semestre do curso de História na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/CPTL. Integrante do grupo de pesquisa História, Mulheres e Feminismo – HIMUFE, coordenado pela professora Cintia Lima Crescêncio. Bolsista PIBIC (UFMS). Pesquisa: As múltiplas faces do nacionalismo brasileiro: pensamento histórico e identidade nacional nas obras de Oliveira Viana (O Caso do Império -1925) e Manoel Bomfim (O Brasil Nação: Realidade da Soberania Brasileira – 1931) orientada pelo professor Luiz Carlos Bento. E-mail: paondd@gmail.com

⁴⁹ Professor Adjunto de Teoria da História, Historiografia e Prática de Ensino em História da UFMS/CPTL. Coordenador Institucional do programa Residência Pedagógica do curso de História. Coordenador do GT Nacional de Teoria da História e História da Historiografia 2019-2021 da Associação Nacional de História.

destacamos as obras “Brasil na América” (1917) de Manoel Bomfim e “Populações Meridionais no Brasil” (1921) de Oliveira Viana, que detêm análises sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira desde a Colônia portuguesa até os acontecimentos que deram fim ao Império.

Manoel Bomfim foi um intelectual sergipano adepto de um pensamento histórico-progressista que considerava como “historiografia patriótica” (REIS, 2006, p.151). Seu intuito era produzir uma história revolucionária, contestando a atuação do pensamento conservador monarquista entre os historiadores. As temáticas abordadas por Bomfim em suas obras estão longe de ser novidades no campo intelectual brasileiro. Assim, o que o diferencia substancialmente de outros autores como Oliveira Viana e até mesmo de instituições do período não são as suas temáticas, mas sim a leitura dissonante⁵⁰ que ele produz em relação à tradição brasileira na qual ele está inserido, mas da qual procura se afastar produzindo uma crítica sistemática no nível de suas referências teóricas, metodológicas e ideológicas.

Este aspecto “*apócrifo*” da obra de Bomfim levou alguns de seus primeiros intérpretes, tais como Dante Moreira Leite⁵¹ e Tomas Skidmore⁵² a considerá-lo, de forma apressada, como sendo um homem à frente do seu tempo. Tal interpretação, além de ser descaracterizada por seu sentido a-histórico, deve ser compreendida na incapacidade desses comentadores em situar Bomfim no interior da tradição que ele critica, da qual não pode ser desvinculado, sob pena de perder o sentido histórico de sua leitura em relação ao seu próprio tempo. Perdendo desta forma a sua visão histórica de mundo, que entendemos neste trabalho como sendo chave para compreendermos as suas obras enquanto representações históricas de uma dada realidade historicamente constituída, nesse caso, a crise do ideário republicano brasileiro nos anos de 1920.

Para o autor, o Brasil havia passado por uma unificação rápida em relação ao seu componente nacional, porém, teria desenvolvido um espírito patriótico tardio. Isso pode ser encontrado na obra “O Brasil na América”, na qual defende a ideia de uma identidade brasileira equivalente aos primórdios do processo de colonização quando ainda não existia um sentimento patriótico formalizado.

⁵⁰ Esse conceito faz uma referência direta a uma categoria de análise proposta por BARROS, José D’assunção, em sua obra. Teoria da História volume IV. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Rio de Janeiro; Ática 2011. Onde o autor utiliza-se desta metáfora musical para pensar aspectos dissonantes de autores clássicos da teoria da história.

⁵¹ LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

⁵² SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Ao partilhar de influências liberais, Bomfim parte de uma independência intelectual acerca de correntes teóricas científicas e conservadoras, como àquelas que se baseiam nos estudos do racismo científico e do evolucionismo, destacando suas obras como sinônimos da essencialidade brasileira e de uma interpretação única sobre a História do Brasil. Por esse motivo, ao mesmo tempo em que estava cercado de teóricos do “positivismo, evolucionismo, naturalismo, transformismo, racismo” (REIS, 2006, p. 150), construía um novo ideal de nação, rompendo com as raízes do conservadorismo intelectual.

Por outro lado, Oliveira Viana, sociólogo, historiador e político brasileiro, com fortes tendências conservadoras, trazia em suas análises sobre a sociedade brasileira, apontamentos e discussões embasados em uma visão eugenista e evolucionista, dialogando diretamente com intelectuais europeus, tais como o Conde de Goubineau, Lagouge e Gustave Le Bon, adeptos às teorias raciais e ao arianismo puro. Compreender essas influências, possibilitou mapear em “Populações Meridionais no Brasil” vestígios de um pensamento que se utilizou da política de branqueamento como ideologia legitimadora que identificava o progresso a um ideal racial, que em uma sociedade majoritariamente composta por negros, funcionava como um mecanismo de dominação racial por meio de um discurso que naturalizava e hierarquizava as desigualdades histórico-sociais.

Nessa perspectiva, o debate em torno da significância do nacionalismo, principalmente para o início do século XX, propriamente, como discute Benedict Anderson, nos leva a considerá-lo como produto cultural específico de uma sociedade, analisando suas origens históricas, a forma como seus sujeitos a ressignificam e a transformam ao longo do tempo, e como atribuem uma forma simbólica e emocional a esse processo (ANDERSON, 2008, p.30). A análise historiográfica apresentada neste ensaio, procura estabelecer os principais componentes que contribuíram para a consolidação dos projetos de nacionalidade brasileira, relacionando ideias e discursos de poder e suas repercussões encontradas no tempo presente.

Portanto, assim como nos aponta Michel de Certeau (1889) e Paul Ricoeur (2007), a história enquanto ciência requer teoria e metodologia. Para isso, é preciso que haja o rompimento com a história tradicional, como também, com um “subjetivismo ingênuo”, que recusa a produção de uma verdade sobre o passado. A operação historiográfica, nesse sentido, surge como essencial caracterização ao ofício do historiador, permitindo que o produto final científico seja a narrativa histórica, com o intuito de representar aspectos do passado, mas não a sua totalidade. Isto quer dizer que,

a relação com o real mudou. E se o sentido não poder ser apreendido sob a forma de um conhecimento particular que seria extraído do real ou que lhe

seria acrescentado, é porque todo ‘fato histórico’ resulta de uma práxis, porque ela já é o signo de um ato e, portanto, a afirmação de um sentido (CERTEAU, 1989, p.41).

Neste sentido, a análise historiográfica parte do pressuposto de que a escrita da história é um produto científico e cultural. Manoel Bomfim e Oliveira Viana, ao analisarem a formação da sociedade brasileira, a fim de compreenderem seus aspectos sociais e culturais formadores de uma identidade homogênea, utilizaram de bagagens teóricas divergentes e diferentes lugares sociais para elaboração de seus estudos. Destacamos na preparação deste ensaio os principais aspectos das duas obras, a partir da análise das categorias: miscigenação, arianismo e o nacionalismo, que possibilitaram a construção da narrativa histórica de ambos.

O BRASIL MISCIGENADO DE MANOEL BOMFIM E OLIVEIRA VIANA

De acordo com Lilia Schwarcz “em finais do século passado o Brasil era apontado como caso único e singular de extremada miscigenação racial” (SCHWARCZ 1993, p.12), isto é, a dinâmica racial no Brasil possui características particulares não encontradas em outros países colonizados do continente americano. A autora aponta que os estrangeiros ao ter contato com a sociedade brasileira se espantavam com a forte miscigenação instaurada desde os primórdios da Colônia. É nesse sentido que Oliveira Viana e Manoel Bomfim analisam a miscigenação – mesmo que partindo de influências teóricas divergentes – como principal componente para o progresso e desenvolvimento nacional brasileiro.

A elite brasileira, principalmente a intelectual, optou por valorizar um modelo de sociedade brasileira que se aproximasse dos parâmetros europeus, ao mesmo tempo, que se distanciou dos modelos latino-americanos. Por esse motivo, possibilitou uma parcela da população – principalmente os homens (brancos) da ciência – simpatizarem com as teorias raciais. Essas teorias têm como base pensadores evolucionistas e do social-darwinismo, que procuraram justificar práticas imperialistas e de dominação por parte de países colonialistas europeus. Oliveira Viana fazia parte desse grupo de intelectuais que viam prosperidades por meio das teorias raciais, bebendo do arianismo⁵³ puro e do darwinismo social, para analisar a forte miscigenação brasileira a fim de compreender o processo de formação nacional.

Todavia, a obra de Manoel Bomfim “O Brasil na América”, destila críticas ao processo de miscigenação pautado na teoria do branqueamento proposto por Oliveira Viana. Permitiu-se

⁵³ Vanilda Paiva utiliza a definição de arianismo a partir de Seillière: “o arianismo é uma filosofia da história que atribui as aquisições morais e materiais da humanidade à influência quase exclusiva da raça ariana” (PAIVA, 1976, p.61).

contestar, em várias passagens desse livro, a importância do branco europeu – especialmente a atuação do lusitanismo na sociedade e política brasileira – como construtoras de uma nacionalidade. Embora apontasse uma certa relevância para os portugueses nos primeiros anos da Colônia, o principal agente na formação nacional para ele seria o mameluco⁵⁴. Sendo assim, Bomfim destaca o argumento de Southey, onde afirma que:

aventureiros, desertores e réus de polícia aliaram-se com as índias (em São Paulo) e a mescla de sangue indígena que, por todo o Brasil foi grande, em nenhuma parte foi, talvez, maior do que aqui. Com este cruzamento, melhorou a raça desenvolvendo-se o espírito de empresa europeu em constituições adaptadas ao país (BOMFIM, 1997, 185).

Essa passagem busca contextualizar a importância da miscigenação, quando pensada como caracterização de uma identidade nacional, onde não era o branco português o indivíduo que possibilitaria o progresso da sociedade, mas a mescla genética entre os indígenas (povos originários que conheciam o território brasileiro) e os portugueses (os que passaram a ocupar e descobrir diversos lugares ao longo dos anos). Por esse motivo, o que consistiria em apontar o mameluco como o agente principal de desenvolvimento e formador nacional, estaria na relação que os portugueses e indígenas teriam tido nos primeiros momentos da colonização, quando houve uma troca de saberes, possibilitando a estruturação de uma sociedade que Bomfim idealiza como sendo o mito fundador de nossa cultura nacional e que seria marcada pela cooperação mútua e pelo espírito republicano. Para ele, o republicanismo seria nossa essência social, mas que o colonialismo português e sua manutenção parasitária pelo Império teria nos solapado.

De forma bem distinta, quando analisarmos a obra “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Viana, percebemos que para ele a escravidão e a miscigenação não passam de um fator mercadológico em uma sociedade pautada no crescimento dos latifúndios, anterior à um sistema capitalista. Ou seja, os latifúndios seriam uma particularidade brasileira, pois seu desenvolvimento rural foi o que proporcionou o avanço econômico e patriótico, e não o crescimento urbano. Isto porque, haveria uma preferência da população pela roça em detrimento dos espaços urbanos, sustentando a Colônia e posteriormente o Império.

Como resultado da Independência, o latifúndio passou a ser uma estrutura de poder e dominação do Império, que viria a privilegiar uma parte da população – a elite fazendeira – e consolidar um sistema econômico de interesses internos, formada de indústrias locais, fábricas familiares que tinham um “caráter artesanal”; isto porque grande parte da população brasileira

⁵⁴ Para Manoel Bomfim, o mameluco seria o indivíduo composto pela junção genética entre brancos portugueses e indígenas, ou o *gentil*.

consistia em viver longe dos centros urbanos. A base dessa estrutura econômica era força de trabalho escravista, que mudaria para o sistema econômico de produção capitalista somente no início do século XX (SINGER, 1989, p.218)

Portanto, Viana enxerga na escravidão um fator importante para a sustentação da nação, ao qual aponta ser a única forma de trabalho aceitável em nações colonizadas, pois o “período da colonização inicial, as correntes migratórias são fracas e morosas” (VIANA, 1973, p.121). Para ele, torna-se viável a manutenção da escravidão, atribuindo-a em certos momentos como a “salvadora” da economia brasileira, e um pensamento que partilhava com José de Alencar. (CARVALHO, 1999, p.53). Para ambos os intelectuais, as colônias americanas seriam um completo deserto se não houvessem instalado aqui o sistema escravista, já que o fluxo imigratório era baixo e não existiam trabalhadores livres suficiente para a demanda de trabalho nos primeiros séculos coloniais.

Para Manoel Bomfim e outros intelectuais como José Bonifácio, a escravidão não correspondia com a proposta do sistema liberal que procuravam implantar. Isto pois, quando atribuía o liberalismo na sua forma clássica, com uma das suas características a liberdade relacionado ao ideal de progresso, a escravidão se torna uma incoerência. Contudo, Bomfim nessa obra o *Brasil na América* não considera a escravidão – tanto africana quanto indígena – em seu total, ruim: entende que foi uma atrocidade, mas não a enxerga como extermínio em si como havia feito em 1905 em sua obra inaugural e anticolonialista *América Latina Males de Origem*.

Como aponta Emília Viotti da Costa, o liberalismo aplicado à sociedade brasileira nunca se igualou àquele pregado nos países europeus. Isto porque, o próprio conceito de liberalismo indicava uma recusa ao sistema absolutista, e isso incluía na própria independência política da Colônia em relação à metrópole. Mesmo nos anos de Império, a Constituição de 1824 deixou de fora as palavras “liberdade” aos cidadãos homens, o que implicava diretamente na manutenção do sistema escravista. Costa afirma que,

A condição colonial da economia brasileira, sua posição periférica no mercado internacional, o sistema de clientela e patronagem, a utilização de mão-de-obra escrava e o atraso da revolução industrial – que no Brasil só ocorreu no século XX –, todas essas circunstâncias combinadas conferiram ao liberalismo brasileiro sua especificidade, definiram seu objeto e suas contradições e estabeleceram os limites de sua crítica (COSTA, 1999, p.134).

Como foi destacado na passagem acima, o liberalismo brasileiro tem particularidades que diferem do conceito originário empregado nos países europeus, e por isso, precisa ser analisado como tal. Nesse sentido, a possibilidade de encontrar uma Constituição sob um

regime monárquico que aparentava “intenções” liberais, mas que mantém o sistema escravista, parece em si contraditório. René Rémond aponta que o ideal liberal tinha em sua gênese o princípio de liberdade aos *homens*⁵⁵, a descentralização do Estado – limitando seus poderes –, e uma mínima interferência na economia, privilegiando instituições de cunho privado (1993, p.40).

A forma como foram empregados os ideais liberais, contribuiu diretamente na manutenção dos latifúndios e da mão de obra escrava. Para Oliveira Viana, isso não parecia um problema para a sociedade brasileira, pois o que importava era a atuação da elite branca fazendeira que carregava o sucesso da colonização de novos territórios e expandia o Brasil. A importância pairava no desenvolvimento econômico da Colônia e, posteriormente, do Império. Portanto, o branco não era apenas racialmente superior por causa da sua ancestralidade europeia, mas pelo fato de levar o progresso social e econômico dos seus territórios, revelando uma mentalidade ariana superior, pois

os mestiços superiores, os mulatos ou mamelucos, que vencem ou ascendem em nosso meio, durante o largo período da nossa formação nacional, não vencem, nem ascendem como tais, isto é, como mestiços, por uma afirmação da sua mentalidade mestiça. Ao invés de se manterem, quando ascendem, dentro dos característicos híbridos do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam e perdem esses característicos, quando deixam de ser psicologicamente mestiços – porque se arianizam (VIANA,1973, p.179).

Observamos que Viana ao destacar a importância do homem branco, menospreza e inferioriza todos aqueles que passaram pelo processo de miscigenação. Isto acontece, como aponta o autor, devido à construção dos latifúndios, que os classifica com um valor “puramente nacional” (VIANA,1973, p.128), e somente por meio deste, é que podem ascender racial e socialmente, ou como alega Viana: “se arianizar”. Consideramos que Viana atribui o latifúndio como um formador da nação brasileira e a mestiçagem, relacionada diretamente a ele, seria também, um resultado da organização latifundiária. É neste sentido, que o homem branco vira parâmetro racial para o autor. Ao pensar a escravidão e a miscigenação advinda da relação entre escravos e senhores brancos, o autor procura sistematizar a significância das misturas de raças na sociedade brasileira. Embora acredite que miscigenados dificilmente conseguem ascender

⁵⁵ Destacamos que o termo “homens” corresponde ao sentido literal da palavra, pois as mulheres não eram incluídas nos debates sobre liberdade e igualdade, consideradas até então, como não sujeitos políticos. Essa questão dará espaço a intensivas a partir da segunda metade do século XIX pelo direito ao voto, organizado por movimento de mulheres brancas da classe média. Importante ressaltar que as mulheres negras, ainda mesmo nas reivindicações feministas desse período, eram por diversas vezes ignoradas do processo de emancipação e cidadania (DAVIS, 2016, p.77).

na hierarquia social, sendo seres híbridos, afirma que ainda há uma classificação que os concedem uma “melhor” posição.

Classifica os brancos (puros), miscigenados e negros/indígenas em uma escala do superior a inferior, respectivamente, com o negro e o indígena classificados como seres inferiores sem possibilidade de ascendência ou desenvolvimento mental na mesma proporção que os brancos europeus. Já os miscigenados estariam em uma eterna ambiguidade, pois, ao partilharem duas esferas sociais (inferior e superior), permaneciam em classe social indefinida e contraditória.

Apesar de ascender socialmente, em comparação aos negros e indígenas, os mestiços não teriam condições genéticas de se igualar com o branco europeu. Além de que, dentro a própria classe miscigenada existiam parâmetros classificatórios, de menor para o maior, em relação a predisposição de ascensão racial e social. Vale destacar, que a miscigenação brasileira se constituiu considerando mais os fatores fenótipos do que os genótipos, isto é, na cor da pele e não na ancestralidade. Oliveira Viana aponta que,

em regra, o que chamamos de mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do País (VIANA, 1973, p.173)

Viana pensava a partir das teorias raciais vaticinando que havia uma proximidade entre a aparência ariana e o processo de civilização e alta inteligência, que levavam indiscutivelmente ao melhoramento da raça. No entanto, os mestiços não poderiam se igualar às mesmas cognições que os brancos europeus, pois, ainda compartilhavam dos sangue inferiores. Em detrimento disso, as teorias raciais no Brasil foram aplicadas de forma diferente, ao qual entendiam que a miscigenação poderia levar a uma completa arianização da sociedade através de gerações. Viana discute esse ponto em sua obra, quando analisa a miscigenação como única ferramenta que impossibilitou o Brasil de ser *totalmente* negro. A miscigenação, seria então, o caminho para extirpar os vestígios “negros” da sociedade.

Entretanto, ao analisarmos a obra de Manoel Bomfim, o autor recusa as teorias raciais para compreender a dinâmica racial, social e política específica do brasileiro. Assim, recusa o arianismo puro e o darwinismo social como formadores de um possível desenvolvimento da nação. Para ele isso não passa de sofismas abjetos que servem para mascarar um processo histórico de dominação que deveria ser explicitado e criticado pelos intelectuais brasileiros. Mas, ao afirmar ser a miscigenação a grande construtora de uma identidade nacional, acaba por

propor uma visão romantizada das relações entre *senhor branco* e *escravo* (negra e indígena). Há uma certa relativização das crueldades da escravidão por parte dele nessa primeira obra de sua trilogia historiográfica, que contrasta com a visão crítica radical de América Latina Males de Origem (1905), nessa obra, Bomfim não aponta por não a perceber ou por desconsiderar os aspetos brutais da escravidão, como outrora havia feito, mostrando apenas o lado positivo da miscigenação tão presente em outros pensadores do período. Por isso, o autor afirma:

os que negam valor a tais cruzamentos, e até os condenam, elevam a voz no repetir tiradas de pseudossábios – a defenderem e exaltarem as chamadas *raças puras*, consagradas na significação de teoria, para uma aristocrática superioridade. Vejamos o que já de positivo na pretensa superioridade. Notemos, desde logo, que uma raça pura é uma linhagem *fixada* nuns tantos caracteres, e que os mantém. Ora, *fixidez* não é progresso. Se, para o criador, há vantagem de manter no seu merino a boa qualidade de lã, tanto não pode ser o ideal da espécie humana, se não o de novas aquisições, para mais perfeitas adaptações e conquistas (BOMFIM, 1997, p.180).

A citação acima mostra que Manoel Bomfim entende a miscigenação como a dinâmica que ajudou no papel das conquistas de novos territórios e adaptações climáticas e sociais. Para justificar as boas relações entre senhores e escravos, o autor procura nas colonizações latino-americanas – colonizadas por espanhóis – mostrar como a mestiçagem foi fundamental para o desenvolvimento nacional brasileiro. Isto se dá, porque Bomfim acredita ser a crueldade dos espanhóis em relação aos indígenas, superior ao que acontecia na colonização portuguesa, e por isso, as colônias espanholas não haviam se desenvolvido como deveriam.

Logo, devemos observar que a escravidão brasileira não foi em momento algum, como vem a historiografia nos alertando, pacífica ou desmerecer seus males e suas violências. Como nos aponta Reis e Silva, os escravos resistiam de diversas formas aos males da escravidão, seja por revoltas, fugas, alianças, negociações, entre outros (REIS; SILVA, 1989, p.17). A miscigenação, decorrente de uma relação de poder, indicava uma dominação explícita sobre os corpos negros, subjugados em uma hierarquia de mando e obediência. Por esse motivo, discutir miscigenação é refletir sobre as questões de gênero, raça e classe ao longo dos séculos que constituíram de forma estrutural uma visão racista e excludente que naturaliza desigualdades sociais que devemos buscar explicitar em nossas pesquisas.

Oliveira Viana e Manoel Bomfim, apesar de diferentes visões sobre o processo de miscigenação – seja usando para a valorização do branqueamento da sociedade como um projeto civilizatório ou para construção homogênea de uma identidade nacional – ambos estão desconsiderando aspectos da sua historicidade e da sua significância para compreendermos as estruturas sociais de dominação que ainda hoje se fazem presente sobre os herdeiros desse passado escravocrata. Munanga explicita bem essa crítica à miscigenação, quando mostra que

esta, construiu-se por meio de estupros, relações interracialis não consentidas ou mesmo assimétricas, já que as escravas não tinham opção de recusa. Seus corpos foram violentados e menosprezados, como se sua valorização dependesse das práticas sexuais forçadas (1999, p.90). De acordo com isso, Munanga aponta que,

nesse contexto, as escravas negras, vítimas fáceis, vulneráveis a qualquer agressão sexual de senhor branco, foram em sua maioria transformadas em prostitutas como meios de renda e impedidas de estabelecer qualquer estrutura familiar estável. Abdias considera absurdo apresentar o mulato que, na sua origem, é o fruto desse covarde cruzamento de sangue, como prova de abertura e saúde das relações raciais no Brasil” (MUNGANGA, 1999, p.91).

Portanto, entendemos que a miscigenação, admitida como um mecanismo sob a intenção de embranquecer a sociedade, não pode ser separada do seu caráter violento e genocida. Semelhantemente, a visão romantizada das relações interracialis proposta por Manoel Bomfim em *O Brasil na América*, colaboram para a relativização da miscigenação enquanto produto de práticas cruéis, recorrente na sociedade escravagista brasileira. Nos dias atuais compreendemos esse pensamento por “Mito da Democracia Racial”. Sua função permite a homogeneização da cultura brasileira, assim como, o apagamento de uma história formada por uma pluralidade identitária, que acaba por ignorar os processos de colonização. Constitui-se assim, uma “política de branqueamento” que teve sua aplicação tanto no plano biológico, quanto no social (SANTOS; SILVA, 2018, p.259).

Os vestígios dessa política estão concentrados em discursos que estruturam a sociedade brasileira. Por exemplo, a beleza “branca” como ideal de estética que forçou e força as mulheres negras a acreditarem que precisam alisar seus cabelos. Isto pois, buscam inferiorizar as características em detrimento de outras, exaltando tudo que remete ao padrão “branco” em questões raciais.

Além disso, podemos citar outro exemplo vinculado a ilusória “democracia racial”: atribuir o racismo brasileiro como inexistente ou, em alguns casos, menos ofensivo. Em virtude de o Brasil ter um processo de miscigenação tão forte que relativizaria tanto a escravidão, quanto a sociedade pós abolição, igualizando racialmente a população. Por fim, quando comparado a outros países que haviam passado pelo processo de escravidão e colonização, principalmente os Estados Unidos, que legitimou a segregação racial no âmbito legislativo - o Jim Crown⁵⁶ –, implica que a miscigenação foi a forma para acabar com o racismo (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009, p.227).

⁵⁶ Jim Crow (1865-1965) foi um sistema que “consistia em um conjunto de códigos sociais e legais que determinava a separação completa das “raças” e limitava acentuadamente as oportunidades de vida dos afro-americanos, ao mesmo tempo em que os prendia aos brancos numa relação de submissão generalizada sustentada

Contudo, não é isso que a historiografia nos mostra, já que o resultado de uma consciência histórica pautado no mito da democracia racial é, na verdade, um racismo velado, naturalizado e estrutural. Sendo assim, seria o Brasil uma “sociedade estrutural e mentalmente alienada com relação à sua própria história, a qual foi sistematicamente falseada” (FOLLMAN, 2018, p.152). Nesse sentido, é preciso ter em mente que o racismo é uma consequência histórica e deve ser analisado em conjunto as problemáticas em torno das questões de gênero e classe, pois um está interligado ao outro.

Da mesma forma, a imigração exerce um importante papel na “política de branqueamento”, ao mesmo tempo que o sistema capitalista e a revolução industrial no Brasil passa a ter um lugar significativo na sociedade, modificando as estruturas econômicas e sociais no século XX. Aos adeptos do racismo científico, a imigração europeia era a possibilidade de “melhoramentos”, raciais e nacionais. Entretanto, como afirma Jessé Souza, a massiva imigração formou uma classe trabalhadora pobre branca que ocupava trabalhos indignos e mal pagos. Consequentemente, essa classe de pobres brancos se igualara economicamente aos negros (SOUZA, 2017, p.61).

A abolição, apesar de trazer o fim da escravidão legitimada, não extinguiu de nenhuma forma o racismo e as desigualdades sociais e econômicas. Na verdade, a falta de políticas emancipatórias e de reparação histórica, impossibilitou à maioria acesso e oportunidades nos âmbitos econômicos, e passaram a aceitar trabalhos deploráveis e precários. E nesse ponto, podemos considerar a imigração um problema para a construção nacional brasileira, já que a marcação da raça garantiu privilégios a uma parcela da sociedade branca, enquanto os recém-libertos, inseridos até pouco tempo no sistema econômico escravista, não tinham conhecimentos sobre o sistema capitalista, algo já estruturado nos países europeus. Souza reflete sobre essas problemáticas do racismo estrutural, ao qual:

Todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna (SOUZA, 2017, p.47).

Um dos problemas com a inserção do capitalismo no Brasil, que até recentemente – pensando o início do século XX – ainda concentrava nos latifundiários a mão de obra escrava, dificultou o processo de inserção social para a população negra. Ao não ter uma distinção

pela coação legal e pela violência terrorista.” (WACQUANT, 2006, p.11). A lei defendia que os negros deveriam se relacionar apenas com negros, viver em locações, frequentar igrejas e utilizar os assentos no transporte público destinados aos negros.

cristalizada sobre as formas de trabalho no sistema capitalista, em muitas vezes, aceitavam trabalhos que mal proporcionavam a subsistência. Isto porque, condicionados a servir, não se reconheciam enquanto sujeitos políticos e com direitos.

Em razão disso, quando refletimos sobre os impactos que as discussões sobre miscigenação e identidade nacional proporcionaram para criar um ideal e uma mentalidade brasileira, como é o caso das obras de Manoel Bomfim e Oliveira Viana, percebemos a importância em analisar esses escritos, para consolidar a (des)construção dos projetos de nação que se encontram ainda nos debates de progresso e patriotismo. Podemos considerar os debates em torno de uma consciência meritocrática, atualmente presente em diversas esferas sociais, por representar uma ideia de “igualdade” dentre todos os brasileiros. Segundo seus representantes, todos os indivíduos – independente do gênero, da raça e da classe – teriam as mesmas possibilidades em ascensão econômica e sociais, ignorando a historicidade das relações e dinâmicas que vêm estruturando a desigualdade na sociedade brasileira.

Portanto, as obras “Populações Meridionais no Brasil” e “Brasil na América” são fontes históricas riquíssimas para a realização de uma análise aprofundada dos processos de formação identitária brasileira. Ambas proporcionam duas visões distintas de um mesmo processo, abordando as problemáticas sociais e políticas que estruturam a sociedade brasileira, e visões que possibilitam, ao mesmo tempo, uma análise sobre o Brasil do tempo presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, compreendemos que Manoel Bomfim e Oliveira Viana foram importantes intelectuais que se propuseram a analisar os aspectos históricos e sociais da sociedade brasileira para construir um ideal de nação a ser seguido, fomentando uma ideia de patriotismo nacional que é tão cara a certos setores da cultura política nacional, sobretudo ao ideário político conservador e de direita. Da mesma forma, construíram discursos homogeneizantes das múltiplas identidades e culturas existentes por todo território brasileiro. A mestiçagem, por ser uma característica fundamental para pensar os processos raciais e sociais da sociedade brasileira, acabou por permitir que se criasse em torno dela uma ilusão de “igualdade racial” que prejudicou a formação de uma mentalidade crítica sobre discursos homogeneizantes fortemente enraizados, perpetuando desigualdades e preconceitos enfrentados por boa parte da população brasileira.

Relacionamos, assim, ao que Jörn Rüsen nos remete sobre a construção de uma consciência histórica para a compreensão do presente, a

consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro (RÜSEN, 2011, p.36).

O autor aponta a consciência histórica como um processo de aprendizagem transformador, pois implica tanto na mudança de si quanto do seu meio. Nesse sentido, a historiografia exerce um papel fundamental no resgate das múltiplas identidades associadas à nação brasileira, presente desde os primórdios da Colônia portuguesa. Em um momento em que a história sofre ataques e descréditos, é importante entender que ela, como uma ciência especializada na produção de um conhecimento racional sobre o passado possibilita desnaturalizar discursos enraizados sobre ele, ajudando a desfazer mitos, bem como a insurgência de uma lógica centrada no conservadorismo presente na classe média e numa elite burguesa – com privilégios econômicos e culturais – que propaga a ilusão meritocrática que deixam as pessoas às margens da sociedade e cada vez mais distante da extinção de desigualdades.

Fontes:

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. v. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008, p. 26-34.

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, Angela. GROSFOGUEL, Ramón. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. Soc. E Cult. Goiânia, 2009.

FOLLMANN, José Ivo. Ideologia, identidade e alienação: um olhar sobre processos-chaves na sociedade brasileira, em diálogo com o pensamento de Jessé Souza. In: FOLLMANN, José Ivo (Org.). *Dialogando com Jessé Souza*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. p.147-169.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Editora Vozes: Petrópolis, 1999.

PAIVA, Vanilda. Oliveira Viana: nacionalismo ou racismo. *SINTESE: Revista de Filosofia*, v. 3, n. 6, p. 57-84, jan. 1976.

REIS, J. J. SILVA, E. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In: *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Companhia de Letras, 1989.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2006.

RÉMOND, René. *O século XIX 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1997.

RICCOUER, P. História e epistemologia. In: *A memória, a história, e o esquecimento*. Campinas: Edunicamp, 2007.

RÜSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria A. BARCA, Isabel. MARTINS, Estevão Rezende (org.) *Jorn Rusen e o Ensino de História*. UFPR: Curitiba, 2011.

SANTOS, R. A. SILVA, Rosângela. M. N. B. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Ronilson de Oliveira. Oliveira Viana e as questões da miscigenação no Brasil: a desconstrução dos discursos e ideias que negavam a contribuição do negro e indígena em nosso país. In: *Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, UFMA, 2013.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017. pp. 46-103.

_____. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”. *Lua Nova* nº59, 2003.

WACQUANT, “Da escravidão ao Encarceramento em Massa: Repensando a ‘Questão Racial’ nos Estados Unidos”. In: SADER, Emir. (org.). *Contragolpes: seleção de artigos da New Left Review*. São Paulo: Boitempo, 2006, pp.11-30.